

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

RODRIGO PEREIRA LEITE

**INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA PANDEMIA
DA COVID-19**

**PONTA GROSSA
2024**

RODRIGO PEREIRA LEITE

**INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA PANDEMIA
DA COVID-19**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mirna de Lima Medeiros.

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Augusta Pelinski Raiher.

PONTA GROSSA

2024

L533 Leite, Rodrigo Pereira
 Indicações geográficas e o desenvolvimento territorial dos municípios
 brasileiros: uma análise no contexto da pandemia da Covid-19 / Rodrigo Pereira
 Leite. Ponta Grossa, 2024.
 120 f.

 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de
 Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta
 Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Mirna de Lima Medeiros.
 Coorientadora: Profa. Dra. Augusta Pelinski Raiher.

 1. Indicação geográfica. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Propensity score
 matching. I. Medeiros, Mirna de Lima. II. Raiher, Augusta Pelinski. III.
 Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. IV.T.

CDD: 361.1

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO PEREIRA LEITE

**“Indicações Geográficas e o Desenvolvimento Territorial dos Municípios
Brasileiros: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19”.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 21 de março de 2024.

Assinatura pelos membros da Banca



Prof. Dra. Mima de Lima Medeiros - UEPG-PR - Presidente



Prof. Dra. Claudia Souza Passador – USP- Ribeirão Preto- SP - Membro Externo

Prof. Dra. Sandra Maria Scheffer - UEPG-PR - Membro Interno

Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves - UNIOESTE -PR - Suplente Externo

Prof. Dra. Reidy Rolim de Moura – UEPG-PR - Suplente Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por conduzir a minha vida e me permitir chegar até aqui.

Agradeço à minha esposa, Ariadne Waureck, por todo amor, paciência e companheirismo, sempre esteve disposta a me ouvir e me ajudar, colaborando para meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus pais, Silvana Aparecida Pereira Leite e Luiz Pereira Leite, pelo amor, carinho e incentivo durante a vida.

Agradeço à minha querida orientadora, professora Dra. Mirna de Lima Medeiros, por acreditar em mim desde da seleção do mestrado, pelo incentivo à pesquisa, pela paciência e orientação, com seus conhecimentos enriquecedores.

Agradeço, em especial, à minha co-orientadora, professora Dra. Augusta Pelisnki Raiher, por compartilhar seu enorme conhecimento, pela paciência que teve comigo ao longo desta caminhada e por dispor de seu tempo para auxiliar na realização desta pesquisa.

Estendo os agradecimentos aos membros da banca, Professora Dra. Claudia Souza Passador e Professora Dra. Sandra Maria Scheffer, pelas contribuições importantíssimas no decorrer desse processo de avaliação. Tenham a certeza que suas contribuições foram muito valiosas para a concretização deste trabalho.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG - PR), por proporcionar não apenas a formação, por meio desse curso de pós-graduação, mas pela oportunidade de crescimento pessoal, profissional e de transformação da vida, experienciando o ensino superior público. Estendo os agradecimentos ao próprio Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (PPGCSA), do qual tive a honra de fazer parte como discente de Mestrado.

RESUMO

LEITE, R. P. **Indicações Geográficas e o Desenvolvimento Territorial dos Municípios Brasileiros: Uma análise no contexto da pandemia da COVID-19.** Orientadora: Mirna de Lima Medeiros, 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

As Indicações Geográficas (IGs) são um tipo de propriedade intelectual aplicável a bens e serviços que possuem o intuito de proteger produtos e serviços reconhecidos pelo seu local de origem, mas, além disso, elas podem ser aplicadas como uma ferramenta para o desenvolvimento territorial, ou ainda, para auxiliar a mitigar efeitos de crises, como a causada pela pandemia da COVID-19. Na presente dissertação, o objetivo foi avaliar a importância de se ter uma ou mais IGs no desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19. Para tanto, este trabalho utilizou o método da pesquisa exploratória. Iniciou-se por meio da pesquisa bibliográfica, que procurou dar fundamentação teórica sobre o tema estudado, para isto, as buscas se concentraram nas principais bases de dados de trabalhos científicos: Portal de Periódicos da CAPES, SCIELO, Science Direct, Scopus e Web Of Science. Do ponto de vista da abordagem, este estudo se caracteriza como pesquisa quantitativa. Tendo as seguintes fontes de dados: Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Ministério de Agricultura e Pecuária, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Ministério do Trabalho e Emprego. O método empregado para avaliar o impacto das IGs no desenvolvimento foi o *Propensity Score Matching*. Esta técnica consiste na combinação de grupos com base em parâmetros específicos e é utilizada para estimar a diferença de efeito entre um grupo de tratamento e um grupo controle. Optou por considerar exclusivamente as IGs relacionadas ao setor agroalimentar, dada sua predominância em registros no país. Construiu-se quatro cenários: 1. considerou como grupo tratado aqueles municípios que possuíam pelo menos uma IG e como grupo controle todos os que não possuíam IG; 2. os tratados corresponderam aos municípios que possuíam duas IGs ou mais e os controles àqueles com uma ou sem nenhuma IGs; 3. os tratados corresponderam aos municípios que possuíam duas IGs ou mais e os controles àqueles sem nenhuma IGs; 4. os tratados corresponderam aos municípios que possuíam duas IGs ou mais e os controles àqueles com apenas uma IGs. Os indicadores de desenvolvimento territorial analisados foram a variação do PIB *per capita*, variação do número de estabelecimentos formais, variação do emprego total *per capita*, variação do emprego no turismo *per capita*, variação do emprego na hotelaria *per capita*, variação do emprego na agropecuária *per capita*, análise feita exclusivamente durante a pandemia. Dentre os principais resultados, identificou-se efeitos positivos para o PIB *per capita* (em todos os cenários avaliados), emprego na agropecuária *per capita* (no cenário 1), emprego total *per capita* e emprego na hotelaria *per capita* (no cenário 1). Para o número de estabelecimentos formais e empregos no turismo *per capita* não foram encontrados resultados estatisticamente significantes. Os resultados mostraram que as IGs foram essenciais para atenuar os impactos negativos da pandemia em vários indicadores de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Desenvolvimento Territorial. Propensity Score Matching (PSM).

ABSTRACT

LEITE, R. P. **Geographical Indications and the Territorial Development of Brazilian Municipalities: An analysis in the context of the COVID-19 pandemic.** Advisor: Mirna de Lima Medeiros, 2024. Dissertation (Master's Degree in Applied Social Sciences) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

Geographical Indications are a type of intellectual property applicable to goods and services that aim to protect products and services recognized by their place of origin, but they can also be applied as a tool for territorial development, or even to help mitigate the effects of crises, such as the one caused by the COVID-19 pandemic. The aim of this dissertation was to assess the importance of having one or more Geographical Indications in the territorial development of Brazilian municipalities during the COVID-19 pandemic. To this end, this work used the exploratory research method. It began with bibliographic research, which sought to provide a theoretical basis for the topic studied. Searches were concentrated on the following databases: CAPES Journal Portal, SCIELO, Science Direct, Scopus and Web Of Science. From the point of view of the approach, this study is characterized as quantitative research. The following data sources were used: the National Institute of Industrial Property, the Ministry of Agriculture and Livestock, the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Ministry of Labor and Employment. The method used to assess the impact of Geographical Indications on development was the Propensity Score Matching. This technique consists of combining groups based on specific parameters and is used to estimate the difference in effect between a treatment group and a control group. We chose to consider only Geographical Indications related to the agri-food sector, given their predominance in registrations in the country. Four scenarios were constructed: 1. the treated group were those municipalities with at least one Geographical Indication and the control group were those without any Geographical Indications; 2. the treated group were those municipalities with two or more Geographical Indications and the control group were those with one or no Geographical Indications; 3. the treated group were those municipalities with two or more Geographical Indications and the control group were those with no Geographical Indications; 4. The treated municipalities were those with two or more Geographical Indications and the control municipalities were those with only one Geographical Indication. The territorial development indicators analyzed were the variation in GDP per capita, variation in the number of formal establishments, variation in total employment per capita, variation in tourism employment per capita, variation in hotel employment per capita, variation in agricultural employment per capita, analyzed exclusively during the pandemic. Among the main results, positive effects were identified for GDP per capita (in all the scenarios evaluated), employment in agriculture per capita (in scenario 1), total employment per capita and employment in hotels per capita (in scenario 1). No statistically significant results were found for the number of formal establishments and tourism jobs per capita. The results showed that Geographical Indications were essential in mitigating the negative impacts of the pandemic on various territorial development indicators.

Keywords: Geographical Indication. Territorial development. Propensity Score Matching (PSM).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da organização da pesquisa.....	18
Figura 2 – Percentual de municípios com e sem IGs – dezembro/2023.....	47
Figura 3 – Distribuição das IGs – por quantidade – municípios do Brasil 2023.....	50
Figura 4 – Quantidade Municípios com IGs por estados do Brasil.....	51
Figura 5 – Variação Positiva ou Negativa dos indicadores de desenvolvimento após início da pandemia [mapas (a) ao (f)] e número de IGs [mapa (g)] – municípios brasileiros.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Categorias da Propriedade Industrial.....	21
Quadro 2 –	Indicadores territoriais regionais, urbanos, federativos e ambientais.....	28
Quadro 3 –	Índices e indicadores utilizados no Brasil.....	29
Quadro 4 –	Quadro resumo dos estudos que utilizam PSM para averiguação de efeitos de IGs no desenvolvimento.....	33
Quadro 5 –	Tratado e controle.....	40
Quadro 6 –	Covariáveis do modelo Probit e sua fonte.....	41
Quadro 7 –	Variáveis de Resultados e algoritmos de vizinhança.....	41
Quadro 8 –	Variáveis de Resultados do modelo PSM, fonte e anos analisados.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	IG por tipos de produtos por município – Brasil – 2023.....	44
Tabela 2 –	IGs por Produtos Agroalimentares e Não Agroalimentares – municípios do Brasil – 2023.....	46
Tabela 3 –	Percentual e quantidade de municípios com IGs em relação ao total de municípios de cada Estado – municípios do Brasil – 2023.....	52
Tabela 4 –	Estatísticas descritivas acerca dos indicadores relacionados ao desempenho econômico dos municípios brasileiros na pandemia – municípios do Brasil.....	54
Tabela 5 –	Probabilidade de o município ter uma IG segundo as covariáveis do modelo Probit.....	57
Tabela 6 –	Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do PIB <i>per capita</i> (mil R\$) - municípios do Brasil.....	58
Tabela 7 –	Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Total <i>per capita</i> - municípios do Brasil.....	60
Tabela 8 –	Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação dos Estabelecimentos - municípios do Brasil.....	60
Tabela 9 –	Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Turismo <i>per capita</i> - municípios do Brasil.....	61
Tabela 10 –	Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Hotelaria <i>per capita</i> - municípios do Brasil.....	63
Tabela 11 –	Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Agropecuária <i>per capita</i> - municípios do Brasil.....	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATE	<i>Average Treatment Effect</i> - Efeito Médio do Tratamento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
CUP	Convenção da União de Paris
DO	Denominação de Origem
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ES	Espírito Santo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IGs	Indicações Geográficas
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP	Indicação de Procedência
IVF	Índice de vulnerabilidade fiscal
IVS	Índice de vulnerabilidade social
MAPA	Ministério de Agricultura e Pecuária
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PB	Paraíba
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PSM	<i>Propensity Score Matching</i>
RS	Rio Grande do Sul
SCIELO	Biblioteca Científica Eletrônica Online
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TRIPS	<i>Trade-related Aspects of Intellectual Property Rights</i>
UE	União Europeia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WIPO	<i>World Intellectual Property Organization</i> - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO...	11
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	17
2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	19
2.1 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	19
2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	24
2.2.1 Indicadores de Desenvolvimento	27
2.3 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	30
3 METODOLOGIA.....	34
3.1 <i>PROPENSITY SCORE MATCHING</i> (PSM).....	35
3.2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL	44
4.2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A – RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM UMA OU MAIS INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	79
APÊNDICE B – VIÉS PADRONIZADO – COVARIADAS - ANTES E DEPOIS DO PSM.....	115
APÊNDICE C – ESCORES DE PROPENSÃO APÓS O PAREAMENTO	117
APÊNDICE D – TESTES DE DIFERENÇA DE MÉDIAS ENTRE AS COVARIADAS APÓS O PAREAMENTO	119

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização tem estimulado o aumento da competitividade entre as empresas, o que pode fazer com que o mercado, algumas vezes, torne-se excludente para organizações com dificuldades em inovar (Pellin, 2016a). Com o avanço da industrialização, os produtos e serviços tendem a ser mais padronizados e apresentar características muito semelhantes e, sendo assim, a diferenciação se dá por questões de preço e não de qualidade (Lobo; Ferreira, 2019).

Porém, produtos e serviços com características únicas e marcantes vêm sendo valorizados e apreciados pelos consumidores que aceitam até pagar um valor mais alto por eles (Lobo; Ferreira, 2019). A diferenciação de produtos e serviços pode oferecer oportunidades para o crescimento da produção e oferta de serviços com essas características (Pellin, 2016b).

Vindo ao encontro dessa valorização, as Indicações Geográficas (IGs) têm como objetivo proteger produtos ou serviços com este reconhecimento estritamente relacionado ao local de origem, para que não sofram com fraudes e garantam também a qualidade (David *et al.*, 2021). No Brasil, as IGs fazem parte da propriedade intelectual, aplicam-se a bens e serviços, e estão protegidas pela Lei 9.279/96, a chamada Lei da Propriedade Industrial (Brasil, 1996).

Nessa lei estão previstos dois tipos de IGs, a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). No Brasil, apesar de a lei que trata das IGs ser do ano de 1996, a primeira IG foi reconhecida no país somente em 2002, no estado do Rio Grande do Sul (RS), com o registro da IP com o nome *Vale dos Vinhedos*, enquanto que a primeira IG do tipo DO foi registrada no ano de 2010, também no RS, com o nome de *Litoral Norte Gaúcho* (Prado *et al.*, 2022).

No Brasil, existem atualmente¹ registradas 112 IGs, sendo 86 do tipo IP, e 26 do tipo DO. Existe, ainda, dentre o total de IGs registradas no Brasil, 9 IGs estrangeiras (Sebrae, 2024).

É importante destacar que dentre esse total de IGs no Brasil, algumas possuem o mesmo nome, região e produto, porém são de tipos diferentes como é o caso da *Vale dos Vinhedos* - RS, que possui registro de uma IP realizado em

¹ IGs reconhecidas até 20 de fevereiro de 2024.

2002, e de uma DO reconhecido em 2012. Alguns casos, como este, decorrem do fato de que a legislação brasileira, até o ano de 2019, não permitia a alteração do tipo de IG, sendo necessário fazer um novo registro (Prado *et al.*, 2022).

Por estarem diretamente ligadas aos conhecimentos regionais, as IGs auxiliam na preservação do patrimônio cultural e material das regiões onde estão inseridas (Pellin, 2016b). Além disso, quando bem estruturadas, podem contribuir para um crescimento econômico por parte dos produtores, pois, por meio do reconhecimento da qualidade do produto, é possível aumentar os preços e também alcançar novos mercados. Com o reconhecimento da qualidade e diferenciação, as IGs acabam se tornando atrativas e facilitam a abertura de novos negócios, contribuindo assim para a movimentação da economia local. Considerando ainda que elas contribuem para a visibilidade da região em que estão inseridas, em alguns casos, isso facilita para que sejam desenvolvidas outras atividades típicas da cultura da região, causando assim um impacto econômico positivo (Locatelli, 2007).

Existem estudos que apontam que quando o município ou região possui uma IG, ela pode influenciar positivamente em seu desenvolvimento. Trabalhos como de Medeiros, Raiher e Passador (2021), Matos, Braga e Albino (2021), Poetschki, Peerlings e Dries (2021), Lilavanichakul (2020), Crescenzi *et al.* (2022) e Jena *et al.* (2015) realizaram essa análise.

Porém, existem autores como Froehlich (2013) e Contini *et al.* (2016) que argumentam que as IGs beneficiam apenas as elites locais, proporcionando exclusão e não ocasionando o desenvolvimento na região, como é esperado. Outro estudo que encontra resultados contrastantes aos benefícios de se possuir uma IG é o de Matos, Braga e Albino (2021) que, ao analisar quantitativamente a influência de se possuir ou não uma IG do tipo IP nos municípios mineiros, não encontrou impacto positivo significativo em se ter um IG, frente ao desenvolvimento municipal.

Diante dos trabalhos mencionados, podemos destacar que as análises realizadas por eles buscaram averiguar os efeitos da IG em municípios, com resultados díspares, ademais, não foram encontrados trabalhos que comparem os efeitos de se possuir mais de uma IG no mesmo município. No Brasil, cada IG possui uma delimitação por região e essa delimitação pode incluir um ou mais municípios em sua composição. Além disso, um município pode fazer parte do

território delimitado de uma ou mais IGs, o que desperta o interesse em avaliar se isso traz algum efeito no seu desenvolvimento.

A presença de várias IGs em um único município pode ou não catalisar o desenvolvimento local de maneira multifacetada. Essas IGs, que destacam produtos ou serviços únicos associados a uma região específica, não apenas diversificam a economia local, mas também fortalecem a identidade cultural da comunidade. Além disso, elas podem atrair investimentos, promover o turismo e estimular a inovação, contribuindo assim para o crescimento econômico e o bem-estar social da região.

No entanto, é fundamental que a gestão das IGs seja eficaz e coordenada, para maximizar esses benefícios. Isso inclui a proteção legal das IGs, a promoção eficiente, a garantia de qualidade e a colaboração entre os diferentes setores envolvidos. Além disso, é importante considerar a capacidade de recursos locais para manter e desenvolver todas as IGs com sucesso. Quando gerenciadas de maneira eficaz, várias IGs podem, teoricamente, intensificar o desenvolvimento de um município.

Ademais, é crucial reconhecer o potencial das IGs em mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia. A capacidade das IGs de promover produtos e serviços locais de alta qualidade pode ser uma ferramenta poderosa na recuperação econômica pós-crise. A proteção e a promoção das IGs podem incentivar o consumo local, apoiando assim a economia regional e reduzindo a dependência de cadeias de suprimentos globais, que foram severamente afetadas durante a pandemia.

Em dezembro de 2019, foi identificada uma nova doença respiratória, que avançou por muitos países, chegando ao *status* de pandemia em março de 2020, com a declaração oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS). A COVID-19 era altamente transmissível em humanos, então, medidas de proteção foram implementadas, como distanciamento social, utilização de máscaras e até mesmo confinamento. Medidas extremamente necessárias para conter o seu avanço pelo mundo. Porém, com tais medidas, muitos setores não essenciais foram paralisados, o que acabou gerando diversos efeitos negativos. Assim, em decorrência disso, instaurou-se uma crise econômica mundial, afetando diversas áreas da economia.

A pandemia teve uma duração de aproximadamente três anos (em 05 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da pandemia da COVID-19). Apesar da declaração da OMS, a doença continua presente, porém, com o desenvolvimento de vacinas e o maior entendimento sobre prevenção e contaminação, o dia a dia e a rotina foram se normalizando.

Diante desse contexto, será que possuir uma ou mais IGs se apresentou como um diferencial na proteção ou mitigação das perdas do desenvolvimento territorial durante o período da pandemia da COVID-19? Essa é a principal questão a ser respondida por esta pesquisa.

A seguir, serão descritos os objetivos do estudo, elaborados com a intenção de conseguir sanar a questão apresentada.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar a importância de se ter uma ou mais de uma Indicação Geográfica no desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19.

1.1.2 Objetivos específicos

- Discutir sobre Indicação Geográfica e desenvolvimento territorial;
- Caracterizar o panorama das Indicações Geográficas brasileiras;
- Analisar o efeito de se ter uma ou mais de uma Indicação Geográfica no processo de desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19.

1.2 JUSTIFICATIVA

Alguns estudos evidenciaram que as IGs podem influenciar positivamente no desenvolvimento dos municípios onde estão inseridas, porém, há outros achados que indicam que a IG pode não trazer os benefícios esperados para o desenvolvimento dos municípios onde estão inseridas. Se considerado que a IG

pode trazer benefícios por meio de sua influência, isso poderia acontecer nos âmbitos econômico, social, cultural ou ambiental (Mendonça; Procópio; Corrêa, 2019; Oliveira, 2021; Trentini; Sae, 2009).

Trabalhos teóricos empíricos quantitativos realizados apontam que as IGs podem influenciar nos municípios sobre algumas variáveis, como: emprego, turismo, exportações, renda, êxodo rural (Medeiros; Raiher; Passador, 2021), renda agrícola (Poetschki; Peerlings; Dries, 2021), custo total, lucro e produtividade da terra (Lilavanichakul, 2020), dinâmica populacional e emprego (Crescenzi *et al.*, 2022) e variáveis de gastos com consumo (Jena *et al.*, 2015).

Por outro lado, o estudo empírico de Matos, Braga e Albino (2021), considerando as variáveis de: valor adicionado bruto da administração, valor adicionado bruto dos serviços, valor adicionado bruto da agropecuária, valor adicionado bruto da indústria e valor geral do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal não encontram relação de influência positiva das IGs mineiras no desenvolvimento.

Enquanto que estudos teóricos empíricos qualitativos destacam que as principais contribuições da IGs estão na agregação de valor aos produtos, aumento nas vendas, acesso a novos mercados, incentivo a atividades complementares (Pellin, 2016a; Maiorki; Dallabrida, 2015), estímulos a investimentos na produção, valorização das propriedades, oferta de emprego, aumento no valor agregado de produtos e serviços (Caldas; Araújo; Coury, 2017); alguns autores destacam que a IG contribui muito para o desenvolvimento, porém ela, por si só, não traz os resultados de imediato, são necessárias outras ações em paralelo para o desenvolvimento ser potencializado (Pellin, 2016b; Caldas; Araújo; Coury, 2017). Ao analisar os estudos aqui citados, percebe-se que se trabalha com a dimensão das IGs quanto a casos específicos ou por municípios, porém, nenhum deles destaca a influência que pode, ou não, ser ocasionada caso um município tenha mais de uma IG em seu território. Outro ponto a ser destacado é que nenhum dos estudos apresenta resultados referentes a um cenário de pandemia.

É importante destacar que, desde da descoberta da COVID-19, de dezembro de 2019 até maio de 2023, o mundo viveu um cenário pandêmico. Para controlar a propagação da doença e preservar vidas, diversas medidas de saúde

públicas foram aplicadas, dentre elas *lockdowns*², quarentenas, distanciamento social, restrições de viagens, uso de máscaras, etc. Porém, tais medidas contribuíram para, além de conter o avanço da doença, influenciar no comportamento das pessoas, empresas e instituições governamentais, afetando diversos setores da economia (Gössling; Scott; Hall, 2020).

Ao considerar que a pandemia da COVID-19 desencadeou problemas para o desenvolvimento mundial, é importante verificar se tais efeitos sofreram alguma alteração em decorrência da presença de IGs nos municípios nos quais estão inseridas. A ideia é avaliar se em municípios com uma ou mais IGs durante o período da pandemia da COVID-19, houve resultados, no âmbito de seu desenvolvimento territorial, motivados pela presença de IGs no município.

Os resultados dessa análise podem ser positivos, considerando que a presença de uma ou de mais IGs pode aumentar a demanda por essas variáveis mencionadas. Além disso, essa situação pode trazer benefícios, como a diversificação econômica, o fortalecimento da identidade regional, o crescimento do turismo e o aumento do interesse de potenciais investidores. Em outras palavras, esses benefícios justificam políticas de incentivo à criação de IGs, pois a sua presença no território pode estimular o desenvolvimento de diversos setores, incluindo turismo, serviços, agricultura, artesanato, entre outros.

No entanto, ao encontrar resultados não significativos, pode-se compreendê-los a partir do fato de o município possuir uma ou mais IGs, mas não as explorar de forma adequada. Ainda, pode haver casos em que as IGs do mesmo território possuam características tão semelhantes que não sejam capazes de proporcionar benefícios adicionais. Além disso, é crucial observar que a simples presença de uma IG no município pode não ser suficiente para garantir os benefícios mencionados. Esses potenciais benefícios dependem de outros fatores, como a cooperação entre as partes envolvidas nas IGs, o apoio das autoridades locais, a infraestrutura adequada, a conscientização das partes interessadas, a regulamentação e uma gestão eficiente, além desses fatores

² O *lockdown* foi adotado durante a pandemia da COVID-19 como uma medida de emergência para evitar que as pessoas saíssem de suas casas para atividades não essenciais. Tinha como objetivo reduzir o número de pessoas circulando nas ruas e, conseqüentemente, controlar a disseminação do vírus.

mencionados, durante a pandemia, foram tomadas várias decisões governamentais para controlar a COVID-19 que influenciaram nos resultados.

Inicialmente, a partir da realização de uma busca sistemática sobre o tema, a fim de aprofundar os conhecimentos para a construção deste trabalho, destaca-se que não foram encontrados estudos que analisassem o desenvolvimento territorial em decorrência de uma ou mais de uma IG em um mesmo município, e nem que evidenciassem a importância da presença de IGs durante a pandemia.

Considerando tais argumentos, este trabalho se torna relevante e inédito, visto que a pandemia teve proporções mundiais e que influenciou diretamente o desenvolvimento. Outro fator a ser destacado é que já há vários registros de municípios que possuem mais de um tipo de IG como, por exemplo, o caso de Vale dos Vinhedos - RS, que possui uma DO e uma IP, e de ocorrências nas quais, em um mesmo município, há mais de uma IG com produtos distintos em seu território como, por exemplo, o município de Aceguá - RS, onde estão inseridas uma IP de vinho e outra IP de carne bovina (INPI, 2021; INPI, 2022b).

Com os resultados deste trabalho, será possível entender se de fato um município com mais de uma IG em seu território possui mais benefícios ou não, e se isso colaborou para a mitigação dos efeitos negativos da pandemia. A partir de tais resultados, e, caso sejam positivos, pode-se contribuir para políticas de incentivo à criação de novas IGs em territórios que já possuam uma IG reconhecida ou territórios próximos àquelas já existentes.

Outro ponto a se destacar é que o trabalho de pesquisa se torna interessante para o *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas* por se enquadrar na linha de pesquisa de *Estado, Direitos e Políticas Públicas*, ao abordar o desenvolvimento territorial e as IGs, pois são questões atreladas ao tema das políticas públicas.

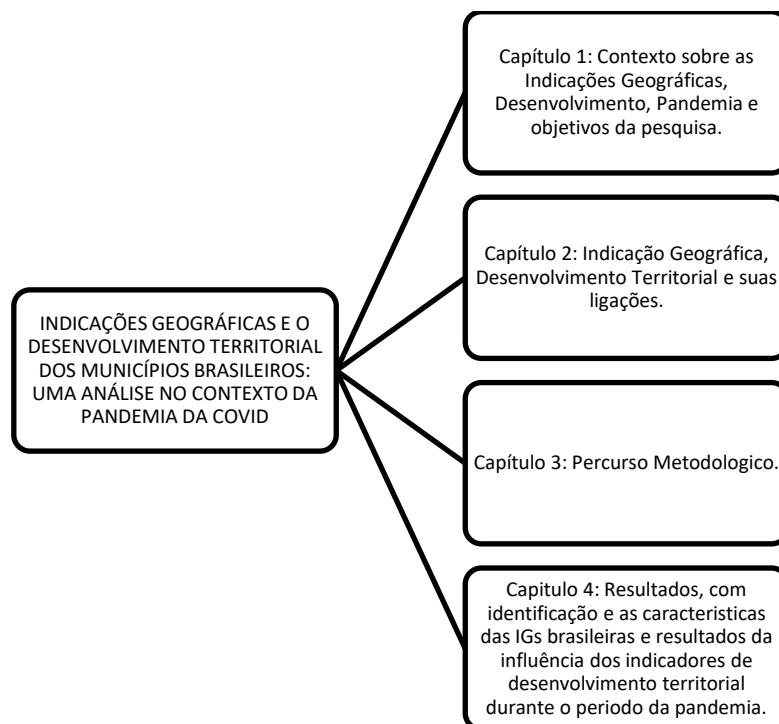
Em seguida, apresenta-se a organização deste trabalho que, além desta parte introdutória, divide-se em quatro capítulos para facilitar a sua leitura e compreensão.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho é composto de quatro capítulos (Figura 1). No seu primeiro capítulo, apresenta a introdução ao trabalho, composta pela contextualização

sobre as IGs e breve desenvolvimento, tratando da questão de partida, dos objetivos, da justificativa e desta organização do trabalho, para auxiliar a compreensão do contexto e da estrutura da pesquisa.

Figura 1 – Esquema da organização da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

O capítulo dois apresenta o tema IGs e desenvolvimento territorial, nele, são trabalhados os conceitos, histórico e legislações referentes às IGs, em seguida, trabalha-se com os conceitos e perspectivas de desenvolvimento territorial. Finaliza-se relacionando as IGs e o desenvolvimento territorial.

No capítulo três, consta a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, detalhando o tipo da pesquisa, fontes de dados utilizadas e, principalmente, o método estatístico utilizado.

O capítulo quatro discorre sobre os resultados após a aplicação do método escolhido, e está dividido em uma análise descritiva das IGs no Brasil e em análises estatísticas. Na sequência, temos as considerações finais. E, por fim, as referências utilizadas para o embasamento deste trabalho, assim como os respectivos apêndices.

2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A seguir, trata-se, primeiramente, das IGs, abordando temas como seu histórico, legislação e conceito.

Na sequência, aborda-se o conceito de desenvolvimento territorial, tratando de algumas de suas perspectivas e de seus indicadores. Por fim, discute-se como o desenvolvimento territorial influencia nas IGs.

2.1 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A associação de produtos ao seu local de origem é algo antigo. Povos gregos e romanos, por volta de 4 a.C., já utilizavam desse recurso para identificar a localidade de origem no nome de produtos como vinhos e azeites. Isso facilitava aos consumidores identificar características particulares do produto, devido à sua origem (Medeiros; Passador, 2015). Além dos povos gregos e romanos, outras citações encontradas que indicam a mesma prática de identificação dos produtos conforme a sua origem podem ser encontradas em passagens bíblicas, como é o exemplo encontrado no livro de *Cânticos I*, que cita o as vinhas de Em-Gedi; ou em *Reis V*, que se refere ao cedro do Líbano.

Há tempos os produtos são identificados pela sua origem, podendo isso se dar pelo nome de sua localidade, região ou até mesmo país. Essa identificação se explica pela ligação que o produto tem com o meio onde é produzido. Os produtores identificam seus produtos como forma de distinção, qualidade e até mesmo publicidade de seus produtos.

Apesar de existirem referências históricas muito antigas que fazem menção a produtos com seus nomes associados à sua origem, na história recente, foi na Europa que as IGs tiveram oficialização. O primeiro produto que teve sua proteção promovida pelo poder público, por meio de uma IG, foi o vinho (Cerdan *et al.*, 2014).

A primeira lei específica com finalidade de proteção a produtos que se tem conhecimento foi instituída em Portugal, pelo Secretário de Estado do Reino Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, por meio de decreto local, e tinha como objetivo proteger e valorizar o Vinho do Porto. Além da lei para a proteção do vinho, foram definidas regras aos produtores do Vinho do Porto,

delimitando características do produto e da região onde ele poderia ser produzido (Almeida, 2010).

A partir de então, outros países viram a necessidade de proteger seus produtos e começaram a criar suas legislações específicas, principalmente por conta das falsificações às quais determinados produtos foram expostos (Pimentel, 2014). Com a preocupação de proteger seus produtos de cópias e falsificações, verificou-se que as legislações locais eram frágeis e teve início a organização para uma tratativa internacional. A partir dessa preocupação, o tema foi abordado pela primeira vez de forma internacional, em 1883, na Convenção da União de Paris (CUP), a qual originou um acordo entre diversos países (Barbosa; Valente, 2021).

A partir do acordo originado pela CUP, surgiram algumas demandas mais específicas, as quais foram tratadas em acordos posteriores, como é o caso dos acordos de Madri, em 1891; e de Lisboa, em 1958. No primeiro, tratou-se sobre o combate às falsas IGs e, no segundo, sobre o registro internacional das IGs. Tendo como base a revisão realizada no acordo da CUP em Estocolmo, em 1967, foi instituída a *World Intellectual Property Organization* (WIPO) ou, em tradução livre, a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (Barbosa; Valente, 2021).

Porém, foi com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) que discussões mais significativas ao redor do tema das IGs surgiram, principalmente em 1995, a partir da assinatura do acordo do *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), o *Acordo sobre Aspectos Comerciais Relativos aos Direitos de Propriedade Intelectual* (Silva, 2018).

No Brasil, as IGs são baseadas em convenções e acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário e, pela legislação nacional, na Lei 9.279 de 1996. Esta lei prevê que, em âmbito nacional, executar normas, regulamentos e conceder registros; e, em âmbito internacional, manifestar-se quanto a assinaturas de tratados, convenções e convênios que dizem respeito à Propriedade Industrial é uma das competências do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Sendo este uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) (Brasil, 1996; INPI, 2024).

Os serviços prestados pelo INPI incluem registro de marcas, desenhos industriais, programas de computadores, topografia de circuitos integrados, IGs,

concessões de patentes, averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia (INPI, 2024). Em resumo, cabe ao INPI o registro de ativos de propriedade intelectual e a repressão à concorrência desleal. No Quadro 1, descreve-se as definições de alguns dos instrumentos sob responsabilidade do INPI, segundo a Lei 9.279, de 14 de maio de 1996.

Quadro 1 – Categorias da Propriedade Industrial

Categoria	Definição
Marca	Sinal que busca destacar a origem de um produto ou serviço de outros semelhantes de origens diversas, ela tem o propósito principal de diferenciar o produto ou serviço entre empresas concorrentes. As marcas são classificadas como: marca de produto ou serviço, coletiva e de certificação. Marca de produto ou serviço: é usada para distinguir produtos e serviços; Marca Coletiva: é utilizada para indicar ao consumidor que o produto ou serviço em questão tem origem de membros de uma determinada entidade; Marca de certificação: possui a finalidade de garantir que tal produto ou serviço está de acordo com padrões e normas técnicas específicas.
Patente	Título concedido ao inventor de determinada tecnologia que proporciona o direito exclusivo de exploração temporária, protegendo da utilização do invento por terceiros. A patente pode ser concedida tanto à pessoa física como à pessoa jurídica, vale destacar que a proteção somente é válida no país em que se possui a patente, sendo necessário realizar o pedido em outros países, caso seja de interesse.
Desenho Industrial	Concede proteção à criação de design de um objeto, sendo esse necessariamente possível de ser reproduzido em escala industrial. A proteção ao desenho industrial é válida no país em que se possui o registro, sendo necessário realizar o pedido em outros países, caso seja de interesse.
Indicação Geográfica	Consiste em atribuir um nome geográfico de um país, cidade ou região que indica a procedência de determinado produto ou serviço. A proteção da Indicação Geográfica é válida somente no país em que se possui a o registro, sendo necessário realizar o pedido em outros países, caso seja de interesse.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (1996) e de Mendonça; Procópio; Corrêa (2019).

Após entender como a IG surgiu, quais as legislações pertinentes ao tema, e a diferença com relação a outros signos distintivos, cabe agora o aprofundamento sobre o que é uma IG e os seus possíveis efeitos. O primeiro conceito de IG, de forma explícita, foi apresentado no TRIPS, no artigo 22, que apresenta o seguinte texto:

Indicações Geográficas são, para os efeitos deste Acordo, indicações que identifiquem um bem como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade,

reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica (OMC, 2005, tradução nossa)³.

Considerando o conceito definido no TRIPS, pode-se entender que a IG é um instrumento de proteção a produtos e serviços regionais que possuem qualidade, fama ou características específicas e que podem ser associados à sua origem territorial. É resultado de uma associação entre qualidade, tradição e território (David *et al.*, 2021). Por estarem diretamente ligadas aos conhecimentos regionais, as IGs auxiliam na preservação do patrimônio cultural e material de onde estão inseridas (Pellin, 2016b).

Como forma de diferenciação, os produtos ou serviços que possuem IGs recebem signos para se distinguirem dos demais, além da distinção, outra designação para os signos é o de proteção contra as falsificações e adulterações, garantindo assim a procedência do produto ou serviço (David *et al.*, 2021).

Os signos são uma ferramenta que permite aos produtos e serviços a agregação de valor. Os produtos locais identificados com eles são passíveis de confirmar sua autenticidade e relacioná-los à sua história, tradição, cultura e regionalidade (Pellin, 2016b). Essa agregação de valor, além de permitir um acréscimo nos preços, permite também a conquista de novos mercados, possibilitando, com isso, um aumento no volume de produtos vendidos (Wociechoski, 2019).

A diferenciação tem assumido cada vez mais o papel de protagonista na construção de identidades e marcas, permitindo que produtos e serviços com esse diferencial sejam cada vez mais valorizados pelo mercado. É a partir desse olhar que as IGs têm se destacado, garantindo a qualidade de produtos regionais e as características advindas de sua origem (David *et al.*, 2021).

No Brasil, segundo a legislação, as IGs estão divididas em dois tipos, a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO) (Brasil, 1996). A divisão pode ser entendida melhor nos artigos 177 e 178 da Lei de Propriedade Intelectual, Lei 9.276 de 1996, que apresenta o seguinte texto:

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado

³ Texto original: “Geographical indications are, for the purposes of this Agreement, indications which identify a good as originating in the territory of a Member, or a region or locality in that territory, where a given quality, reputation or other characteristic of the good is essentially attributable to its geographical origin” (OMC, 2005).

conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 1996).

Enquanto que a IP possui um conceito mais restrito à fama, ligando o produto ou serviço ao seu local de origem. A DO possui um conceito mais abrangente e estabelece uma ligação entre os produtos e serviços, sua origem geográfica e aspectos territoriais, naturais e humanos envolvidos no processo do produto ou serviço (Vieira; Zilli; Bruch, 2016).

No Brasil, as condições de registros das IGs são regulamentadas pelo INPI, por meio da Portaria INPI-PR 4, de 12 de janeiro de 2022, que estabelece condições para o registro das IGs e dispõe sobre a recepção e processamentos dos pedidos e petições, assim como sobre o *Manual de IG* (INPI, 2022a).

O INPI estabelece as seguintes condições para o pedido do registro da IG: I - o nome geográfico; II - a descrição do produto ou serviço; III - legitimidade do requerente; IV - caderno de especificações técnicas. V - instrumento oficial que delimita a área geográfica; VI - documentos que comprovem reconhecimento do nome geográfico; VII - documento que comprove a existência de uma estrutura de controle ao uso exclusivo da IG; VIII - documento que comprove os produtores ou prestadores de serviços na área geográfica demarcada (INPI, 2022a).

Após cumpridas todas as exigências legais, o INPI poderá ou não conceder o registro da IG solicitada. Vale lembrar que, desde de que cumpridos todos os requisitos legais, não há distinção do tipo de produtos ou serviços que possam receber reconhecimento de IG. No Brasil, os produtos e serviços já registrados são variados e podem ser categorizados por setores, como: produtos agroalimentares, artesanato, pedras/minerais, indústria, serviços e peixes ornamentais (Sebrae, 2023).

As IGs, além de destacarem os produtos e serviços, podem ser consideradas como impulsionadoras do crescimento e do desenvolvimento de uma região, com valorização de seus recursos territoriais, possibilitando novos nichos de mercado (Vieira; Zilli; Bruch, 2016). Ademais, não só oferecem alguns benefícios para as pessoas diretamente ligadas à produção do bem ou do serviço, mas também podem ser fonte de desenvolvimento para a região a que pertencem,

pois a influência da IG está não somente nos benefícios econômicos, mas também no impacto positivo ao meio, ajudando na preservação ambiental e dos laços culturais. Sendo assim, elas podem fomentar o desenvolvimento de atividades e serviços complementares em torno das atividades desenvolvidas pela IG, criando um ambiente propício para o crescimento da região ou do município em que está localizada (Vieira; Zilli; Bruch, 2016).

Considerando que as IGs contribuem para a visibilidade da região onde estão, isso facilita que sejam desenvolvidas atividades típicas da cultura da região, como festas regionais, causando um impacto econômico positivo (Locatelli, 2007). Também fortalecem a abertura de novos negócios e a movimentação da economia local, de tal modo que é provável que se obtenha ganhos, em termos de desenvolvimento. Há uma possível relação direta com a geração de emprego e renda, o que conseqüentemente melhora o poder aquisitivo das famílias dos municípios e, por sua vez, aumenta a qualidade vida das pessoas (Vieira; Zilli; Bruch, 2016).

Para entender o que seria este desenvolvimento territorial no qual as IGs podem ou não causar algum impacto, a seguir, esse tema será abordado para sua melhor compreensão.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para compreender desenvolvimento territorial, primeiro, é necessário entender os conceitos de desenvolvimento e de território. Historicamente, o conceito de desenvolvimento tem sido construído a partir de três perspectivas, sendo elas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas (Santos *et al.*, 2012). Porém, o termo também pode ser utilizado para se referir a um processo de evolução de pessoas, situações, objetos, entre outros.

Desenvolvimento, por ser conceitualmente multifacetado, é utilizado por diversas áreas do conhecimento, que o tratam como um conceito chave e o aplicam em diversas situações (Siedenberg, 2003). Mas, para este estudo, vamos considerar o desenvolvimento na sua perspectiva econômica, principalmente por meio da análise de indicadores.

O território, por sua vez, pode ser compreendido como o espaço no qual acontecem diversas relações, como as econômicas, sociais, políticas e institucionais (Schneider, 2004). Porém, ainda existem autores da geografia que definem território com base na relação de poder estabelecida entre pessoas que ocupam determinado espaço (Raffestin, 1993). Outros dividem o conceito de território em fragmentos menores, para melhor entendimento, como é o caso de Haesbaert (2001), que o divide em 3 vertentes, sendo elas: jurídico-política, cultural e econômica. Em cada uma das divisões, o autor explica seu conceito. A primeira é resultante de um espaço controlado e delimitado por um poder, a segunda se estabelece por meio da identidade social sobre o espaço, e a terceira é caracterizada pelo embate das classes sociais e pela relação de trabalho.

Para este trabalho, o conceito de território a ser adotado é o de Schneider (2004), pois é um dos que melhor se aproxima da ideia de IGs, visto que, em uma IG, é fundamental que existam relações entre os atores envolvidos, considerando sua cultura, economia e também o local onde estão inseridos. Porém, serão enfatizados os resultados econômicos das IGs.

Depois de definido o conceito território, é importante entender o que seria o desenvolvimento territorial e qual a influência das IGs sobre ele. O desenvolvimento territorial pode ser entendido como a valorização de um território por meio de atividades interacionais desenvolvidas por pessoas que se utilizam de recursos locais (materiais e habilidades) para potencializar a qualidade de vida dos indivíduos (Nascimento; Dallabrida, 2016). Esse entendimento pode ser complementado com a ideia de que o desenvolvimento territorial se trata de um processo de mudança, que utiliza das potencialidades dos recursos e ativos locais para a dinâmica socioeconômica e para a melhoria da qualidade de vida da população. Ou seja, o desenvolvimento territorial está baseado na valorização e ativação de recursos locais, com destaque para a identidade do local (Dallabrida, 2016).

O desenvolvimento territorial pode ser compreendido de duas formas, a econômica e a sociopolítica. Sendo que a primeira se refere aos sistemas de produção contidos no local e a segunda é entendida do ponto de vista social e político, que se refere ao fortalecimento e à maior participação das organizações locais nas estratégias e expectativas para o futuro (Cazella, 2008).

O processo de desenvolvimento econômico implica no crescimento da renda real por meio da utilização otimizada dos fatores de produção, levando em consideração as condições comunitárias prevalentes e as ideias contemporâneas (Jaguaribe, 1969). Ele também envolve a acumulação de capital, por meio de combinações efetivas de fatores de produção. Essa acumulação resulta em um aumento do fluxo de rendimento por unidade de força de trabalho empregada. No entanto, é fundamental que a acumulação esteja subordinada a um sistema de incentivos materiais que priorize a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Furtado, 2004).

Ao englobar tanto questões econômicas quanto sociais, que levam em consideração aspectos que influenciam a ordem social, o desenvolvimento passa a ser considerado como socioeconômico (Faria, 2015). O desenvolvimento socioeconômico mede a prosperidade de uma comunidade com base em sua capacidade de produzir recursos ou gerar rendimento, ou seja, não tem foco direto no ser humano, mas, sim, em suas oportunidades e capacidades. A ênfase do desenvolvimento socioeconômico está centrada nos seres humanos. Essa abordagem se baseia na crença de que medir o progresso na qualidade de vida de uma população exige mais do que apenas focar no fator econômico de geração de rendimento. Os valores sociais, culturais e morais também são levados em conta, incluindo as políticas que influenciam a qualidade geral da vida humana (Nino, 2016).

Após o entendimento das formas desenvolvimento territorial, é importante destacar os fatores que influenciam seu sucesso. As políticas para o desenvolvimento dependem de fatores intangíveis existentes, pois estudos recentes indicam que regiões com a mesma quantidade de fatores produtivos não apresentam, necessariamente, taxas de desenvolvimento iguais. Além disso, à medida que o desenvolvimento econômico avança, os fatores de crescimento tradicionais perdem a sua importância, dada a sua produtividade marginal, que é substituída pelos recursos intangíveis existentes. É importante destacar que os recursos intangíveis podem ser entendidos como aspectos não materiais que contribuem para o desenvolvimento, com foco no empreendedorismo regional, capital social e capital humano (Bidarra; Voll; Lima, 2017).

De todos os recursos intangíveis, o capital humano é um dos mais importantes. O nível de conhecimento e eficiência dos trabalhadores, as relações

entre os atores, a cooperação entre as empresas e os seus consumidores e a capacidade de disseminação do conhecimento são alguns dos ativos intangíveis que diferenciam o desempenho dos diferentes territórios, na dinâmica do desenvolvimento (Abramovay, 2006).

Fomentar o capital humano é um elemento crucial para o desenvolvimento na sociedade moderna. Por meio dele, eleva-se os fatores de produção, desenvolve-se tecnologias e se efetiva a difusão de novas técnicas e processos. O capital social, por outro lado, é um reflexo da colaboração entre indivíduos ou grupos com objetivos comuns. Essa colaboração é facilitada pela partilha de conhecimentos e informações, bem como pelo envolvimento em assuntos políticos (Furtado, 2004).

As capacidades dos indivíduos não são independentes, pelo contrário, dependem das suas relações com os outros. Dado que os indivíduos estão sempre situados dentro de quadros sociais e institucionais, é importante reconhecer a influência desses fatores contextuais. Portanto, é necessário considerar o impacto de tais enquadramentos sobre os indivíduos. Os três tipos de capital, nomeadamente: social, institucional e humano, estão intrinsecamente ligados e constituem um todo coeso (Bidarra; Voll; Lima, 2017).

Após discorrer sobre os conceitos, tipos e fatores do desenvolvimento territorial, é essencial entender como mensurar os efeitos do desenvolvimento. A seguir, são apresentadas as formas de avaliar o desenvolvimento por meio de indicadores.

2.2.1 Indicadores de Desenvolvimento

Para apoiar o planejamento e criar um sistema de informação objetivo sobre os territórios, um dos métodos mais cruciais é por meio da medição qualitativa e quantitativa da realidade. A eficácia dos indicadores e índices na sistematização e simplificação de processos complexos tem sido demonstrada como uma ferramenta valiosa nesse sentido. Ao utilizar indicadores de desigualdades e desequilíbrios territoriais, podemos identificar regiões de planejamento e direcionar políticas públicas e investimentos para reduzir os desequilíbrios territoriais. Isso nos permite espacializar esses indicadores e trabalhar para

alcançar uma distribuição mais equilibrada dos recursos (Meneses; Santos, 2012).

Os indicadores de desenvolvimento territorial servem como ferramentas práticas e metodológicas na orientação e monitoramento das políticas públicas de desenvolvimento (Meneses; Santos, 2012). Esses indicadores são medidas que permitem uma melhor compreensão das transformações ou processos sociais com conceitos pré-determinados que os cercam (Ribeiro, 2004). Ainda por meio dos índices e indicadores, é possível mensurar e realizar avaliações de como estão os fatores selecionados, fazer recortes por estados e municípios e avaliar o desempenho (Faria, 2015). Os indicadores podem ser definidos como dados, informações, valores ou descrições que ilustram uma determinada situação ou estado de coisas (Nahas, 2002).

Os indicadores são compostos por uma ou mais variáveis que, quando associadas de diversas formas, revelam significados mais profundos sobre os fenômenos que representam. É crucial notar que o valor dos indicadores está no que eles significam, e não no seu valor absoluto, e que são mais úteis quando analisados como um todo, e não individualmente (IBGE, 2008).

Segundo o IPEA (2016), os indicadores territoriais são divididos em regionais, urbanos, federativos e ambientais (Quadro 2).

Quadro 2 – Indicadores territoriais regionais, urbanos, federativos e ambientais

(continua)

Indicadores Regionais	
Produto interno bruto <i>per capita</i> (PIB)	O PIB representa a soma do que foi produzido em uma determinada região, em um determinado período, dividido pela população total.
Rendimento médio do trabalho	É o rendimento que a pessoa ganha em um mês completo.
Desocupação	Mede a porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas na semana de referência.
Produção física	É o comportamento da população real mensal nas indústrias de transformação e extrativas do Brasil.
Índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado	É um índice-síntese dos grupos de atividades que compõem o varejo e demais segmentos de veículos e materiais de construção.
Indicadores Urbanos	
Proporção tarifa-rendimento	Resume o efeito sobre o acesso ao sistema de transporte urbano.
Produção habitacional	Indicador de produção habitacional simplificado para o Minha Casa Minha Vida.

Fonte: adaptado de IPEA (2016).

Quadro 2 – Indicadores territoriais regionais, urbanos, federativos e ambientais

(conclusão)

Indicadores Sociais e Metropolitanos	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Acesso ao conhecimento (IDHM educação), expectativa de vida (IDHM longevidade) e padrão de vida pela renda municipal <i>per capita</i> (IDHM renda).
Índice de vulnerabilidade social (IVS)	Reúne 16 indicadores baseados em infraestrutura urbana, capital humano e renda no trabalho.
Indicadores Federativos	
Endividamento	Calcula a dívida pública consolidada das esferas.
Resultado primário servindo à dívida	Cálculo da parcela do resultado primário da dívida dos entes públicos.
Serviço da dívida na receita corrente líquida	Cálculo da parcela do serviço da dívida na receita corrente líquida dos entes públicos.
Índice de vulnerabilidade fiscal (IVF)	Índice ponderado dos indicadores de endividamento.
Indicadores Ambientais	
Densidade de focos de calor por município	Número de focos de calor no país.
Emissões brasileiras de gases de efeito estufa	Dados das emissões de diversos gases causadores do efeito estufa.

Fonte: adaptado de IPEA (2016).

No Brasil, alguns dos principais índices e indicadores (Quadro 3) são: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB), renda *per capita*, coeficiente de Gini, expectativa de vida, taxa de educação, taxa de desemprego e taxa de mortalidade infantil (Faria, 2015).

Quadro 3 – Índices e indicadores utilizados no Brasil

Índice / Indicador	Utilização
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Medir o desenvolvimento humano do mundo e a desigualdade de renda.
Produto Interno Bruto (PIB)	Medir as riquezas produzidas no país.
Produto Nacional Bruto (PNB)	Medir as riquezas produzidas no país e fora do país.
Renda <i>per capita</i>	Medir as riquezas produzidas no país pela população.
Coeficiente de Gini	Medir a desigualdade de renda.
Expectativa de vida	Medir o tempo de vida médio da população em anos.
Taxa de educação	Medir o grau de alfabetização e a escolaridade.
Taxa de desemprego	Medir o grau desemprego no país.
Taxa de mortalidade infantil	Medir a mortalidade infantil de crianças de até 1 ano de vida.

Fonte: adaptado de Faria (2015).

Com base nos indicadores mencionados, é possível realizar uma análise de como está o desenvolvimento em um país, estado ou município. Por meio dessa análise, é possível pensar em estratégias para impulsionar o desenvolvimento de forma mais satisfatória.

A seguir, será abordado o tema das IGs e desenvolvimento territorial, apresentando, principalmente, a ligação entre eles e a influência trazida, por meio das IGs, para o desenvolvimento.

2.3 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A IG é o reconhecimento da qualidade e da particularidade de um produto ou serviço oriundo de um território, e das suas características fortemente associadas à sua origem (Maiorki; Dallabrida, 2016). Nesse sentido, pode-se dizer que os produtos e serviços das IGs estão fortemente ligados aos ativos intangíveis de um território (Nierdele, 2009).

Este reconhecimento que os produtos recebem ao se tornarem uma IG permite que a eles sejam associadas peculiaridades de sua produção, ligadas a costumes, tradições e história do local de origem. Isso deixa que os produtores diferenciem seus produtos de outros similares e que comprovem sua autenticidade. Desta maneira, a IG possibilita a agregação de valor e credibilidade, em função de sua origem (Froehlich, 2013).

Portanto, pode-se reconhecer que a IG permite auxiliar no desenvolvimento territorial e que é inegável tal ligação. Visto que o reconhecimento de uma IG pode gerar valorização dos produtos e serviços locais, ajudando na preservação da cultura e do patrimônio local, além de permitir o crescimento econômico e o desenvolvimento local (Dallabrida, 2012).

Alguns autores destacaram que as IGs trazem benefícios para os seus territórios, como: aumento do valor agregado de produtos e serviços, estímulo a investimentos na área de produção, aumento do valor do patrimônio das regiões pertencentes às IGs, crescimento da oferta de emprego, aumento do turismo, facilitação do acesso a outros mercados, inserção de produtos no mercado externo e interno, aumento na renda, melhoria na qualidade de vida, preservação do saber fazer e aumento do interesse dos descendentes em continuar a atividade. Além de ajudar a aflorar outras iniciativas na região onde estão inseridas, como a gastronomia e a

prestação de serviços. Outro aspecto que extrapola a delimitação da IG é a preservação das paisagens cênicas e do meio ambiente (Caldas; Araújo; Coury, 2017; Sobrinho; Guedes; Castro, 2021; Anjos; Silva; Caldas, 2020; Pellin, 2016b).

Em vários dos trabalhos analisados, há o entendimento que a IG é importante no desenvolvimento (Anjos; Criado; Caldas, 2013; Anjos; Silva; Caldas, 2020; Caldas; Araújo; Coury, 2017; Maiorki; Dallabrida, 2015; Nascimento; Dallabrida, 2016; Pellin, 2016b; Sobrinho; Guedes; Castro, 2021). Mas, para que as IGs se transformem de fato em instrumento capaz de gerar desenvolvimento, é importante ter em mente que será necessário que estejam presentes outras condições e circunstâncias, como a capacidade de construir um sujeito coletivo capaz de articular-se no território onde estão inseridas (Anjos; Criado; Caldas, 2013). Cabe destacar que a eficácia das IGs está baseada em atividades gerenciais, comerciais, turísticas e de políticas sociais (Medeiros; Terra; Passador, 2020).

Apesar das discussões qualitativas apresentadas até aqui serem necessárias para aprofundar o entendimento sobre o assunto, os resultados quantitativos das IGs no desenvolvimento são fundamentais, mas, para isso, é importante levantar trabalhos que demonstrem tais efeitos numéricos no desenvolvimento. Como o estudo de Medeiros, Raiher e Passador (2021), que avaliou o efeito das IGs no processo de desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros, com foco para IGs de vinho e café, quando avaliaram, nas cidades com IGs de vinho e café, por meio do método *Propensity Score Matching* (PSM), os efeitos sobre emprego total, emprego turístico, renda, exportações, êxodo rural e fatores de desenvolvimento socioeconômicos. Como resultado, evidenciaram que, para a maioria das variáveis testadas, o efeito médio foi positivo, destacando a importância das IGs para o desenvolvimento territorial.

Outro trabalho que avaliou o desenvolvimento no território brasileiro foi o de Matos, Braga e Albino (2021), que analisou o impacto ocasionado nos municípios mineiros em decorrência de possuir IG do tipo IP. O estudo utilizou da técnica do método PSM, analisando as variáveis de valor adicionado bruto dos setores de administração, serviços, agropecuária e indústria, e também a variável valor geral do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. Como resultado, os autores não encontraram diferenças significativas para municípios que possuem e não possuem uma IG do tipo IP.

Além dos casos brasileiros apresentados aqui, há outros trabalhos que se utilizaram do método PSM para evidenciar efeitos das IGs em outros países.

O trabalho de Poetschki, Peerlings e Dries (2021) estudou o estímulo que as IGs possuem no desenvolvimento rural e seu efeito nos setores de azeitonas e vinhos da União Europeia (UE), analisando a renda agrícola, para a análise, utilizaram o modelo de comutação endógena e o PSM. Como resultado, obtiveram que a IG melhora significativamente a renda agrícola em ambos os setores.

O estudo de Lilavanichakul (2020) avaliou os efeitos da IG de café no norte da Tailândia, examinando o impacto econômico para pequenos agricultores, para efetivar a análise, utilizou a técnica do método PSM, avaliando as seguintes variáveis: custo total, lucro e produtividade da terra. Como resultado, identificou benefícios econômicos ao aumentar o lucro e reduzir o custo total, diminuindo, entretanto, a produtividade da terra.

Crescenzi *et al.* (2022) concentraram o estudo no efeito da IG no desenvolvimento local de municípios em áreas rurais da Itália, com foco no vinho. Foi utilizada como técnica o método PSM, além disso, avaliaram a dinâmica populacional e de emprego. Como resultado, obtiveram que a IG é um propulsor do desenvolvimento nos municípios rurais.

Jena *et al.* (2015) delimitaram seu estudo na análise do impacto no bem-estar da população do município no qual está inserida a IG, o foco do foi avaliar as IGs de arroz Basmati na Índia, e de Jasmim na Tailândia. Utilizaram do método PSM em relação às variáveis de gastos com consumo. Como resultado, obtiveram que tanto as famílias presentes na região das IGs de arroz Basmati quanto aquelas na de arroz de Jasmim tiveram uma redução na pobreza rural e melhoria no seu bem-estar. A seguir, apresenta-se o resumo dos estudos aqui descritos que utilizam o método PSM para verificar os efeitos das IGs no desenvolvimento (Quadro 4).

Tendo em vista os trabalhos de cunho quantitativos apresentados até aqui, pode-se verificar que ambos possuem em comum a utilização de um método que correlaciona variáveis: o PSM. Outra questão interessante a se destacar é que os estudos apresentam como objeto de estudo recortes bem característicos, que são análises realizadas em municípios que possuem determinado tipo de produto (Medeiros; Raiher; Passador, 2021; Crescenzi *et al.*, 2022), em municípios que possuem em comum um tipo de IG (Matos; Braga; Albino, 2021), ou pela comparação

de produtos com IGs (Poetschki; Peerlings; Dries, 2021; Lilavanichakul, 2020; Jena *et al.*, 2015).

Quadro 4 – Quadro resumo dos estudos que utilizam PSM para averiguação de efeitos de IGs no desenvolvimento

Autor (es)	Ano	Variáveis Analisadas
Jena <i>et al.</i>	2015	Gastos com consumo.
Lilavanichakul	2020	Custo total, lucro e produtividade da terra.
Medeiros, Raiher e Passador	2021	Emprego total, emprego turístico, renda, exportações, êxodo rural e fatores de desenvolvimento socioeconômico.
Matos, Braga e Albino	2021	Valor adicionado bruto dos setores de administração, serviços, agropecuária, indústria e variável valor geral do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal.
Poetschki, Peerlings e Dries	2021	Renda agrícola.
Crescenzi <i>et al.</i>	2022	Dinâmica populacional e de emprego.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em face dos estudos apresentados até aqui, nesta pesquisa, foi definida a metodologia de estudo apresentada a seguir.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada metodologicamente como uma pesquisa de natureza exploratória, pois atende à definição de Gil (2008), que orienta explorar a realidade para se obter conhecimento e, posteriormente, descrevê-lo. Em boa parte, as pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico e análise de exemplos que contribuam com a compreensão do problema (Gil, 2008).

A etapa bibliográfica foi utilizada para o embasamento teórico da pesquisa e, segundo Zanella (2009), fundamenta-se a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros, artigos científicos, legislações e programas governamentais. As buscas foram realizadas nas principais bases de dados, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SCIELO, Science Direct, Scopus e Web Of Science, elas são motivadas pela obtenção de conhecimento sobre o tema das IGs e desenvolvimento territorial. A fim de compreender melhor a questão, utilizou-se a combinação das bases mencionadas, realizando buscas sistemáticas no período entre 11 de março de 2023 e 15 de março de 2023.

Do ponto de vista da abordagem, este estudo se caracteriza como pesquisa quantitativa, pois se utiliza de métodos estatísticos com a finalidade de realizar a quantificação dos dados coletados e o tratamento das informações, demonstrando a realidade em estatísticas, percentual, média e coeficientes (Cervi, 2009).

A coleta de dados foi realizada pela consulta em bases de dados, em arquivos de órgãos públicos e privados. No que se refere a essa etapa, utilizou-se fontes secundárias, como: INPI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA). No INPI e no MAPA, os dados coletados são referentes às IGs, e incluem nome da IG, cidades que a compõe, produto ou serviço, tipo da IG, data de concessão ou pedido. Já no IBGE e no MTE foram coletados dados referentes à renda, número de habitantes, expectativa de vida, emprego e dados cartográficos dos municípios brasileiros de interesse.

Os dados coletados nessas bases foram organizados, descritos e trabalhados no *software STATA*, com a finalidade de analisar o efeito de se ter uma IG no desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros durante a pandemia.

Considerando que o objetivo desta pesquisa é o de avaliar a importância de se ter uma ou mais IGs no desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19, primeiramente, foram identificados os municípios brasileiros que apresentaram uma ou mais IGs, descrevendo as IGs existentes ao longo do Brasil (Apêndice A). Como estratégia empírica, foram construídos mapas com o auxílio do *software Qgis*, considerando todas as IGs até dezembro de 2023, e separando por tipologia e por número de IGs em cada município brasileiro.

Na sequência, por meio da estimação de um modelo quase experimental, o PSM, foi analisado o efeito de se ter pelo menos uma IG, e o efeito de se ter mais de uma IG, no desenvolvimento territorial, durante a pandemia da COVID-19. No contexto deste estudo, o desenvolvimento territorial é concebido como um processo de transformação que mobiliza os recursos e ativos locais para impulsionar a dinâmica socioeconômica da população (Dallabrida, 2016). Embora o desenvolvimento territorial seja compreendido como um fenômeno que abrange aspectos sociais e econômicos, neste trabalho, será dada primazia à dimensão econômica. Tal decisão se justifica pela intenção de analisar os impactos das Indicações Geográficas (IGs) durante o período da pandemia, período no qual as variáveis econômicas sofreram oscilações significativas.

Na próxima seção, o método PSM e sua aplicação neste trabalho são detalhados.

3.1 PROPENSITY SCORE MATCHING (PSM)

O modelo PSM (*Propensity Score Matching*, ou “pareamento por escore de propensão”) é um método de correspondência estatística usado para estimar a diferença do efeito de um tratamento nos resultados entre beneficiários e não beneficiários de um programa, política ou intervenção (Rosenbaum; Rubin, 1983). O método consiste na combinação (*matching*) entre grupos com parametrizações que removem o viés referente às características observadas e que podem influenciar a análise do tratamento (Passos; Khan, 2019). O objetivo da combinação por meio da comparação de grupos perfeitos, quando levados em consideração os grupos tratado e controle, é reduzir o viés de seleção (Heckman; Ichimura; Todd, 1998).

O PSM é considerado como um dos melhores meios para medir a eficácia de políticas e programas. Essa metodologia permite avaliar os indivíduos com base nas

suas respectivas características e na probabilidade de determinados resultados. Além disso, o PSM permite a comparação do impacto das políticas e de beneficiários *versus* não beneficiários (Stuart, 2010).

Por permitir que a aplicação envolva a estimação de vários tipos de intervenções, o PSM tem sido utilizada em diversas áreas como forma de avaliação de impacto (Smith; Todd, 2005). Em comparação com outros métodos, como o método de diferenças das médias sem controle ou o mínimo quadrado, o PSM se sobressai por abordar eficazmente dois desafios analíticos: a questão dos dados inadequados e a do viés de seleção. Isso é feito pelo exame dos grupos de beneficiários (grupo tratado) e não beneficiários (grupo controle) do programa e sua posterior comparação (Caliendo; Kopenig, 2008).

Ao realizar uma análise com PSM, dois grupos são comparados com base nas suas características únicas ou covariáveis. Esse método vai além da simples média dos grupos e, em vez disso, examina minuciosamente as características de cada grupo, com o objetivo de tornar o grupo controle o mais semelhante possível ao grupo de análise ou tratado. Alcançar esse grau de similaridade entre os grupos é um desafio significativo na tentativa de resolver o problema contrafactual. Com esse problema, o pesquisador tem a tarefa de encontrar um “clone perfeito” para cada participante do programa ou política (Gertler *et al.*, 2011).

Outro modo de realizar uma avaliação de forma simples seria possuir dados sobre o objeto estudado antes e depois de determinado período, em relação ao momento da aplicação da política ou programa a ser estudado. Porém, como tais dados nem sempre estão disponíveis, o PSM é o melhor método para realizar esse tipo de avaliação (Barros; Lima, 2017).

No PSM, para avaliar o efeito de um programa ou política sobre determinada variável, um método eficiente é observar o quanto a unidade de análise i (no caso, municípios com IG) é beneficiada por determinada política *versus* quando ela não é (Heinrich; Maffioli; Vázquez, 2010).

Desta maneira, a diferença obtida na variável de interesse consiste no impacto da política/programa. Assim, o impacto do tratamento δ_i para o município i é definido como a diferença entre o resultado potencial da variável Y_{1i} (município com IG) pela variável Y_{0i} (município sem IG). Descrito em (1).

$$\delta_i = Y_{1i} - Y_{0i} \quad (1)$$

A avaliação busca estimar o impacto médio da política/programa por meio do seu Efeito Médio do Tratamento, *Average Treatment Effect* (ATE), descrito em (2). Sendo E o valor esperado, enquanto que Y_1 corresponde aos municípios com IG, Y_0 representa os municípios sem IG.

$$ATE = E(\delta) = E(Y_1 - Y_0) \quad (2)$$

Devido à dificuldade de se mensurar (2) é que esse e outros efeitos não necessariamente são observáveis. Nesta condição, supondo que a diferença entre as médias seja dada pela média das diferenças, então ATE pode ser representado por (3).

$$ATE = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 1) \quad (3)$$

O item $E(Y_0|T = 1)$ representa o resultado médio que os tratados teriam obtido na ausência de tratamento, elemento que não é observado. Por isso, esse valor passa a ser substituído por $E(Y_0|T = 0)$, mensurando o valor da variável de interesse, Y_0 , do grupo dos não beneficiados pelas IGs, o qual é observado. A partir daí se pode calcular:

$$\Delta = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (4)$$

Se somar e subtrair de (4) o termo $E(Y_0|T = 1)$, ter-se-á a diferença entre Δ e o ATE (5):

$$\Delta = E(Y_1|T = 1) - E(Y_0|T = 1) + E(Y_0|T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (5a)$$

$$\Delta = ATE + E(Y_0|T = 1) - E(Y_0|T = 0) \quad (5b)$$

$$\Delta = ATE + SB \quad (5c)$$

Em que: SB corresponde à diferença entre a variável Y do grupo dos beneficiados pelas IGs e dos não beneficiados. Se SB for igual a zero, ATE pode ser mensurado por meio da diferença entre as médias da variável Y ; no entanto,

difícilmente isso ocorre, e, por isso, deve-se utilizar uma metodologia adequada que garanta que o termo SB seja igual a zero.

Um dos métodos utilizado para minimizar o viés de seleção, especialmente quando a seleção dos participantes de determinado programa não é aleatória, corresponde ao PSM. Para isso, deve-se ter dois grupos: tratado e controle. Neste trabalho, o primeiro é composto pelos municípios que têm IGs, e o segundo pelos que não têm IG.

A dificuldade para mensurar os efeitos das IGs entre esses dois grupos termina na distinção das características existentes entre ambos. São essas características que podem estar determinando a diferença na variável de interesse. A avaliação ideal do impacto de qualquer política pública seria a comparação entre um mesmo grupo em dois contextos: ter ou não ter uma IG. Porém, como isso não é possível, a alternativa está na criação de um grupo estatisticamente idêntico, de modo que o diferencial se apoia apenas no fato de participar ou não de uma política pública específica.

E o método PSM permite fazer essa comparação, encontrando os similares dentro dos grupos de municípios que possuem IG (grupo tratado, $T=1$) e aqueles que não possuem IG (grupo controle, $T=0$). Essa propensão é gerada a partir das características observáveis dos municípios, que afetam a sua probabilidade de ter uma IG. Essa correspondência pode ser realizada de diferentes maneiras: o método do vizinho mais próximo ou vizinhos mais próximos⁴, pareamento por Caliper⁵, e pareamento por Kernel⁶. Para cada análise de efeito das IGs no desenvolvimento territorial, usou-se a vizinhança que captou ao máximo esse efeito, conforme será inferido na sequência.

Cabe ressaltar que ao buscar similares quando se tem diferentes características elencadas incorre-se, possivelmente, no problema da multidimensionalidade, ou seja, o município i pode ter algumas características próximas do município j e outras de m . Neste caso, a dificuldade estaria em estabelecer com quem i deveria ser comparado. O PSM minimiza esse problema, calculando a probabilidade de o município receber o tratamento, levando em

⁴ Este método utiliza do score gerado no modelo Probit para grupos tratados e não tratados para verificar qual deles está mais próximo.

⁵ Para este método, utiliza-se de um raio máximo de vizinhança e todos do grupo controle que estiverem dentro deste raio serão comparados com os grupos tratado.

⁶ Neste método, o pareamento utiliza de observações no grupo controle e com observações no grupo tratado e faz associações, com peso inversamente proporcional às distâncias entre eles.

consideração as suas características observáveis (covariadas). Nesta pesquisa, essa probabilidade foi mensurada pelo modelo Probit⁷(6), com o pareamento baseado no pressuposto de independência condicional. Como consequência desse pressuposto, a diferença entre as médias das covariadas do grupo tratado e controle não pode ser estatisticamente diferente de zero.

$$P(T_i = 1|X_i) = \frac{1}{1+e^{-X_i'\beta}} \quad (6)$$

Em $P(T_i=1|X_i)$, denota-se a probabilidade de o município i possuir IG, considerando suas covariadas (X).

Na sequência, o PSM faz um pareamento (por meio do método do vizinho mais próximo, Kernel e Raio)⁸ entre os municípios com escores iguais ou próximos e, em seguida, avalia se o grupo tratado obteve indicadores de desenvolvimento territorial maiores aos do grupo controle.

3.2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

As IGs compreendem um cenário diversificado, envolvendo uma ampla gama de produtos e atores. Até o presente momento, a maioria dos estudos se concentrou em produtos ou propriedades específicas. Este trabalho, no entanto, tem como principal objetivo realizar uma análise comparativa em um nível mais abrangente, ou seja, comparar municípios que abrigam diversas IGs, em um período bastante específico: durante a pandemia da COVID-19. É importante destacar que, neste momento, a análise do estudo se concentrará nas IGs relacionadas aos produtos agroalimentares, uma vez que este tipo é o mais presente entre as IGs brasileiras, conforme evidenciado no capítulo subsequente.

Para a utilização do método PSM, é necessário ter uma política ou programa a ser avaliado, variáveis de resultado a serem analisadas e covariáveis, que são

⁷ O modelo Probit é uma técnica de regressão binária, para estimar os efeitos das variáveis independentes sobre uma variável dependente. Nesta pesquisa, esse modelo identifica, por meio de cada covariável, a probabilidade de um município possuir uma ou mais IG.

⁸ É relevante ressaltar que o Propensity Score Matching (PSM) foi estimado considerando três diferentes métodos de pareamento. Para cada estimação, o algoritmo de vizinhança que apresentou resultados mais significativos em termos de impacto das Indicações Geográficas (IGs) sobre os indicadores de desenvolvimento selecionados foi adotado. É importante observar que nem sempre o mesmo algoritmo foi utilizado para todos os indicadores (conforme pode-se observar no Quadro 7).

utilizadas para realizar o pareamento de municípios semelhantes. Neste trabalho, a política a ser avaliada se refere à presença de IGs agroalimentares nos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19, e seu efeito no desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Inicialmente, é necessário estabelecer os grupos tratado e controle. Neste trabalho, foram considerando quatro cenários (Quadro 5): no primeiro, foram considerados como tratados aqueles municípios que possuem pelo menos uma IG em seu território e como controle todos os municípios que não possuem IG; no segundo, os tratados corresponderão aos municípios que possuem duas IGs ou mais e o controle àqueles municípios com uma ou sem nenhuma IG; no terceiro, os tratados corresponderão aos municípios que possuem duas IGs ou mais e o controle àqueles municípios sem nenhuma IG; no quarto cenário, os tratados corresponderão aos municípios que possuem duas IGs ou mais e o controle àqueles municípios com apenas uma IG. O objetivo de se ter diferentes grupos tratado e controle é verificar a ocorrência, ou não, de impactos díspares em se possuir uma ou mais IGs dentro do município. Ressalta-se que no grupo tratado foram considerados municípios com IGs que as receberam até o ano de 2020;

Quadro 5 – Tratado e controle

Cenário	Tratado	Controle
1	Municípios com pelo menos 1 IG	Municípios que não possuem IG
2	Municípios com duas ou mais IGs	Municípios com 1 IG ou nenhuma IG
3	Municípios com duas ou mais IGs	Municípios que não possuem IG
4	Municípios com duas ou mais IGs	Municípios com 1 IG

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após estabelecer os grupos tratado e controle, procedeu-se ao pareamento entre pares de municípios, tanto no grupo controle quanto no tratado, em cada cenário. Para esse fim, foram coletadas as covariáveis descritas no Quadro 6, em conformidade com a literatura existente, como referenciado por Medeiros, Raiher e Passador (2021), Matos, Braga e Albino (2021) e Crescenzi *et al.* (2022).

Quadro 6 – Covariáveis do modelo Probit e sua fonte

Covariável	Fonte
População 2018	IBGE
Percentual agricultura familiar 2017	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Percentual de agricultores com ensino fundamental	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Idade média dos agricultores	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Participação da agropecuária no PIB total	IBGE
Tamanho das propriedades	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Índice Firjan 2016	Firjan 2016
Percentual de área de agricultura Temporária	IBGE - Censo Agropecuário 2017
Região – Norte	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Nordeste	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Centro Oeste	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Sudeste	IBGE e Dados da pesquisa
Região – Sul	IBGE e Dados da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas covariáveis foram utilizadas na estimação do modelo Probit, com o objetivo de calcular um escore para cada município – tratado e controle – visando identificar pares que sejam mais semelhantes em termos dessas características, via os algoritmos de vizinhança selecionados (Quadro 7).

Quadro 7 – Variáveis de Resultados e algoritmos de vizinhança

Indicador	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
PIB <i>per capita</i>	2 vizinhos	2 vizinhos	Kernel	Kernel/ 1 vizinho
Emprego Total <i>per capita</i>	Caliper/1 vizinho	Kernel	2 vizinhos	Caliper/1 vizinho
Estabelecimentos	2 vizinhos	Kernel	2 vizinhos	2 vizinhos
Emprego Turismo <i>per capita</i>	2 vizinhos	Caliper/1 vizinho	Caliper/1 vizinho	Caliper/1 vizinho
Emprego Hotelaria <i>per capita</i>	2 vizinhos	Caliper/1 vizinho	Caliper/1 vizinho	Kernel
Emprego Agropecuária <i>per capita</i>	Kernel	Kernel	2 vizinhos	Caliper/1 vizinho

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seleção dessas variáveis como covariáveis do modelo Probit (6) se baseou em sua identificação como determinantes potenciais de se ter IG em estudos anteriores, como demonstrou a busca na literatura. No entanto, nem todas essas variáveis foram necessariamente incluídas na estimativa do modelo Probit, pois, além de sua relevância teórica, é crucial que elas demonstrem um nível adequado de similaridade após o pareamento entre os grupos tratado e controle.

Para avaliar essa similaridade, realizamos o teste t para comparar as médias das covariáveis entre os grupos tratado e de controle após o pareamento (ver

Apêndice D). O resultado esperado desse teste é a ausência de diferenças significativas entre esses grupos em relação às covariáveis. Dessa forma, se houver de fato essa similaridade, o que distinguirá cada par de municípios tratado e de controle será apenas a presença ou ausência de Indicações Geográficas (IGs). Como consequência, apenas as covariáveis que demonstraram gerar um suporte comum entre os grupos tratado e controle foram consideradas para a estimação do modelo probit nesta pesquisa, conforme detalhado nos gráficos dos Apêndices B, C e na Tabela do Apêndice D.

Assim, após essas análises, as covariáveis selecionadas para a inclusão no modelo Probit (6) foram: participação da agropecuária no PIB total, percentual da agricultura familiar, idade média dos agricultores, tamanho das propriedades, Índice Firjan e regiões do Brasil.

Por fim, na estimação do modelo Probit, a variável dependente correspondeu a ter ou não ter uma IG ou mais, ou seja, uma variável binária que recebeu o valor de 1 nos municípios considerados tratados, conforme o Quadro 5; e 0 quando o município foi classificado como controle. Por meio da estimação desse modelo, foi possível identificar o efeito de cada covariável na probabilidade de um município possuir uma ou mais IGs, obtendo, também, um escore para cada município, por meio do qual pareou-se o grupo tratado e controle.

Após ter efetivado o pareamento entre cada município tratado e controle – de modo que todas as características selecionadas foram controladas e, teoricamente, a única diferença entre os grupos se refere a se ter uma ou mais IGs – testou-se o efeito de ser tratado em indicadores do desenvolvimento territorial, conforme Quadro 8. Os indicadores selecionados abrangem apenas aspectos econômicos do desenvolvimento territorial, visto que a pesquisa busca analisar os efeitos das IGs na pandemia e como as variáveis econômicas obtiveram variações consideráveis, optou-se por analisá-las.

Quadro 8 – Variáveis de Resultados do modelo PSM, fonte e anos analisados

Variável	Fonte	Ano
Variação do PIB <i>per capita</i>	IBGE	2019 – 2020
Variação do Número de Estabelecimentos Formais	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego Total <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego Turismo <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego na Hotelaria <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021
Variação do Emprego na Agropecuária <i>per capita</i>	RAIS	2019 – 2021

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante destacar que para a realização das análises do efeito de se ter uma ou mais do que uma IG na variação do PIB *per capita*, utilizou-se como ano base inicial 2019 e como ano final 2020, devido à disponibilidade dos dados. Para os demais indicadores do Quadro 8, a variação considerada foi de 2019 até 2021. Por isso, para a estimativa do efeito das IGs para o PIB foram consideradas as IGs que se tinha em 2020 e para os demais indicadores foram consideradas as IGs que se tinha até 2021.

A seguir, serão apresentados os resultados e discussões decorrentes da aplicação desta metodologia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, realizamos uma análise sobre o efeito das IGs brasileiras no desenvolvimento territorial, considerando o período da pandemia da COVID-19. Inicialmente, apresenta-se uma visão geral descritiva das IGs no Brasil, até dezembro de 2023. Em seguida, estão as análises e resultados referentes à importância das IGs na recuperação do desenvolvimento dos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19, para essa segunda etapa, considerou-se as IGs concedidas até o ano de 2020.

4.1 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL

Considerando os dados das IGs brasileiras coletados na base de dados do INPI e do MAPA, foi elaborado um detalhamento de cada IG, separando os municípios onde estão localizadas e seu produto. Após a organização dos dados em nível municipal, procedemos com análises para identificar os produtos predominantemente associados aos municípios detentores de IGs.

É relevante destacar que um município pode ter mais de uma IG, resultando em uma contagem múltipla na frequência apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – IG por tipos de produtos por município – Brasil – 2023

(continua)

Tipo De Produtos	F	P	PA
Cafés	420	21,98%	21,98%
Produtos de Abelhas	401	20,98%	42,96%
Bebidas não Alcoólicas	224	11,72%	54,68%
Fibras	223	11,67%	66,35%
Frutas (exceto derivados e cacau)	201	10,52%	76,87%
Cacaos e/ou Chocolates	86	4,50%	81,37%
Vinhos	64	3,35%	84,72%
Laticínios (inclui queijos)	59	3,09%	87,81%
Couros	44	2,30%	90,11%
Artesanatos	40	2,09%	92,20%
Rochas Ornamentais e Cerâmicas	33	1,73%	93,93%
Ervas (inclui ervas para chás, chimarrão ou tereré)	26	1,36%	95,29%
Grãos e Cereais (exceto castanhas e amêndoas)	15	0,78%	96,07%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: F – Frequência; P – Percentual; PA – Percentual Acumulado.

Tabela 1 – IG por tipos de produtos por município – Brasil – 2023

(conclusão)			
Tipo De Produtos	F	P	PA
Farináceos (inclui farinhas de milho, de mandioca, exceto tapioca)	14	0,73%	96,80%
Pescados e Frutos do Mar	14	0,73%	97,53%
Carnes e Embutidos (inclui linguiças)	13	0,68%	98,21%
Bebidas Alcoólicas (exceto vinho)	11	0,58%	98,79%
Doçaria (inclui geleias, compotas, doces em geral, frutas cristalizadas, e similares, exceto chocolates)	10	0,53%	99,32%
Raízes e Tubérculos	10	0,53%	99,85%
Calçados	1	0,05%	99,90%
Gemas	1	0,05%	99,95%
Serviços	1	0,05%	100,00%
TOTAL	1911	100,00%	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: F – Frequência; P – Percentual; PA – Percentual Acumulado.

Ao analisar as IGs de acordo com os tipos de produtos, observa-se que os produtos mais representativos em termos de presença em municípios são os seguintes: café (22%), produtos de abelhas (21%), fibras (11,7%), bebidas não alcoólicas (11,7%) e frutas, excluindo derivados do cacau (10,5%). Esses produtos, em conjunto, representam 76,9% do total de todas as IGs registradas até 15 de setembro de 2023. Um fator que pode explicar a prevalência do café, pode estar associada à importância da sua cultura para o Brasil, pois é o país que mais produz café no mundo, e o terceiro que mais o consome (USDA, 2023). Outra característica importante é em relação à área plantada que a cultura do café ocupa no país, sendo o café a nona cultura que mais ocupou área na safra de 2023, totalizando 1.509.733 hectares (IBGE, 2024). Talvez a proporção das áreas de café cultivadas possa estar associada ao grande número de municípios com IGs de café.

No que se refere aos produtos de abelhas, isso pode ser atribuído à natureza da criação de abelhas, que pode ocorrer em diversos municípios em todo o país, facilitando assim a produção. Tanto é verdade que os municípios considerados neste contexto pertencem a sete estados brasileiros, abrangendo quatro das cinco regiões do Brasil. Especificamente, os municípios que possuem Indicações Geográficas (IGs) relacionadas a produtos de abelhas estão situados nas regiões nordeste, centro-oeste, sudeste e sul (MAPA, 2023).

Considerando que a análise inicial revelou que os produtos agroalimentares têm uma presença significativa entre os principais produtos das IGs, realizou-se uma

análise referente à frequência, visando quantificar essa representatividade, distinguindo os produtos em duas categorias: agroalimentares e não agroalimentares (conforme apresentado na Tabela 2).

Tabela 2 – IGs por Produtos Agroalimentares e Não Agroalimentares – municípios do Brasil – 2023

Tipo De Produto	F	P
Agroalimentar	1566	81,9%
Não agroalimentar	345	18,1%
TOTAL	1911	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: F – Frequência; P – Percentual.

Como corolário, é possível identificar que dentre o total de 1.911 (mil novecentos e onze) ocorrências de municípios que possuem participação de pelo menos uma IG, o tipo de produto mais presente é o agroalimentar, representando 81,9%.

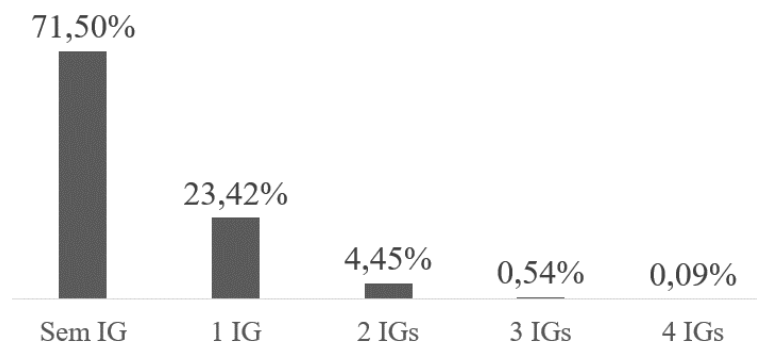
É importante salientar que, de acordo com a legislação brasileira, não há restrição legal para que um mesmo município possua mais de uma Indicação Geográfica (IG). Desde que todas as normativas sejam respeitadas, é possível que um município abrigue múltiplas IGs. No entanto, obter uma IG não se resume simplesmente a ter um produto ou serviço de renome; exige também ações integradas, como capacidade de articulação, construção de um coletivo, apoio do poder público, entre outros (Anjos; Criado; Caldas, 2013). Uma vez que um município obtém o reconhecimento de uma IG, é razoável supor que o processo de obtenção de uma segunda IG se torne um pouco menos complexo, uma vez que o município já possui conhecimento prévio e organização nesse sentido.

Ao comparar a quantidade de IGs por município brasileiro, percebe-se que um município pode possuir as seguintes frequências de IG: sem IG, uma IG, duas IGs, três IGs e quatro IGs⁹. Levando em consideração a quantidade de municípios disponibilizada no arquivo do INPI (2023) e nos dados do MAPA (2023), é possível analisar a proporção dos municípios em relação à quantidade de IGs, conforme Figura 2. Na realidade brasileira, a maior parte dos municípios não possui nenhuma Indicação Geográfica (IG), e dentre aqueles que possuem, a maioria concentra-se em apenas uma. Esse fato pode estar diretamente relacionado ao processo de

⁹ Ressalta-se que não há ocorrência de mais de quatro IGs em um mesmo município.

implantação de uma IG, que requer a participação coletiva dos diversos atores envolvidos no processo (Palomino *et al.*, 2020).

Figura 2 – Percentual de municípios com e sem IGs – dezembro/2023



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INPI (2022b) e do MAPA (2023).

Para melhor identificação dos municípios com uma ou mais de uma IG, foi elaborada uma listagem que se encontra no Apêndice A deste trabalho, identificando o município, estado e as IGs que integram o município. Através desta listagem, é possível visualizar que os municípios com quatro IGs estão nos estados de Santa Catarina e Espírito Santo e que existem três combinações de produtos, sendo a mais recorrente a de queijo, mel, maçã e vinho.

Em relação aos municípios que possuem três IGs, observa-se que estão distribuídos em cinco estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Além disso, foram identificadas sete combinações de produtos. A combinação mais frequente é a de pedra, pedra e pedra¹⁰, com 34,48% de ocorrência. Em segundo lugar, está a combinação de queijo, mel de melato de bracatinga e vinho, com 20,69%, seguida pela combinação de café, café¹¹ e própolis, com 17,24%.

Os municípios com duas IGs estão presentes em doze estados brasileiros e possuem vinte e duas combinações de produtos, sendo a com maior ocorrência a de manga e uva, com 33,33%. Em seguida, está café com café, com 31,28%; e, em terceiro lugar, vinho com mel de bracatinga, com 8,23 %.

¹⁰ Neste caso, os produtos são do mesmo segmento, porém, de tipos diferentes.

¹¹ Assim como no caso das pedras, os cafés são do mesmo segmento, porém, de tipos diferentes.

Após listar todos os municípios que possuem uma ou mais IGs em seu território, identificou-se que há algumas IGs com o mesmo nome. Isso é possível porque, no Brasil, as IGs possuem dois tipos diferentes: IP e DO.

Um exemplo é o caso do município de Abadia dos Dourados - MG, onde se tem duas IGs com o nome de *Região do Cerrado Mineiro*, que possuem como produto o café. Porém, a primeira se refere a uma IG do tipo IP concedida no ano de 2005, enquanto que a segunda se trata de uma IG do tipo DO concedida no ano de 2013.

A ocorrência de ser ter dois registros com o mesmo nome pode estar ligada diretamente ao fato de que no Brasil, até o ano de 2019¹², não era possível fazer uma alteração no tipo da IG, sendo necessário um novo registro. Mas há casos em que o registro com o mesmo nome em diferentes tipos de IGs é intencional e se tem um propósito, que pode ser desde abranger mais participantes, até possuir outras regras (Vieira *et al.*, 2019).

Para visualizar a distribuição das IGs ao longo dos municípios brasileiros, foi elaborada a Figura 3. Nela, é possível identificar a localização das IGs no Brasil e a quantidade de IGs presentes em cada município. Conforme inferido anteriormente e apresentado na Figura 2, a maioria dos municípios que possuem alguma IG detêm apenas uma.

Outro fato que é possível identificar observando a Figura 3 é a proximidade entre os municípios que possuem alguma IG. Isso está diretamente ligado ao fato que as IGs são delimitadas por regiões, nas quais há um produto ou serviço com características ligadas à sua regionalidade, em suma, as IGs são constituídas em sua grande maioria de um ou mais municípios (David *et al.*, 2021).

Nesta mesma linha de pensamento, é possível identificar a proximidade dos municípios com três ou quatro IGs, que ficam localizadas, em sua grande maioria, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Quando observado mais de perto, percebe-se que os estados de Santa Catarina e Espírito Santo são os que possuem a maioria dos municípios com quatro IGs. Esse fenômeno pode ocorrer devido a alguns fatores, como assessoramento para o desenvolvimento de novas IGs, associações de produtores bem estruturadas, incentivo do poder público, entre outros incentivos locais.

¹² Em 03 de março de 2019, por meio da IN 95/2018, a qual passou a permitir a possibilidade de alterações em registros de IGs.

Ao pesquisar o estado de Santa Catarina, identificou-se que o desenvolvimento de novas IGs pode ser atribuído ao apoio de instituições como: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), poder público e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Leite; Vieira; Filho, 2022). Enquanto que no Espírito Santo as instituições de apoio às IGs capixabas contemplam: MAPA, SEBRAE, INPI, Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e Embrapa Café (Palomino *et al.*, 2020).

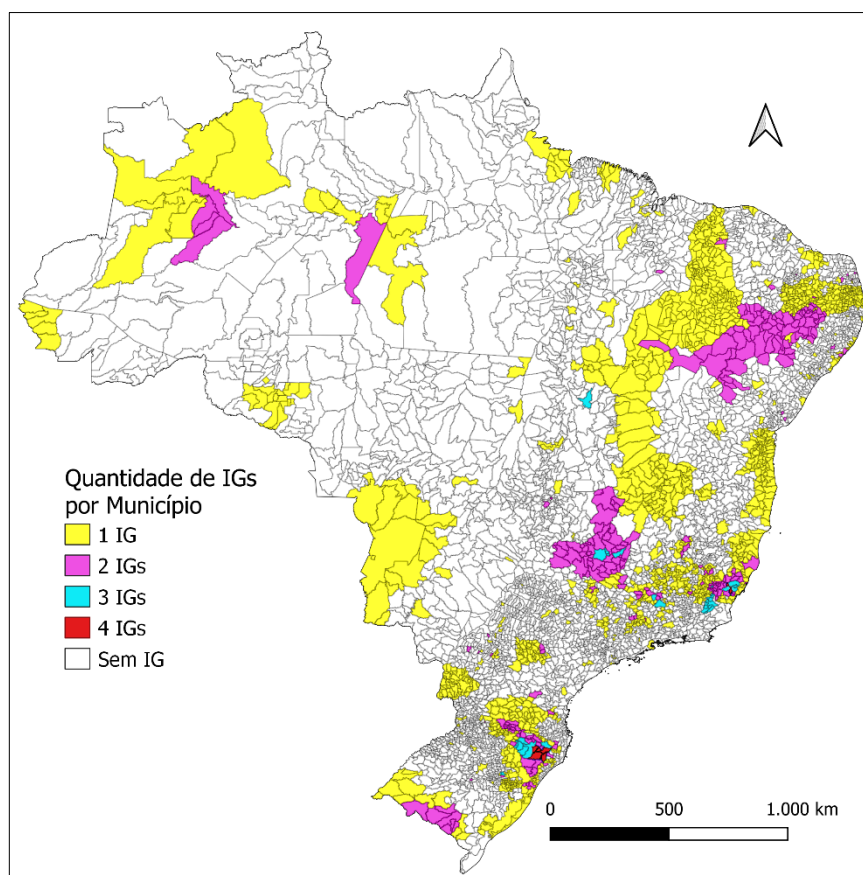
Ao analisar outros estados brasileiros, encontrou-se evidências da atuação efetiva de outras instituições que auxiliam no desenvolvimento das IGs, tanto é que se observa na Figura 3 que muitos outros estados possuem a ocorrência de pelo menos uma IG em seu território. Inclusive, existem casos de IGs que estão presentes em todos os municípios de um mesmo estado, como é o caso da IG de nome *Espírito Santo*¹³, *Paraíba*¹⁴ e *Piauí*¹⁵, todas tiveram auxílio de instituições de apoio para seu desenvolvimento.

¹³ IG do tipo IP que tem como produto o café conilon.

¹⁴ IG do tipo IP que tem como produto têxteis de algodão natural ou colorido.

¹⁵ IG do tipo IP que tem como produto a cajuína.

Figura 3 – Distribuição das IGs – por quantidade – municípios do Brasil – 2023

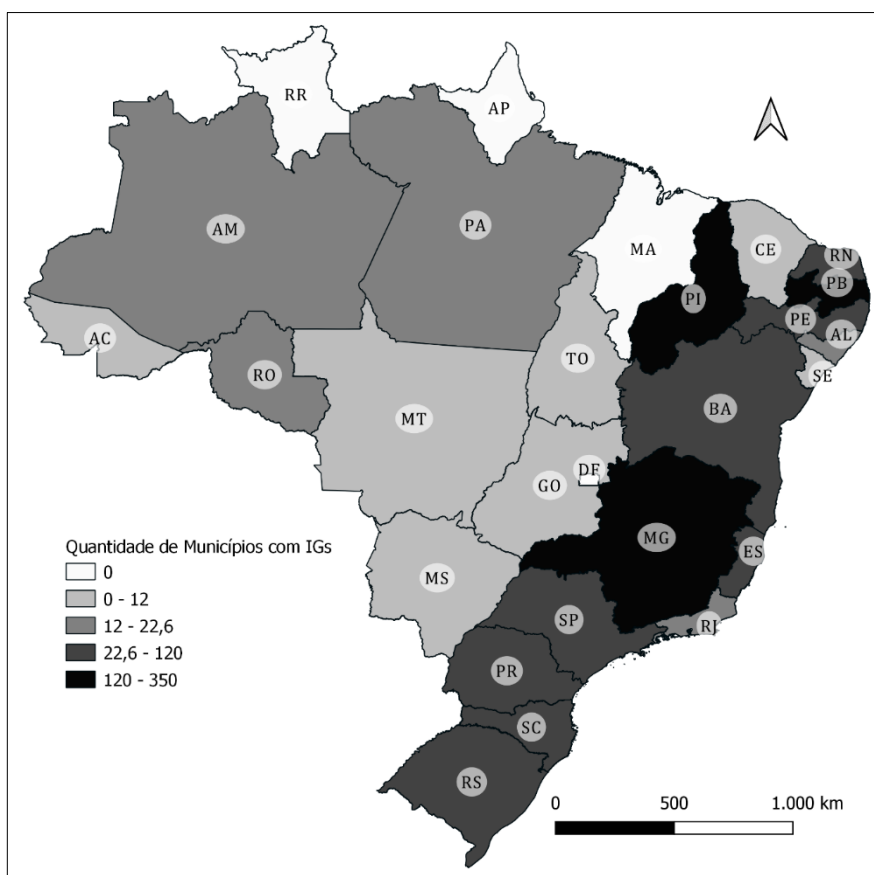


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MAPA (2023) e IBGE (2022).

Outra análise realizada foi em relação ao número de municípios com IGs em cada estado (Figura 4). Observa-se que as áreas mais escuras do mapa são estados em que há maior concentração de municípios com ao menos uma IG, enquanto que na área mais clara se tem menor concentração, ressaltando que os estados em branco não apresentam nenhuma IG e representam um percentual de 14,8%¹⁶. É importante destacar que na Figura 4 o que foi levado em consideração foi simplesmente o quantitativo de municípios com IG, sem realizar uma proporcionalidade (que será tratada mais adiante).

¹⁶ Para este percentual, considerou-SE os 26 estados mais o Distrito Federal.

Figura 4 – Quantidade Municípios com IGs por estados do Brasil – 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MAPA (2023) e IBGE (2022).

Quando analisada a relação entre o número de IGs e o total de municípios brasileiros, encontrou-se que 28% dos municípios possuem pelo menos uma IG em seu território, porém, existem estados em que não há nenhum município com IG, como é o caso dos estados do Amapá, Maranhão, Rondônia e Distrito Federal.

Na sequência, foi elaborada a Tabela 3, considerando a proporcionalidade de IGs pela quantidade de municípios em cada estado. Ao realizar essa abordagem, percebe-se algumas particularidades interessantes, como o caso de alguns estados em que as IGs alcançaram 100% dos seus municípios. Sendo eles: Espírito Santo, Paraíba e Piauí.

Ao observar mais de perto os casos, percebe-se algo comum entre eles: cada estado possui uma IG com seu nome que abrange todos os municípios, sendo, no Espírito Santo, a IP *Espírito Santo*, que está associada ao café conilon; na Paraíba, a IP *Paraíba*, associada ao produto de têxteis de algodão natural colorido; e no Piauí a IP *Piauí*, que tem como produto a cajuína. Cabe ressaltar

que todos os três estados possuem a ocorrência de outras IGs que não abrangem todo o território do estado como as já mencionadas.

Tabela 3 – Percentual e Quantidade de municípios com IGs em relação ao total de municípios de cada Estado – municípios do Brasil – 2023

Estado	UF	Quantidade de municípios com IG	Quantidade de municípios do Estado	Percentual
Espirito Santo	ES	78	78	100,00%
Paraíba	PB	223	223	100,00%
Piauí	PI	224	224	100,00%
Minas Gerais	MG	346	853	40,56%
Santa Catarina	SC	116	295	39,32%
Pernambuco	PE	60	184	32,61%
Paraná	PR	119	399	29,82%
Rondônia	RO	15	52	28,85%
Bahia	BA	120	417	28,78%
Amazonas	AM	17	62	27,42%
Rio Grande do Sul	RS	114	497	22,94%
Acre	AC	5	22	22,73%
Alagoas	AL	19	102	18,63%
Rio Grande do Norte	RN	25	167	14,97%
Mato Grosso do Sul	MS	10	79	12,66%
Rio de Janeiro	RJ	11	92	11,96%
Pará	PA	15	144	10,42%
Tocantins	TO	8	139	5,76%
Mato Grosso	MT	7	141	4,96%
São Paulo	SP	24	645	3,72%
Ceará	CE	4	184	2,17%
Goiás	GO	5	246	2,03%
Sergipe	SE	1	75	1,33%
Amapá	AP	0	16	0,00%
Maranhão	MA	0	217	0,00%
Roraima	RR	0	15	0,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INPI (2022b) e do MAPA (2023).

Outro ponto a ser destacado é que existem estados - como o da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que também se destacam no número de IGs (ultrapassando mais de cem municípios com IGs).

Até o momento, analisamos o fato de se possuir uma ou mais IGs em um mesmo município e também sua distribuição nos estados brasileiros. A seguir, serão realizadas as análises estatísticas para verificar se existem benefícios de se possuir uma ou mais IGs, principalmente para a retomada econômica no período de pandemia.

4.2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

No decorrer da pandemia da COVID-19, o Brasil implementou diversas medidas com o objetivo de mitigar a propagação do vírus na população, incluindo o isolamento social e restrições à circulação de pessoas. Essas ações resultaram em impactos significativos nos níveis de emprego e renda da sociedade, sendo os setores mais prejudicados identificados o turismo, o transporte e a alimentação (Ministério da Economia, 2020).

Outros impactos evidenciados na economia foram a redução das exportações, a queda dos preços das *commodities*, a interrupção da cadeia produtiva de alguns setores, as quedas nos preços de ativos e a redução de mercadorias e pessoas (Ministério da Economia, 2020). Ainda no que diz respeito à conjuntura econômica, devido a problemas como a queda na produção industrial, nos serviços e nas vendas, o PIB foi negativamente afetado durante a pandemia, mitigando a dinâmica econômica do país (World Bank, 2020).

Frente a esse contexto, observa-se que uma parcela das economias municipais no Brasil foi afetada pela pandemia da COVID-19. Com efeito, conforme evidenciado na Tabela 4, parte das variáveis que representam a dinâmica econômica tiveram, na média, variações próximas de zero, pós-início da pandemia, e seus valores apresentaram disparidades elevada¹⁷. Isso indica que alguns municípios conseguiram manter uma dinâmica econômica positiva na pandemia, enquanto outros enfrentaram perdas expressivas.

Efetivamente, no que concerne ao PIB *per capita* e ao emprego total, constata-se que mais de 70% dos municípios lograram se restabelecer após o início da pandemia. Contudo, uma análise das variáveis relativas ao emprego no

¹⁷ Evidenciado pelo coeficiente de variação e pelos valores máximo e mínimo de cada variável.

setor turístico, na hotelaria e na agropecuária revela que não, mais da metade dos municípios brasileiros não obtiveram êxito na recuperação dessas perdas advindas do período pandêmico. Elas possivelmente se encontram diretamente vinculadas às medidas implementadas durante a pandemia, notadamente àquelas relacionadas ao isolamento social, que impunham restrições à circulação de pessoas nas vias públicas e que afetaram, especialmente, o setor de turismo.

A distribuição espacial da dinâmica econômica nos municípios brasileiros após o início da pandemia (Figura 5) possibilita identificar a localização dos municípios ganhadores (com variação positiva dos indicadores selecionados) e os perdedores (variação negativa). Observa-se que todas as regiões tiveram municípios perdedores, entretanto, aquelas regiões que detinham um desempenho econômico mais forte *ex ante* foram ainda mais afetadas.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas acerca dos indicadores relacionados ao desempenho econômico dos municípios brasileiros na pandemia – municípios do Brasil

Variável	Média	Mínimo	Máximo	DP	CV (%)	% MVP
Variação do PIB <i>per capita</i> 2019-2020	0,82	-76,52	153,47	4,17	508	71,69
Variação do emprego Total 2019-2021	0,009	-0,34	0,61	0,02	289	72,74
Variação do número de estabelecimentos 2019-2021	9,12	-6171	1116	123,54	1354	61,38
Variação do emprego do turismo 2019-2021	0,00007	-0,02	0,05	0,0014	1860	46,10
Variação do emprego hotelaria 2019-2021	-	-0,04	0,02	0,0018	-4132	39,10
Variação do emprego na agropecuária 2019-2021	0,0002	-0,25	0,11	0,007	2880	49,45

Fonte: Rais e Ipeadata. Organização do autor.

Legenda: DP – Desvio Padrão; CV – Coeficiente de Variação; MVP – Municípios com Variação Positiva Pós Início de Pandemia.

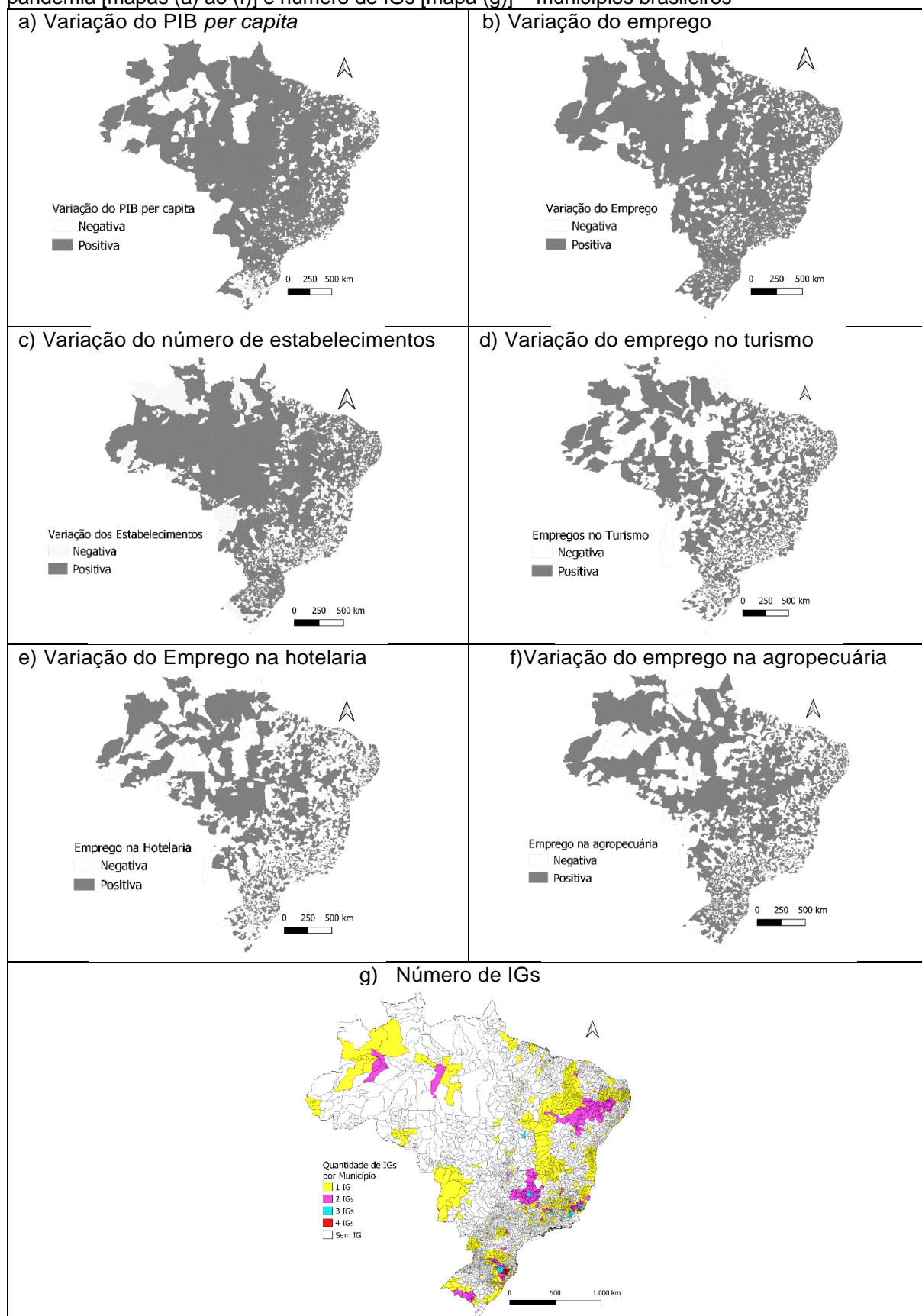
Portanto, a retomada do crescimento econômico ocorreu de maneira diversificada ao longo do Brasil, destacando a notável resiliência de alguns municípios que emergiram da crise de maneira mais precoce que outros. Elementos como a diversificação econômica, a eficácia de políticas locais e a presença de setores mais adaptáveis desempenharam papéis cruciais nesse cenário.

Dentro desses fatores que podem ter contribuído para a retomada do crescimento, destacam-se as IGs. A utilização desses signos confirma a

autenticidade e a qualidade de produtos locais, essa designação não apenas os diferencia no mercado, mas também atrai turistas e impulsiona o emprego local. Além disso, promove práticas sustentáveis, fortalece a economia regional, incentiva o consumo local e estimula a inovação. Elas também contribuem para a visibilidade dos municípios onde estão inseridas, facilitando o desenvolvimento de atividades regionais ligadas à cultura (Locatelli, 2007).

Ao incorporar a IG nas estratégias de desenvolvimento, os municípios podem otimizar suas características únicas, e isso pode ter conduzido a uma recuperação econômica mais robusta durante a pandemia. A comparação dos indicadores econômicos da Figura 5 com a distribuição das IGs (Figura 3, replicada na Figura 5g) evidencia que parte dos municípios portadores de IGs foram capazes de efetivar um processo bem-sucedido de recuperação.

Figura 5 – Variação Positiva ou Negativa dos indicadores de desenvolvimento após início da pandemia [mapas (a) ao (f)] e número de IGs [mapa (g)] – municípios brasileiros



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante desse contexto, surge a indagação sobre a importância de possuir uma ou mais IGs nesse processo de retomada. Para investigar essa questão, realizou-se uma avaliação do impacto da presença de uma ou mais IGs na dinâmica das economias locais durante a pandemia, por meio da estimação do PSM.

Para isso, inicialmente, foram identificados os fatores que estão associados à chance de um município ter uma ou mais IGs. Como resultado (Tabela 5), observa-se que aqueles municípios que tem um menor índice de desenvolvimento socioeconômico (proxy: índice Firjan de Desenvolvimento) apresentaram uma maior chance de terem uma IG. Esse resultado pode estar diretamente relacionado ao fato de que, no Brasil, as IGs não apenas servem como ferramenta para proteger produtos e serviços, mas também são aplicadas como uma política de desenvolvimento.

Outro fator importante na probabilidade de se ter uma ou mais IGs se refere tamanho das propriedades, de modo que, quanto maior é a média das propriedades, maiores as chances de se possuir uma IG. Esse resultado pode estar associado ao principal produto de IGs no país – café (Tabela 1) – o qual geralmente utiliza áreas maiores para seu cultivo.

Tabela 5 – Probabilidade de o município ter uma IG segundo as covariáveis do modelo Probit

Covariáveis	Coefficiente	P-valor
Percentual agricultura familiar 2017	-0,0015	0,213
Percentual de agricultores com ensino fundamental	0,2490	0,297
Participação da agropecuária no PIB total	0,0001	0,213
Tamanho das propriedades	0,0003*	0,005
Índice Firjan 2016	-1,2334*	0,000
Região – Norte	-0,8633*	0,000
Região – Nordeste	0,0649	0,401
Região – Centro Oeste	- 0,9187*	0,000
Região – Sudeste	-0,0083	0,899
Constante**	-0,3383	0,258

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%; ** Região Sul faz parte da constante.

Após entender os fatores que estão associados à probabilidade de se possuir uma IG – metodologia que também possibilitou identificar os municípios mais semelhantes – foram realizadas estatísticas para dimensionar se possuir ou não IGs teria algum efeito sobre a retomada do crescimento econômico local durante a pandemia.

Para isso, o primeiro indicador analisado correspondeu à variação do PIB *per capita* entre 2019 e 2020. O resultado apresentado na Tabela 6 evidenciou que possuir uma ou mais IGs foi um fator importante na retomada do crescimento econômico durante a pandemia. Além disso, quando um município possui mais de uma IG, na média, apresenta um diferencial positivo ainda mais expressivo na variação do PIB *per capita*. Em outras palavras, em média, os municípios que detêm uma IG apresentaram uma variação superior em R\$ 360,40 em comparação com aqueles sem nenhuma IG. Já entre os municípios com duas ou mais IGs, o diferencial médio na variação PIB *per capita* entre 2019 e 2020 atingiu R\$ 794,50, quando comparados àqueles sem nenhuma IG.

Tabela 6 – Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do PIB *per capita* (mil R\$) - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	Ter uma ou mais IGs	2 vizinhos	0,3604*	2,51
Uma ou nenhuma IGs	Ter duas ou mais IGs	2 vizinhos	0,7515*	2,16
Nenhuma IG	Ter duas ou mais IGs	Kernel	0,7945*	2,28
Uma IG	Ter duas ou mais IGs	Kernel/1 vizinho	0,9399*	2,40

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Diante desse resultado, é possível concluir que ter IGs se apresentou como um fator importante na retomada do crescimento econômico local durante a pandemia. E esse efeito foi ainda maior quando os municípios apresentaram mais do que uma IG.

Diversos estudos têm destacado o impacto positivo das IGs em variáveis cruciais para o desenvolvimento, tais como: despesas com consumo, renda, emprego, turismo e receita agrícola (Jena *et al.*, 2015; Medeiros; Raiher; Passador, 2021; Poetschkj; Peerlings; Dries, 2021). Considerando que essas variáveis têm uma relação direta com os resultados do PIB, a presente pesquisa destaca que a presença de mais de uma IG pode amplificar esses impactos, levando a resultados ainda mais favoráveis para a retomada do desenvolvimento territorial.

Com efeito, a existência de múltiplas IGs em um mesmo município está associada a uma maior probabilidade de impulsionar o comércio local, acessar

novos mercados e promover o desenvolvimento do turismo regional, além de estimular atividades complementares (Pellin, 2016; Caldas; Araújo; Coury, 2017).

Levando em conta que, frequentemente, a dinâmica da formação da riqueza de um município pode estar concentrada nas mãos de poucas pessoas e não resulta efetivamente em bem-estar para toda a população, esta pesquisa analisou o efeito das IGs em outros indicadores econômicos, além do PIB *per capita*.

Inicialmente, analisou-se a variação do emprego *per capita* entre 2019 a 2021¹⁸ (Tabela 7). Os resultados apontam que, em média, a presença de pelo menos uma IG foi um fator importante para a variação no número de empregos nos municípios brasileiros. Especificamente, para cada mil habitantes, houve um aumento médio de 3,3 postos de trabalho a mais, entre 2019 e 2021, nos municípios que possuíam ao menos uma IG, em comparação com aqueles que não tinham nenhuma IG. Isso ressalta a relevância da presença de IGs na geração de novos empregos e, conseqüentemente, na recuperação da economia durante a pandemia.

Quando se analisa a importância da presença de mais de uma IG na dinâmica do mercado de trabalho, não se identifica estatisticamente efeitos significantes. Ou seja, para a retomada dos empregos, possuir uma ou mais de uma IG em um mesmo município não apresenta uma diferença estatisticamente significativa. Uma possível justificativa para essa relação seria que uma única IG pode trazer benefícios significativos à economia local, com o aumento da demanda por produtos locais, promoção do turismo, aumento da demanda pela gastronomia local e consumo de serviços (Caldas; Araújo; Coury, 2017). Sendo assim, possuir mais de uma IG em um mesmo município pode não significar resultados adicionais para o mercado de trabalho, uma vez que benefícios podem ser alcançados com a presença de, ao menos, uma IG.

¹⁸ Devido à disponibilidade atual dos dados pelo governo, foi possível analisar para o PIB a variação até o ano de 2020; para as demais variáveis, até o ano de 2021.

Tabela 7 – Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Total *per capita* - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	Ter uma ou mais IGs	Caliper/1 vizinho	0,0033*	2,71
Uma ou nenhuma IGs	Ter duas ou mais IGs	Kernel	0,0036	0,91
Nenhuma IG	Ter duas ou mais IGs	2 vizinhos	0,0061	1,46
Uma IG	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 vizinho	0,0025	0,59

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Em relação à variação do número de estabelecimentos (Tabela 8), verificou-se que as IGs não exerceram influência estatisticamente significativa para a abertura de novos estabelecimentos durante a pandemia. Uma possível justificativa pode ser o fato de que outros fatores tiveram um papel mais significativo na variação do número dos estabelecimentos.

Com efeito, durante o período da pandemia, houve algumas medidas, por parte do poder público, para mitigar efeitos negativos e estimular a economia. Essas medidas incluíram: acesso a recursos financeiros, flexibilização das leis trabalhistas, suspensão do recolhimento de impostos. Neste sentido, algumas das principais contribuições do governo foram a promulgação das Medidas Provisórias 927¹⁹ e 936²⁰, ambas de 2020, que tinham o objetivo de preservar empregos, estabelecimentos e renda durante a pandemia (Koga *et al.*, 2020). Assim, mesmo que as IGs possam trazer benefícios na variação dos estabelecimentos, na média, não foi estatisticamente significativo nesse contexto de pandemia.

Tabela 8 – Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação dos Estabelecimentos - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	Ter uma ou mais IGs	2 vizinhos	7,252	1,13
Uma ou nenhuma IGs	Ter duas ou mais IGs	Kernel	6,980	1,58
Nenhuma IG	Ter duas ou mais IGs	2 vizinhos	8,222	1,77
Uma IG	Ter duas ou mais IGs	2 vizinhos	12,228	1,24

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

¹⁹ A Medida Provisória perdeu sua validade em 20/07/2020, por não ter sido convertida em lei pelo Congresso Nacional.

²⁰ Medida Provisória transformada na Lei 14.020/2020.

Outro indicador analisado foi a variação do emprego *per capita* no setor de turismo, conforme apresentado na Tabela 9. Os dados indicam que as IGs não exerceram uma influência estatisticamente significativa na recuperação do emprego no setor de turismo. É importante ressaltar que o turismo foi um dos setores mais impactados durante o período da pandemia, como evidenciado pelos dados apresentados na Tabela 4. Isso se deve principalmente às medidas restritivas adotadas, que levaram à interrupção das viagens e das atividades turísticas e ao cancelamento de eventos, o que acabou afetando diretamente o setor, que depende da circulação de pessoas para poder funcionar (Gössling; Scott; Hall, 2020). Com as restrições de circulação, o resultado para os empregos no turismo foi a demissão em massa de trabalhadores, afetando toda a cadeia produtiva do setor (Corbari; Grimm, 2020).

Diante dos diversos desafios enfrentados pelo setor, a contribuição das Indicações Geográficas (IGs) pode ter sido atenuada por outros elementos, resultando em um efeito não significativo. Um dos possíveis fatores que podem ter influenciado esse cenário é o grande desafio de reconstruir a confiança dos consumidores, os quais estavam inseguros e temerosos quanto à possibilidade de contrair a doença, o que impactou sua disposição para consumir serviços de turismo (Harchandani; Shome, 2021). Diante da baixa demanda no setor, as empresas possivelmente adotaram uma abordagem mais cautelosa em relação à contratação de novos funcionários, independentemente da presença de IGs. Além disso, fatores como políticas de estímulo ao turismo e o progresso na vacinação contra a COVID-19 não foram suficientes para impulsionar uma retomada significativa.

Esses fatores podem ter exercido uma influência mais significativa na retomada do emprego no turismo do que a presença de IGs, justificando, em parte, a ausência de efeitos identificados nos resultados da Tabela 9.

Tabela 9 – Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Turismo *per capita* - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	Ter uma ou mais IGs	2 Vizinhos	0,0000	0,34
Uma ou nenhuma IGs	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 Vizinho	-0,0001	-0,55
Nenhuma IG	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 Vizinho	-0,0001	-1,61
Uma IG	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 Vizinho	-0,0001	-1,55

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Na variação do emprego na hotelaria, o resultado evidenciado é que, estatisticamente, possuir uma ou mais IGs influenciou positivamente os municípios na retomada dos postos de trabalho na pandemia. Para esse indicador, foi encontrado que, a cada mil habitantes, na média, 0,2 postos de trabalho foram criados a mais nos municípios com alguma IG do que aqueles sem nenhuma IG. Mas, ao analisar os resultados referentes a se ter duas ou mais IGs, o resultado não foi estatisticamente significativo. Esse resultado sugere que a presença de pelo menos uma Indicação Geográfica (IG) no município pode ter características que influenciam positivamente a geração de empregos. No entanto, ter mais de uma IG pode não resultar em benefícios adicionais, uma vez que os efeitos positivos já foram alcançados com a presença de uma única IG.

Um aspecto relevante a ser considerado é a comparação entre os empregos no setor turístico e os empregos na hotelaria. Enquanto as IGs não demonstraram, na média, impacto positivo nos empregos no setor turístico, observou-se uma situação diferente para os empregos na hotelaria. Houve uma associação estatisticamente significativa, indicando um efeito positivo das IGs na geração de postos de trabalho na hotelaria.

O setor hoteleiro, assim como o setor de turismo, foi profundamente afetado pelas medidas de distanciamento adotadas no início da pandemia. Como o turismo, a atividade hoteleira depende da circulação das pessoas para consumir seus serviços e gerar recursos e empregos (Harchandani; Shome, 2021). No entanto, uma possível explicação para a diferença nos efeitos das IGs pode estar relacionada ao fato de que, em certo momento da pandemia, a hotelaria passou por um relaxamento das medidas de segurança e foi considerada um serviço essencial, o que permitiu a reabertura de suas portas. No entanto, os hotéis

tiveram que fazer ajustes em suas estruturas para se adaptar à nova realidade (Cruz *et al.*, 2022).

Uma outra possível explicação reside no fato de que, com a autorização para retomar as operações, os hotéis puderam absorver demandas diferentes das que estavam acostumados. Por exemplo, vários hotéis passaram a oferecer serviços de apoio a negócios, oferecendo seus quartos como uma alternativa a trabalhadores em *home office*; também se apresentaram como alternativa a pessoas que não queriam (ou não podiam) voltar às suas casas, é o caso das pessoas que trabalhavam em serviços essenciais, como os da saúde que, com medo de exporem seus familiares a um possível risco de contaminação à COVID-19, buscavam hospedagem. Além disso, acabaram absorvendo parte da demanda do turismo e lazer enquanto não se era permitido contato social (Cruz *et al.*, 2022).

Tabela 10 – Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Hotelaria *per capita* - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	Ter uma ou mais IGs	2 vizinhos	0,0002*	2,67
Uma ou nenhuma IGs	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 Vizinho	-0,0003	-1,64
Nenhuma IG	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 Vizinho	-0,0000	-1,01
Uma IG	Ter duas ou mais IGs	Kernel	-0,0002*	-2,07

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Para a variação do emprego na agropecuária (Tabela 11), identificou-se que, na média, ter duas IGs ou mais em um mesmo município impacta o mercado de trabalho do setor. O resultado mais favorável é observado ao comparar um município sem IG com aquele que possui duas ou mais IGs. Em média, nesses últimos municípios, a cada mil habitantes, houve um aumento positivo de 3,3 postos de trabalho, em comparação com os municípios sem nenhuma IG. Entretanto, no caso de um município possuir apenas uma IG, não se observa uma relevância estatística para o emprego na agropecuária. Uma explicação para esse resultado pode estar relacionada ao tipo de produtos das IGs. Devido às características dos produtos associados às IGs, que são geralmente produtos diferenciados e que demandam mão de obra para seu processo produtivo, a

posse de duas ou mais IGs tende a trazer benefícios significativos para o município.

Tabela 11 – Efeito médio de se ter uma ou mais IGs sobre a variação do Emprego Agropecuária *per capita* - municípios do Brasil

Municípios controle	Municípios tratado	Algoritmo de vizinhança	Efeito médio	Z
Nenhuma IG	Ter uma ou mais IGs	Kernel	0,0004	1,77
Uma ou nenhuma IGs	Ter duas ou mais IGs	Kernel	0,0018*	2,41
Nenhuma IG	Ter duas ou mais IGs	2 Vizinhos	0,0033*	3,15
Uma IG	Ter duas ou mais IGs	Caliper/1 Vizinho	0,0025*	2,96

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%.

Cabe salientar que os resultados estatísticos aqui apresentados possuíram como foco a avaliação das IGs agroalimentares, em quatro cenários distintos, frente a alguns indicadores econômicos de desenvolvimento territorial.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a presença das IGs foi importante para mitigar os efeitos da pandemia, na dinâmica econômica dos municípios brasileiros. Em alguns casos, como na variação do PIB *per capita* e do emprego da agropecuária, ter mais do que uma IG gerou um efeito ainda mais expressivo sobre a dinâmica local.

A seguir, será apresentado o capítulo com as considerações finais desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo delineado de avaliar a relevância de possuir uma ou múltiplas IGs no desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros durante a pandemia da COVID-19, este estudo alcançou sua finalidade por meio de diversas etapas. Inicialmente, buscou-se compreender a natureza das IGs, assim como o conceito de desenvolvimento territorial e a interconexão entre as IGs e o desenvolvimento territorial. Em seguida, procedeu-se à caracterização das IGs existentes no Brasil e à análise dos efeitos dessas IGs no desenvolvimento territorial durante o contexto da pandemia. Essa abordagem permitiu uma compreensão abrangente das implicações das IGs no desenvolvimento territorial dos municípios brasileiros, em um período de desafios sem precedentes, como foi o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

A partir da revisão teórica conduzida, constatamos que as IGs exercem uma influência substancial no desenvolvimento territorial dos municípios onde estão implantadas. Esse impacto decorre principalmente da capacidade das IGs de influenciar variáveis cruciais, como emprego, renda e consumo, bem como de fomentar o crescimento do setor turístico e atrair investimentos. No entanto, é crucial ressaltar que o mero estabelecimento de uma IG não garante automaticamente o desenvolvimento, uma vez que esse processo está condicionado à existência de um ambiente propício, que inclui fatores adicionais, como a cooperação entre os diversos atores envolvidos, a conscientização da comunidade sobre as IGs, o apoio das autoridades locais, uma regulamentação adequada, uma gestão eficiente, dentre outros.

Ao examinarmos o impacto da presença de múltiplas IGs em um único município, torna-se crucial considerar que muitos dos desafios previamente mencionados provavelmente já foram abordados. Isso se deve ao fato de que, quando um município possui múltiplas IGs, é provável que a cooperação e organização dos envolvidos na primeira IG tenham influenciado outros grupos interessados na criação de IGs adicionais no mesmo território, fomentando o capital social, bem como o ambiente institucional local. Assim, a expectativa teórica é que ter mais do que uma IG no município gera efeitos mais fortes no desenvolvimento territorial.

Para avaliar se realmente há diferenças em se possuir uma ou mais IGs, identificou-se municípios com uma, duas, três e até quatro IGs. Com essa

identificação, verificou-se que a maior parte dos municípios com IG possui apenas uma, e que, em seguida, estão os que possuem duas, na sequência, três e, por fim, quatro. Outra descoberta foi que, dentre as IGs, os produtos agroalimentares são os com maior representatividade, se comparados aos não agroalimentares.

Tendo identificado os municípios com as suas respectivas IGs, foi possível visualizar que a maior concentração de três e quatro IGs em um mesmo município ocorre, principalmente, no Sul e Sudeste do Brasil, tendo ainda algumas ocorrências em outras regiões. Quando se faz a análise quantitativa de municípios com IGs por estado, sem levar em consideração a quantidade de IGs por município, os estados de Minas Gerais, Piauí e Pernambuco, respectivamente, são os que apresentam as maiores quantidades de municípios com IGs no Brasil.

Após as análises descritivas, partiu-se para a investigação de impacto das IG sobre o desenvolvimento. Partindo efetivamente para os indicadores analisados, o primeiro avaliado foi a variação do PIB *per capita* entre 2019 a 2020. Como resultado, apurou-se que, para esse indicador econômico, o município possuir uma ou mais IGs é estatisticamente significativo para aumentar a capacidade dos municípios a retomarem seu crescimento econômico durante a pandemia. E, quando o município apresenta múltiplas IGs, o efeito se torna ainda mais relevante.

Na sequência, para os demais indicadores analisados, o período da variação considerado foi entre os anos de 2019 e 2021. Sendo o segundo indicador analisado a variação do emprego *per capita*, o efeito apresentado para o emprego indica que possuir uma IG foi relevante para a retomada do emprego durante a pandemia na ordem de 3,3 postos de trabalho a mais, por cada mil habitantes. Porém, quando analisado se este fator se intensifica em um município com múltiplas IGs, a resposta foi que possuir múltiplas IGs em um mesmo município não se torna significativamente relevante, especialmente quando comparado a se ter pelo menos uma IG.

O terceiro indicador foi a variação do número de estabelecimentos formais. Para esse indicador, não foram encontradas evidências estatisticamente significativas de que a presença de uma ou mais IGs influencie positivamente na abertura de novos estabelecimentos durante a pandemia.

Na análise do quarto indicador, variação dos empregos no turismo *per capita*, o resultado foi semelhante ao anterior, para o município possuir uma IG ou mais não foi significativo, ou seja, não influenciou na quantidade de empregos gerada no turismo durante a pandemia.

No quinto indicador, variação de empregos na hotelaria *per capita*, o resultado das análises indicou que possuir pelo menos uma IG no município aumenta estatisticamente em 0,2 postos de trabalho, a cada mil habitantes, porém, possuir múltiplas IGs no mesmo município não foi significativo.

O último indicador analisado foi o da variação de emprego na agropecuária, para ele, o resultado foi significativo quando o município possui duas ou mais IGs, em seu município, sendo que para o período analisado ter duas ou mais IGs representou um aumento de 3,3 postos de trabalho, a cada mil habitantes. Com relação ao município possuir somente uma IG, os resultados não foram estatisticamente significativos.

Com base nas análises estatísticas realizadas, conclui-se que a presença de IGs é importante para impulsionar o crescimento econômico, de modo que, em quatro dos seis indicadores considerados durante o período da pandemia, obteve-se um efeito positivo e estatisticamente significativo. Especificamente, nos casos do PIB *per capita* e do emprego na agropecuária *per capita*, a existência de múltiplas IGs se mostrou vantajosa para obter melhores resultados. Por outro lado, para os indicadores de emprego total *per capita* e de emprego na hotelaria *per capita*, verificou-se que ter pelo menos uma IG já é suficiente para desfrutar dos benefícios proporcionados por essas certificações geográficas.

O fato desta pesquisa não ter identificado significância estatística para os indicadores de variação de emprego do turismo *per capita* e de variação do número de estabelecimentos formais, durante o período de pandemia da COVID-19, pode estar atrelado a outros fatores que influenciaram nos resultados. Lembrando que o período analisado foi o de uma crise econômica em decorrência da pandemia e que tanto o turismo quanto os estabelecimentos sofreram duras perdas.

Diante de tais resultados apresentados, considera-se que as IGs podem ser uma boa ferramenta para auxiliar o desenvolvimento territorial no Brasil e tornar os territórios onde elas estão inseridas mais resilientes. Diversas são as hipóteses para a ocorrência desse fato: a própria comercialização do produto detentor de registro ou produtos correlatos à sua produção (a montante e a jusante); a formação de uma cesta de bens e serviços locais; a maior visibilidade do território e do produto, bem como fortalecimento imagético mútuo; a existência de apoio por parte de algumas organizações (públicas e privadas) para pequenos produtores, especialmente de origem; a governança e a articulação dos atores, imprescindíveis à implementação de

uma IG; o interesse dos consumidores; entre outros. Não se pode afirmar qual ou quais questões tiveram mais peso, levando-se em consideração todos os distintos produtos e regiões abarcadas no presente estudo.

É importante frisar as limitações desta pesquisa. Primeiramente, esta pesquisa focou apenas nas IGs brasileiras e em seis indicadores econômicos. Outro fator limitante se refere aos períodos de dados trabalhados, em que, para o PIB *per capita* fixou-se entre 2019 e 2020 e, para os demais indicadores, entre 2019 e 2021, ressaltando que o ideal seria que todas as análises utilizassem esse último período. Ademais, nesta pesquisa, também não se realizou distinção entre as tipologias de IGs (IP e DO), visto que ambas pretendem valorizar recursos territoriais que podem, e devem, ser trabalhados como um ativo coletivo.

Apesar das limitações encontradas, os resultados obtidos por meio do método escolhido foram considerados satisfatórios, e a utilização das ferramentas demonstrou-se altamente útil e adequada às necessidades desta pesquisa. O modelo PSM revelou-se essencial devido ao grande volume de dados manipulados e à necessidade de comparação entre os grupos tratado e controle. Sem essa ferramenta, seria difícil realizar tais comparações com a quantidade de dados obtidos.

Considerando os resultados e as limitações deste estudo, recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas para analisar a influência das IGs no período pós-pandemia, bem como compará-la com o período estudado. Sugere-se também a realização de trabalhos que investiguem os efeitos das IGs em indicadores sociais, além daqueles econômicos abordados neste estudo. Além disso, estudos comparativos podem ser conduzidos para identificar quais fatores isolados tiveram maior impacto em cada indicador, assim como para avaliar a relação entre o tempo de existência de cada IG e seu impacto no desenvolvimento do território.

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se ao poder público que promova o desenvolvimento de novas políticas que incentivem a criação de novas IGs, por meio de ações de educação, divulgação, promoção e apoio ao fortalecimento de entidades coletivas e cadeias produtivas. Esta pesquisa confirmou que as IGs podem trazer benefícios positivos para os municípios onde estão estabelecidas e destacou a ocorrência de múltiplas IGs em um mesmo local, contribuindo assim para o avanço do conhecimento teórico nesse campo de estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Eds.). **Desarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Ediciones Ciccus: Buenos Aires, 2006. p. 51-70.

ALMEIDA, A. P. O. **Feira do produtor rural de Parauapebas, PA**: aspectos econômicos e sociais. 2010. 57 f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Federal do Pará, Marabá, 2010.

ANJOS, F. S. DOS; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **Dados**, v. 56, n. 1, p. 207–236, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000100009 &lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

ANJOS, F. S. DOS; SILVA, F. N. DA; CALDAS, N. V. Indicações geográficas, capital social e desenvolvimento territorial. **Redes**, v. 25, n. 2, p. 721–743, 25 maio 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9636>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

BARBOSA, P. M. DA S.; VALENTE, M. E. R. Considerações Sobre Sinais Distintivos De Uso Coletivo: Indicações Geográficas, Marcas Coletivas E a Possibilidade De Valorização De Uma Coletividade. **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**. v. 11, n. 12, p. 61–78, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/4281/1/revista-artigo-5-coletividade-barboza.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

BARROS, R. P.; LIMA, L. **Avaliação econômica de projetos sociais** – Por que, para que e quando fazer? Fundação Itaú Social, cap. 1, p. 13-37, 2017. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/avaliacao-economica-3a-ed_1513188151.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; LIMA, J. F. de.; **Economia e desenvolvimento territorial**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/arq/files/NDR/E-book_economia_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjugação de enfoques. **Estudos Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-227, 2008.

BRASIL. Lei Federal 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**: Brasília-DF, 15 de maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 15 de maio 2022.

CALDAS, A. DOS S.; ARAÚJO, C. C. DE; COURY, R. DE L. M. As Indicações Geográficas (IGs) Como Estratégia De Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no distrito de maragogipinho, ARATUÍPE, BA. **RDE - Revista de**

Desenvolvimento Econômico, v. 3, n. 38, p. 81, dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5032>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. Some practical guidance for the implementation of propensity score matching. **Journal of economic surveys**, v. 22, n. 1, p. 31-72, 2008. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6419.2007.00527.x>>. Acesso em: 15 set. 2023

CAZELLA, A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5 - 27, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/633>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

CERDAN, C. M. T.; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L.; COPETI, M.; FÁVERO, K. C.; LOCATELLI, L. **Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual**. In: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; organização Luiz Otávio Pimentel – 4. ed. – Florianópolis: MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2014.

CERVI, E. U. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com as qualitativas. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (Org.). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

CONTINI, C.; BONCINELLI, F.; CASINI, L.; PAGNOTTA, G.; ROMANO, C.; SCOZZAFAVA, G. Why Do We Buy Traditional Foods?. **Journal of Food Products Marketing**, v. 22, n. 6, p. 643–657, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10454446.2016.1141137>>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

CORBARI, S. D.; GRIMM, I. J. A pandemia de covid-19 e os impactos no setor do turismo em Curitiba (PR): uma análise preliminar. **Ateliê do Turismo**, v. 4, n. 2, p. 1–26, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/11284/8435>>. Acesso em: 28 de jan. 2024.

CRESCENZI, R. *et al.* Geographical Indications and local development: the strength of territorial embeddedness. **Regional Studies**, v. 56, n. 3, p. 381–393, 4 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00343404.2021.1946499>>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

CRUZ, R. de C. A. da; BRITO-HENRIQUES, E.; LARRABURE, S.; CHUNDO, D. M. I. Impactos da pandemia de COVID-19 no setor hoteleiro: os casos de Lisboa, Maputo e São Paulo. **Confins (Online)**, v. 56, 2022. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/47903>>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

DALLABRIDA, V. R. Territorial assets, development strategies and territorial governance: A comparative analysis of Brazilian and Portuguese experiences. **Eure**, v. 42, n. 126, p. 187 – 212, 2016. Disponível em: <<https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-84976631377&doi=10.4067%2fS0250-71612016000200009&origin=inward&txGid=10a14873c70d69579949e71bc2461c69>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DALLABRIDA, V. R. Território e desenvolvimento sustentável: Indicação Geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 42-59, 2012. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/5095/4670>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DAVID, A. M. T. F. S.; SARMENTO, C. S. A. G.; MATSUMOTO, S. N.; *et al.* Análise dos registros de Indicação Geográfica depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p.1-11, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19031>>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

FARIA, J. H. de. Desenvolvimento Socioeconômico e Interdisciplinaridade. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**. v.1 n.1 p.5-36, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/1827/1801>>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

FROEHLICH, J. M. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial – As percepções das organizações representativas da agricultura familiar na Espanha. **Estudos sociedade e agricultura**, 2013. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/10/10>> Acessado em: 10 mar. 2022.

FURTADO, Celso. “O golpe de 1964 e o Nordeste”. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, n. 11, p. 212-215. 2004.

Gertler, P. J.; Martínez, S.; Premand, P.; Rawlings, L. B.; Vermeersch, C. M. J. **Impact Evaluation in Practice**. The International bank of Reconstruction and development/The World Bank, Washington, D.C., 2011. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/4d0504c2-bedf-5218-939b-cc17b3c238f3/content>>. Acesso em: 15 set. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, C. M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**. 2020. 1–20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>>. 12 de jan. 2024.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. 2001. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR. Disponível em: <<https://anpur.org.br/anais-do-ix-encontro/>>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

HARCHANDANI, P.; SHOME, S. Global tourism and COVID-19: An impact assessment. **Tourism**. 2021 v. 69, n. 2, p. 262–280. Disponível em: <<https://hrcak.srce.hr/file/376972>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HECKMAN, J. J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator. **The review of economic studies**. 1998. v. 65, n. 2, p. 261-294. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2566973>>. Acesso em: 15 set. 2023.

HEINRICH, C.; MAFFIOLI, A.; VÁZQUEZ, G. **A Primer for Applying Propensity-Score Matching: Impact-Evaluation Guidelines**. Inter-american Development Bank, 2010. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/primer-applying-propensity-score-matching>>. Acesso em: 15 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Mapas. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Brasil: Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284680>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Mapas. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1618#resultado>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Mapas. **Brasil - Unidades da Federação 2022** (SHP). Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa223495>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Identidade Institucional**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Portaria 4 de 12 de janeiro de 2022**: Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas, dispõe sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Lista com as Denominações de Origem (DO) reconhecidas até novembro de 2022**. 2022b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASDENOMINAESDEORIGEMRECONHECIDAS.At29Nov2022..pdf>>. Acesso em: 15 set. 2023.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Lista com as Indicações de Procedência (IP) reconhecidas até agosto de 2023**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At12Set2023.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2023.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Lista com as Indicações de Procedência (IP) reconhecidas até agosto de 2021**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At10Ago2021.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores Territoriais**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6859/1/BRU_n13_Indicadores.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1969.

JENA, P. R.; NGOKKUEN, C.; RAHUT, D. B.; GROTE, U. Geographical indication protection and rural livelihoods: insights from India and Thailand. **Asian-Pacific Economic Literature**, v. 29, n. 1, p. 174–185, maio 2015. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/apel.12092>>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. de M.; GOELLNER, I. de A.; COUTO, B. G. Os Instrumentos de Políticas Públicas para o Enfrentamento do Vírus da COVID-19: uma análise dos normativos produzidos pelo Executivo federal. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 22, abr. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10080/5/BAPI_22_instrumentos.pdf> Acesso em: 12 de fev. 2024.

LEITE, A. R.; VIEIRA, A. C. P.; FILHO, L. F. F. Indicações geográficas como propulsoras do turismo nos Vales da Uva Goethe, Santa Catarina. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/79522>>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

LILAVANICHAKUL, A. The Economic Impact of Arabica Coffee Farmers' Participation in Geographical Indication in Northern Highland of Thailand. **Journal of Rural Problems**, v. 56, n. 3, p. 124–131, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.jstage.jst.go.jp/article/arge/56/3/56_124/_article>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

LOBO, P.; FERREIRA, I. A publicidade com o argumento na origem. Uma abordagem exploratória das marcas cidade do Porto e Vinho do Porto. **Media & Jornalismo**, v. 19, n. 34, p. 181-191, 2019. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_34_13>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

LOCATELLI, L. **Indicações Geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico**. Curitiba: Juruá, 2007.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 1, p. 13–25, jun. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dados das Indicações Geográficas do Brasil**. 2023. Disponível em: <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Dados_IG/Dados_IG.html>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MATOS, K. F. DA S.; BRAGA, M. J.; ALBINO, P. M. B. Impacto das indicações de procedência no desenvolvimento municipal. **Colóquio (Taquara)**, v. 19, n. 1, p. 47–59, 2021. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2340>>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

MEDEIROS, M. de L.; PASSADOR, J. L. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E TURISMO: Possibilidades no Contexto Brasileiro. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, n. 3, p. 56-79, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1906/756>>. Acesso em: 14 mar. de 2023.

MEDEIROS, M.; TERRA, L. A. A.; PASSADOR, J. L. Geographical indications and territorial development: A soft-system methodology analysis of the Serro Case. **Systems research and behavioral science**, v. 37, n. 1, p. 82–96, 2020. Disponível em: <<http://ojs.ual.es/ojs/index.php/eea/article/view/4376>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

MEDEIROS, M. de L.; RAIHER, A. P.; PASSADOR, J. L. Geographical Indications and their Impact on Territorial Development: Empirical Evidence for Brazilian Municipalities. **Studies of Applied Economics**, v. 39, n. 8, 2021. Disponível em: <<http://ojs.ual.es/ojs/index.php/eea/article/view/4376>>. Acesso em: 14 jun. de 2022.

MENDONÇA, D.; PROCÓPIO, D. P.; CORRÊA, S. R. dos S. C. A contribuição das indicações geográficas para o desenvolvimento rural brasileiro. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**. v. 8, n. 7, p. 01-18, 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1152>>. Acesso em: 07 de ago. 2023.

MENESES, N. S.; SANTOS, F. dos. Indicadores, Planejamento e Gestão Territorial. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão – SE. 2012. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10114/6/5.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestaopublica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-corona-virus-no-brasil>>. Acesso em: 24 dez. 2023.

NAHAS, M. I. P. **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades**: discussão teórico metodológica. Belo Horizonte: PUC - Minas, 2002.

NASCIMENTO, J. N. DO; DALLABRIDA, V. R. Direito e desenvolvimento territorial: as questões legais que envolvem a indicação geográfica de produtos e serviços no Brasil e no exterior. **Colóquio (Taquara)**, v. 13, n. 1, p. 33–54, 2016. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/388>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

NIERDELE, P. A. Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. Grupo de Pesquisa: 9 – **Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/35>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

NINO, M. Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável: Da Transferência de Renda às Ações e Iniciativas Geradoras de Renda e Riqueza. **Economics, Methodology and Praxiology**. v.4. n. 2, p. 353-376. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5863/586364182004/html/>>. Acesso em: 09 set. 2023.

OLIVEIRA, A. N. de. De troco a souvenir: valorização da bala de banana enquanto patrimônio e as indicações geográficas. **Revista Geografia em Atos** (Online), v.5, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/8090>>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

OMC, Organização Mundial do Comércio. **Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights as Amended by the 2005 Protocol Amending the TRIPS Agreement**. 2005. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/trips_e.htm#preamble>. Acesso: 20 ago. 2023.

PASSOS, A. T. B.; KHAN, A. S. O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade agrícola de agricultores familiares na microrregião do vale do médio Curu, no estado do Ceará. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 53-78, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/169979>>. Acesso em: 15 set. 2023.

PALOMINO, M. E. P.; REGALADO, P. F.; DIAS, R. Q.; LIMA, L. S. G. O Papel Da Governança na Estruturação das Indicações Geográficas no Estado do Espírito Santo. **Incaper em Revista**, Vitória, v. 11 e 12, p. 25-37, dez. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Mauricio-Fornazier/publication/357437078_INDICACAO_GEOGRAFICA_CAFE_MONTANHAS_DO_ESPIRITO_SANTO/links/61ddc5823a192d2c8af32dbd/INDICACAO-GEOGRAFICA-CAFE-MONTANHAS-DO-ESPIRITO-SANTO.pdf#page=26>. Acesso 24 set. 2023.

PELLIN, V. Indicações geográficas e a multifuncionalidade da agricultura. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 1, n. 2, p. 27, 2016a. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/2395>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

PELLIN, V. Produtos tradicionais e o desenvolvimento territorial rural: experiências de indicação geográfica no Brasil e Portugal. **Grifos (Chapecó)**, v.

24, n. 38/39, p. 71, 2016b. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967128005.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: módulo II, indicação geográfica. 4. Ed. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

POETSCHKI, K.; PEERLINGS, J.; DRIES, L. The impact of geographical indications on farm incomes in the EU olives and wine sector. **British Food Journal**, v. 123, n. 13, p. 579–598, 17 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/BFJ-12-2020-1119/full/html>>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

PRADO, F. H.; MILANO, M. Z.; DORTZBACH, D.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. *Desenvolvimento. Meio Ambiente*, v. 59, p. 110-133, jan/jun. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <[https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

RIBEIRO, V. L. S. **Indicadores para a Gestão Urbana: diferentes maneiras de usá-los**, 2004. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/vgestaourbana/cursos/papers/2004/veraribeiro-indicadoresparagestaourbana.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2023.

ROSEMBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. **Biometrika**, 1983; 70:41-55. Disponível em: <<https://academic.oup.com/biomet/article/70/1/41/240879>>. Acesso em 15 de set. 2023.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. DA S. Desenvolvimento: um conceito em construção. DRd - **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Indicações Geográficas Brasileiras**: panorama das IGs brasileiras registradas. 2023. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/panorama-das-igs-brasileiras/>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Indicações Geográficas Brasileiras**: panorama das IGs brasileiras registradas. 2024. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/panorama-das-igs-brasileiras/>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**. Ed: Unijuí, ano 1, n. 1, jan./jun, p. 45-71, 2003.

SILVA, R. L. O Acordo Trips e os Padrões Internacionais de Proteção da Propriedade Intelectual. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**. Salvador, v. 4, n. 1, p. 140 – 159. jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41047/2/O%20Acordo%20TRIPS%20e%20os%20padr%C3%B5es%20internacionais%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20propriedade%20intelectual.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SMITH, J. A.; TODD, P. E. Does matching overcome LaLonde's critique of nonexperimental estimators?. **Journal of Econometrics**, v. 125, n. 1–2, p. 305-353, 2005. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030440760400082X>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SOBRINHO, M. H. F.; GUEDES, C. A. M.; CASTRO, M. C. D. E. A Indicação Geográfica do café da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais como ferramenta de desenvolvimento territorial. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 279–294, 2 jun. 2021. Disponível em: <<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2206>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

STUART, E. A. Matching methods for causal inference: A review and a look forward. **Statistical Science**: a review journal of the Institute of Mathematical Statistics, v. 25, n. 1, p. 1, 2010. Disponível em: <<https://projecteuclid.org/journals/statistical-science/volume-25/issue-1/Matching-Methods-for-Causal-Inference--A-Review-and-a/10.1214/09-STS313.full>>. Acesso em: 15 set. 2023.

TRENTINI, F.; SAE, M. S. M. Denominações de origem aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável na agricultura. **Revista Mestrado em Direito**, v. 10, n. 1 p. 225-240, 2009.

USDA. UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Produção, suprimento e distribuição. PSD 2023. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/topCountriesByCommodity#chart125>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VIEIRA, A. C. P.; ZILLI, J. C. de F.; BRUCH, K. L. Políticas públicas como instrumento de desenvolvimento de indicações geográficas. **Revista FOCO**, v.9, n. 2, p. 138-155, ago./dez. 2016.

VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E.B.S.; BRUCH, K. L.; LOCATELLI, L.; GASPAR, L. C. M. **Indicações Geográficas, Signos Coletivos e Desenvolvimento Local/Regional**. v. 2, Erechim: Deviant, 2019. p. 485.

WOCIECHOSKI, D. P. Indicações geográficas como estratégia de desenvolvimento territorial: uma análise entre Brasil e Europa. **Estudos de Sociologia**, v. 23, n. 45,

2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/10296>>. Acesso em: 14 de mar. 2022.

WORLD BANK. Perspectivas econômicas globais. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 24 dez. 2023.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da administração. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009

**APÊNDICE A – RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM UMA OU
MAIS INDICAÇÃO GEOGRÁFICA**

Quadro A - municípios com um ou mais de uma IGs - Produtos Agroalimentares e Não Agroalimentares - 2023

MUNICÍPIOS COM 1 IG	
MUNICÍPIO	IG RELACIONADA
Abaeté - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Abaíra - BA	Microrregião de Abaíra (Cachaça)
Abatiá - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Abdon Batista - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Abelardo Luz - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Abre Campo - MG	Matas de Minas (Café)
Acaiaca - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Acaraú - CE	Costa Negra (Camarão)
Acari - RN	Caicó (Bordado)
Acauã - PI	Piauí (Cajuína)
Açu - RN	Mossoró (Melão)
Afonso Bezerra - RN	Mossoró (Melão)
Agricolândia - PI	Piauí (Cajuína)
Agrolândia - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Água Branca - PB	Paraíba (Algodão)
Água Branca - PI	Piauí (Cajuína)
Água Doce do Norte - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Aguai - SP	Região de Pinhal (Café)
Águas da Prata - SP	Região de Pinhal (Café)
Águia Branca - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Aguiar - PB	Paraíba (Algodão)
Aiquara - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Alagoa Grande - PB	Paraíba (Algodão)
Alagoa Nova - PB	Paraíba (Algodão)
Alagoinha - PB	Paraíba (Algodão)
Alagoinha do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Alcantil - PB	Paraíba (Algodão)
Alcobaça - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Alegrete - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Alegrete do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Alfredo Wagner - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Algodão de Jandaíra - PB	Paraíba (Algodão)
Alhandra - PB	Paraíba (Algodão)
Almadina - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Alta Floresta D'Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Altinópolis - SP	Alta Mogiana (Café)
Alto Alegre dos Parecis - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Alto do Rodrigues - RN	Mossoró (Melão)
Alto Feliz - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Alto Longá - PI	Piauí (Cajuína)
Alto Rio Novo - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Altos - PI	Piauí (Cajuína)
Alvinópolis - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Alvorada D'Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Alvorada de Minas - MG	Serro (Queijo)
Alvorada do Gurguéia - PI	Piauí (Cajuína)
Amaralina - GO	Região Mara Rosa (Açafrão)
Amarante - PI	Piauí (Cajuína)
Amparo - PB	Paraíba (Algodão)
Anahy - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Anchieta - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Andirá - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
André da Rocha - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Andrelândia - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)

Angical do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Anísio de Abreu - PI	Piauí (Cajuína)
Antonina - PR	Antonina (Bala de Banana)
Antônio Almeida - PI	Piauí (Cajuína)
Antônio Dias - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Antônio Olinto - PR	São Matheus (Erva Mate)
Aparecida - PB	Paraíba (Algodão)
Apiacá - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Apuarema - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Aquidauana - MS	Pantanal (Mel)
Araçagi - PB	Paraíba (Algodão)
Aracruz - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Araponga - MG	Matas de Minas (Café)
Arara - PB	Paraíba (Algodão)
Araricá - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Araruna - PB	Paraíba (Algodão)
Arataca - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Arcos - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Areia - PB	Paraíba (Algodão)
Areia Branca - RN	Mossoró (Melão)
Areia de Baraúnas - PB	Paraíba (Algodão)
Areial - PB	Paraíba (Algodão)
Arinos - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Arozés - PI	Piauí (Cajuína)
Aroeiras - PB	Paraíba (Algodão)
Aroeiras do Itaim - PI	Piauí (Cajuína)
Arraial - PI	Piauí (Cajuína)
Arroio do Padre - RS	Pelotas (Doces)
Assaí - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Assis Chateaubriand - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Assunção - PB	Paraíba (Algodão)
Assunção do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Atalanta - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Atilio Vivacqua - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Augusto Corrêa - PA	Bragança (Farinha de Mandioca)
Aurelino Leal - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Aveiro - PA	Terra Indígena Andirá-Marau (Guaraná)
Avelino Lopes - PI	Piauí (Cajuína)
Baependi - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Baía da Traição - PB	Paraíba (Algodão)
Baianópolis - BA	Oeste da Bahia (Café)
Baixa Grande do Ribeiro - PI	Piauí (Cajuína)
Baixo Guandu - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Balneário Pinhal - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Bananeiras - PB	Paraíba (Algodão)
Bandeirantes - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Barão - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Barão de Cocais - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Barão de Melgaço - MT	Pantanal (Mel)
Baraúna - RN	Mossoró (Melão)
Baraúna - PB	Paraíba (Algodão)
Barbacena - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Barcelos - AM	Rio Negro (Peixe Ornamental)
Barra D'Alcântara - PI	Piauí (Cajuína)
Barra de Santa Rosa - PB	Paraíba (Algodão)
Barra de Santana - PB	Paraíba (Algodão)

Barra de Santo Antônio - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Barra de São Francisco - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Barra de São Miguel - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Barra de São Miguel - PB	Paraíba (Algodão)
Barra do Jacaré - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Barra do Quaraí - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Barra do Rocha - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Barra Longa - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Barras - PI	Piauí (Cajuína)
Barreiras - BA	Oeste da Bahia (Café)
Barreiras do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Barreirinha - AM	Terra Indígena Andirá-Marau (Guaraná)
Barro Duro - PI	Piauí (Cajuína)
Barro Preto - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Batalha - PI	Piauí (Cajuína)
Batatais - SP	Alta Mogiana (Café)
Bayeux - PB	Paraíba (Algodão)
Bela Vista de Minas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bela Vista do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Bela Vista do Toldo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Belém - PB	Paraíba (Algodão)
Belém do Brejo do Cruz - PB	Paraíba (Algodão)
Belém do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Belmonte - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Belo Horizonte - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Belo Vale - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Beneditinos - PI	Piauí (Cajuína)
Bernardino Batista - PB	Paraíba (Algodão)
Bertolândia - PI	Piauí (Cajuína)
Betânia do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Betim - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bias Fortes - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bituruna - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Boa Esperança - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Boa Esperança - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Boa Hora - PI	Piauí (Cajuína)
Boa Nova - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Boa Ventura - PB	Paraíba (Algodão)
Boa Vista - PB	Paraíba (Algodão)
Boa Vista da Aparecida - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Bocaina - PI	Piauí (Cajuína)
Bocaiúva - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Bodoquena - MS	Pantanal (Mel)
Bom Despacho - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bom Jardim de Minas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bom Jesus - PB	Paraíba (Algodão)
Bom Jesus - PI	Piauí (Cajuína)
Bom Jesus do Amparo - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bom Jesus do Norte - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Bom Princípio - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Bom Princípio do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Bom Sucesso - MG	Campo das Vertentes (Café)
Bom Sucesso - PB	Paraíba (Algodão)
Bonfim - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Bonfim do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)

Bonito de Minas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Bonito de Santa Fé - PB	Paraíba (Algodão)
Boqueirão - PB	Paraíba (Algodão)
Boqueirão do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Borborema - PB	Paraíba (Algodão)
Braço do Trombudo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracinga)
Bragança - PA	Bragança (Farinha de Mandioca)
Braganey - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Brasilândia de Minas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Brasileira - PI	Piauí (Cajuína)
Brasília de Minas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Brazópolis - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Brejo do Cruz - PB	Paraíba (Algodão)
Brejo do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Brejo dos Santos - PB	Paraíba (Algodão)
Brochier - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Brumadinho - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Buerarema - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Buriti dos Lopes - PI	Piauí (Cajuína)
Buriti dos Montes - PI	Piauí (Cajuína)
Buritizal - SP	Alta Mogiana (Café)
Buritizeiro - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Caaporã - PB	Paraíba (Algodão)
Caatiba - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Cabaceiras - PB	Paraíba (Algodão)
Cabeceiras do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Cabedelo - PB	Paraíba (Algodão)
Cabo Verde - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cáceres - MT	Pantanal (Mel)
Cachoeira da Prata - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cachoeira de Minas - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Cachoeira do Arari - PA	Marajó (Queijo)
Cachoeira dos Índios - PB	Paraíba (Algodão)
Cacimba de Areia - PB	Paraíba (Algodão)
Cacimba de Dentro - PB	Paraíba (Algodão)
Cacimbas - PB	Paraíba (Algodão)
Cacoal - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicas)
Caetanópolis - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Caeté - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cafelândia - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Caiana - MG	Matas de Minas (Café)
Caiçara - PB	Paraíba (Algodão)
Caicó - RN	Caicó (Bordado)
Cajazeiras - PB	Paraíba (Algodão)
Cajazeiras do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Cajazeirinhas - PB	Paraíba (Algodão)
Cajueiro da Praia - PI	Piauí (Cajuína)
Cajuri - MG	Matas de Minas (Café)
Cajuru - SP	Alta Mogiana (Café)
Caldas Brandão - PB	Paraíba (Algodão)

Caldeirão Grande do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Calmon - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Camacan - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Camacho - MG	Campo das Vertentes (Café)
Camamu - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Cambará - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Cambuquira - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Campestre da Serra - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Campina Grande - PB	Paraíba (Algodão)
Campinas do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Campo Alegre - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Campo Alegre do Fidalgo - PI	Piauí (Cajuína)
Campo Azul - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Campo Bom - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Campo Bonito - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Campo Grande do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Campo Largo do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Campo Maior - PI	Piauí (Cajuína)
Campos Gerais - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Campos Novos - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Cana Verde - MG	Campo das Vertentes (Café)
Canaã - MG	Matas de Minas (Café)
Canavieira - PI	Piauí (Cajuína)
Canavieiras - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Canoas - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Canoinhas - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Canto do Buriti - PI	Piauí (Cajuína)
Capanema - PR	Capanema (Melado)
Capão Bonito do Sul - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Capão da Canoa - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Capão do Leão - RS	Pelotas (Doces)
Capela de Santana - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Capim - PB	Paraíba (Algodão)
Capitão de Campos - PI	Piauí (Cajuína)
Capitão Enéas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Capitão Gervásio Oliveira - PI	Piauí (Cajuína)
Capitão Leônidas Marques - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Capivari do Sul - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Caputira - MG	Matas de Minas (Café)
Caracol - PI	Piauí (Cajuína)
Carangola - MG	Matas de Minas (Café)
Caraúbas - PB	Paraíba (Algodão)
Caraúbas do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Cariacica - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Caridade do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Carmo de Minas - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Carnaubais - RN	Mossoró (Melão)
Carrapateira - PB	Paraíba (Algodão)
Carvalhos - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cascavel - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Casserengue - PB	Paraíba (Algodão)
Castanheiras - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Castelo do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Catanduvas - PR	Oeste do Paraná (Mel)

Catanduvas - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Catas Altas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Catas Altas da Noruega - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Catingueira - PB	Paraíba (Algodão)
Catolândia - BA	Oeste da Bahia (Café)
Catolé do Rocha - PB	Paraíba (Algodão)
Caturité - PB	Paraíba (Algodão)
Catuti - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Caxias do Sul - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Caxingó - PI	Piauí (Cajuína)
Celso Ramos - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Céu Azul - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Chalé - MG	Matas de Minas (Café)
Chapada Gaúcha - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Chapadão do Lageado - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Chaves - PA	Marajó (Queijo)
Cidreira - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Claro dos Poções - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Cláudio - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Coaraci - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Cocal - PI	Piauí (Cajuína)
Cocal de Telha - PI	Piauí (Cajuína)
Cocal do Sul - SC	Vales da Uva Goethe (Vinho)
Cocal dos Alves - PI	Piauí (Cajuína)
Cocos - BA	Oeste da Bahia (Café)
Coimbra - MG	Matas de Minas (Café)
Coivaras - PI	Piauí (Cajuína)
Colatina - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Colônia do Gurguéia - PI	Piauí (Cajuína)
Colônia do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Coluna - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Conceição - PB	Paraíba (Algodão)
Conceição da Barra - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Conceição da Barra de Minas - MG	Campo das Vertentes (Café)
Conceição das Pedras - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Conceição de Ipanema - MG	Matas de Minas (Café)
Conceição do Canindé - PI	Piauí (Cajuína)
Conceição do Mato Dentro - MG	Serro (Queijo)
Conceição do Rio Verde - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Concórdia - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Condado - PB	Paraíba (Algodão)
Conde - PB	Paraíba (Algodão)
Cônego Marinho - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Congonhinhas - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Conselheiro Lafaiete - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Conselheiro Mairinck - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Contagem - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Coqueiro Seco - AL	Região das Lagoas Mundaú-Manguaba (Bordado Filé)

Coração de Jesus - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Corbélia - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Coremas - PB	Paraíba (Algodão)
Cornélio Procópio - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Coronel Domingos Soares - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Coronel Fabriciano - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Coronel José Dias - PI	Piauí (Cajuína)
Corrente - PI	Piauí (Cajuína)
Correntina - BA	Oeste da Bahia (Café)
Corumbá - MS	Pantanal (Mel)
Corupá - SC	Região de Corupá (Banana)
Coruripe - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Coxim - MS	Pantanal (Mel)
Coxixola - PB	Paraíba (Algodão)
Cravolândia - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Cristais Paulista - SP	Alta Mogiana (Café)
Cristalândia do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Cristiano Ottoni - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cristina - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Cristino Castro - PI	Piauí (Cajuína)
Crucilândia - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cruz - CE	Costa Negra (Camarão)
Cruz do Espírito Santo - PB	Paraíba (Algodão)
Cruz Machado - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Cruzeiro do Sul - AC	Cruzeiro do Sul (Farinha de Mandioca)
Cruzeta - RN	Caicó (Bordado)
Cubati - PB	Paraíba (Algodão)
Cuité - PB	Paraíba (Algodão)
Cuité de Mamanguape - PB	Paraíba (Algodão)
Cuitegi - PB	Paraíba (Algodão)
Curimatá - PI	Piauí (Cajuína)
Curiúva - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Currais - PI	Piauí (Cajuína)
Curral de Cima - PB	Paraíba (Algodão)
Curral Novo do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Curral Velho - PB	Paraíba (Algodão)
Curralinhos - PI	Piauí (Cajuína)
Curvelo - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Damião - PB	Paraíba (Algodão)
Dário Meira - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Delfinópolis - MG	Canastra (Queijo)
Demerval Lobão - PI	Piauí (Cajuína)
Desterro - PB	Paraíba (Algodão)
Diamante - PB	Paraíba (Algodão)
Diamante D'Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Diamante do Sul - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Diogo de Vasconcelos - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Dionísio - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Dirceu Arcoverde - PI	Piauí (Cajuína)
Divina Pastora - SE	Divina Pastora (Renda de Agulha em Lacê)
Divino - MG	Matas de Minas (Café)
Divinolândia de Minas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Dois Irmãos - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Dom Expedito Lopes - PI	Piauí (Cajuína)
Dom Inocêncio - PI	Piauí (Cajuína)
Dom Silvério - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)

Dom Viçoso - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Domingos Mourão - PI	Piauí (Cajuína)
Dona Inês - PB	Paraíba (Algodão)
Duas Estradas - PB	Paraíba (Algodão)
Durandé - MG	Matas de Minas (Café)
Ecoporanga - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Elesbão Veloso - PI	Piauí (Cajuína)
Eliseu Martins - PI	Piauí (Cajuína)
Emas - PB	Paraíba (Algodão)
Engenheiro Navarro - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Entre Folhas - MG	Matas de Minas (Café)
Entre Rios de Minas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Entre Rios do Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Eral Velho - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracinga)
Ervália - MG	Matas de Minas (Café)
Esmeralda - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Esmeraldas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Esperança - PB	Paraíba (Algodão)
Esperantina - PI	Piauí (Cajuína)
Espigão D'Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Espinosa - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Espírito Santo do Pinhal - SP	Região de Pinhal (Café)
Estância Velha - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Esteio - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Estiva Gerbi - SP	Região de Pinhal (Café)
Estrela do Norte - GO	Região Mara Rosa (Açafrão)
Eugenópolis - MG	Matas de Minas (Café)
Eunápolis - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Fagundes - PB	Paraíba (Algodão)
Faria Lemos - MG	Matas de Minas (Café)
Farroupilha - RS	Farroupilha (Vinho)
Fartura do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Feliz - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Feliz Deserto - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Ferros - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Fervedouro - MG	Matas de Minas (Café)
Figueira - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Firmino Alves - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Flores da Cunha - RS	Altos Montes (Vinho)
Flores do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Floresta Azul - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Floresta do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Florestal - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Floriano - PI	Piauí (Cajuína)
Fonte Boa - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado)
Formiga - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Formosa do Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Formosa do Rio Preto - BA	Oeste da Bahia (Café)
Formoso - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Formoso - GO	Região Mara Rosa (Açafrão)
Foz do Iguaçu - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Francinópolis - PI	Piauí (Cajuína)

Francisco Ayres - PI	Piauí (Cajuína)
Francisco Macedo - PI	Piauí (Cajuína)
Francisco Sá - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Francisco Santos - PI	Piauí (Cajuína)
Frei Martinho - PB	Paraíba (Algodão)
Fronteiras - PI	Piauí (Cajuína)
Fruta de Leite - MG	Região de Salinas (Cachaça)
Fundão - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Gado Bravo - PB	Paraíba (Algodão)
Gameleiras - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Gandu - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Geminiano - PI	Piauí (Cajuína)
General Carneiro - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Gilbués - PI	Piauí (Cajuína)
Glaucilândia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Gongogi - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Governador Lindenberg - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Gramado - RS	Gramado (Chocolate Artesanal)
Grão Pará - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Grossos - RN	Mossoró (Melão)
Guadalupe - PI	Piauí (Cajuína)
Guáira - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Guapirama - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Guarabira - PB	Paraíba (Algodão)
Guaraciaba - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Guaraciama - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Guaraniaçu - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Guarapari - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Guaratinga - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Guaribas - PI	Piauí (Cajuína)
Guaxupé - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Gurinhém - PB	Paraíba (Algodão)
Gurjão - PB	Paraíba (Algodão)
Harmonia - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Heliadora - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Herval - RS	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Herval d'Oeste - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Hugo Napoleão - PI	Piauí (Cajuína)
Ibaiti - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Ibema - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Ibiaí - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Ibiam - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ibiara - PB	Paraíba (Algodão)
Ibicaraí - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ibicaré - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ibicuí - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)

Ibiracatu - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Ibiraçu - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Ibirapitanga - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ibirataia - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ibirité - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Ibituruna - MG	Campo das Vertentes (Café)
Içara - SC	Vales da Uva Goethe (Vinho)
Icaraí de Minas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Igaracy - PB	Paraíba (Algodão)
Igrapiúna - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Igrejinha - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Iguaí - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Iguatu - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Ilha Grande - PI	Piauí (Cajuína)
Ilhéus - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Imaculada - PB	Paraíba (Algodão)
Imbé - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Imbé de Minas - MG	Matas de Minas (Café)
Inácio Martins - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ingá - PB	Paraíba (Algodão)
Inhapim - MG	Matas de Minas (Café)
Inhuma - PI	Piauí (Cajuína)
Ipanguaçu - RN	Mossoró (Melão)
Ipatinga - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Ipê - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Ipiaú - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ipira - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ipiranga do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Ipueira - RN	Caicó (Bordado)
Ipumirim - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Iracema do Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Irani - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Irineópolis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Isaías Coelho - PI	Piauí (Cajuína)
Itabaiana - PB	Paraíba (Algodão)
Itabela - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itabira - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Itabuna - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itacarambi - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Itacaré - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itacoatiara - AM	Novo Remanso (Abacaxi)
Itagi - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itagibá - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itagimirim - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itaguara - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Itainópolis - PI	Piauí (Cajuína)
Itaiópolis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Itaipulândia - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Itaituba - PA	Terra Indígena Andirá-Marau (Guaraná)
Itaju do Colônia - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itajuípe - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itamaraju - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)

Itamari - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itambaracá - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Itambé - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itamonte - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Itanhém - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itapé - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itapebi - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itapeçerica - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Itapemirim - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Itapira - SP	Região de Pinhal (Café)
Itapitanga - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Itaporanga - PB	Paraíba (Algodão)
Itapororoca - PB	Paraíba (Algodão)
Itaqui - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Itarema - CE	Costa Negra (Camarão)
Itati - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Itatiaiuçu - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Itatuba - PB	Paraíba (Algodão)
Itaueira - PI	Piauí (Cajuína)
Itaúna - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Itiquira - MT	Pantanal (Mel)
Itirapuã - SP	Alta Mogiana (Café)
Itororó - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ituberá - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ivoti - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Jaborá - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Jaborandi - BA	Oeste da Bahia (Café)
Jaboti - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Jaboticatubas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Jacaraú - PB	Paraíba (Algodão)
Jacarezinho - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Jacinto Machado - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Jacobina do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Jaguaquara - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Jaguaré - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Jaguaruana - CE	Jaguaruana (Redes)
Jaíba - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Jaicós - PI	Piauí (Cajuína)
Janaúba - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Januária - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Japaratinga - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Japira - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Japonvar - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Japurá - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado)
Jaraquá do Sul - SC	Região de Corupá (Banana)
Jardim do Mulato - PI	Piauí (Cajuína)
Jardim do Seridó - RN	Caicó (Bordado)
Jatobá do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Jeceaba - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Jequeri - MG	Matas de Minas (Café)

Jequiá da Praia - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Jequié - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Jequitai - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Jericó - PB	Paraíba (Algodão)
Jeriquara - SP	Alta Mogiana (Café)
Jerônimo Monteiro - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Jerumenha - PI	Piauí (Cajuína)
Jesuânia - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Jesuítas - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Jiquiriçá - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Jitaúna - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Joaçaba - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
João Costa - PI	Piauí (Cajuína)
João Monlevade - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
João Neiva - ES	Espírito Santo (Café conilon)
João Pessoa - PB	Paraíba (Algodão)
Joaquim Pires - PI	Piauí (Cajuína)
Joaquim Távora - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Joca Claudino - PB	Paraíba (Algodão)
Joca Marques - PI	Piauí (Cajuína)
José de Freitas - PI	Piauí (Cajuína)
Juarez Távora - PB	Paraíba (Algodão)
Juazeirinho - PB	Paraíba (Algodão)
Juazeiro do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Jucuruçu - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Jucurutu - RN	Caicó (Bordado)
Júlio Borges - PI	Piauí (Cajuína)
Junco do Seridó - PB	Paraíba (Algodão)
Jundiá do Sul - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Juramento - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Jurema - PI	Piauí (Cajuína)
Juripiranga - PB	Paraíba (Algodão)
Juru - PB	Paraíba (Algodão)
Juruá - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado)
Jussari - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Jussiape - BA	Microrregião de Abaíra (Cachaça)
Jutaí - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado)
Juvenília - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Lacerdópolis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ladário - MS	Pantanal (Mel)
Lagoa - PB	Paraíba (Algodão)
Lagoa Alegre - PI	Piauí (Cajuína)
Lagoa de Dentro - PB	Paraíba (Algodão)
Lagoa de São Francisco - PI	Piauí (Cajuína)
Lagoa do Barro do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Lagoa do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Lagoa do Sítio - PI	Piauí (Cajuína)
Lagoa do Tocantins - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Lagoa dos Patos - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)

Lagoa Santa - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Lagoa Seca - PB	Paraíba (Algodão)
Lagoa Vermelha - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Lagoinha do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Laje - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Lajinha - MG	Matas de Minas (Café)
Lambari - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Lambari D'Oeste - MT	Pantanal (Mel)
Lamim - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Landri Sales - PI	Piauí (Cajuína)
Laranja da Terra - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Lastro - PB	Paraíba (Algodão)
Lauro Muller - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Lebon Régis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Leópolis - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Lindoeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Lindóia do Sul - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Lindolfo Collor - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Linha Nova - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Livramento - PB	Paraíba (Algodão)
Lizarda - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Logradouro - PB	Paraíba (Algodão)
Lontra - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Lucena - PB	Paraíba (Algodão)
Luís Correia - PI	Piauí (Cajuína)
Luís Eduardo Magalhães - BA	Oeste da Bahia (Café)
Luisburgo - MG	Matas de Minas (Café)
Luislândia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Luzerna - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Luzilândia - PI	Piauí (Cajuína)
Maçambará - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Madeiro - PI	Piauí (Cajuína)
Mãe d'Água - PB	Paraíba (Algodão)
Mafra - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Major Vieira - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Mallet - PR	São Matheus (Erva Mate)
Malta - PB	Paraíba (Algodão)
Mamanguape - PB	Paraíba (Algodão)
Mamonas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Mampituba - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Manaíra - PB	Paraíba (Algodão)
Manaus - AM	Novo Remanso (Abacaxi)
Mâncio Lima - AC	Cruzeiro do Sul (Farinha de Mandioca)
Manga - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Mangueirinha - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Manhuaçu - MG	Matas de Minas (Café)
Manoel Emídio - PI	Piauí (Cajuína)
Mantenópolis - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Mara Rosa - GO	Região Mara Rosa (Açafrão)

Maracaju - MS	Maracaju (Lingüiça)
Maragogi - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Maratá - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Marataízes - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Maraú - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Marcação - PB	Paraíba (Algodão)
Marcolândia - PI	Piauí (Cajuína)
Marcos Parente - PI	Piauí (Cajuína)
Marechal Cândido Rondon - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Marechal Thaumaturgo - AC	Cruzeiro do Sul (Farinha de Mandioca)
Mari - PB	Paraíba (Algodão)
Marialva - PR	Marialva (Uvas Finas de Mesa)
Mariana - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Marilândia - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Maripá - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Marizópolis - PB	Paraíba (Algodão)
Marliéria - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Mascote - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Massapê do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Massaranduba - PB	Paraíba (Algodão)
Mataraca - PB	Paraíba (Algodão)
Mateiros - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Matelândia - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Materlândia - MG	Serro (Queijo)
Mateus Leme - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Matias Barbosa - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Matias Cardoso - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Matias Olímpio - PI	Piauí (Cajuína)
Matinhas - PB	Paraíba (Algodão)
Mato Grosso - PB	Paraíba (Algodão)
Mato Verde - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Matos Costa - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Matozinhos - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Maturéia - PB	Paraíba (Algodão)
Medeiros - MG	Canastra (Queijo)
Medianeira - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Mercedes - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Miguel Alves - PI	Piauí (Cajuína)
Miguel Leão - PI	Piauí (Cajuína)
Milton Brandão - PI	Piauí (Cajuína)
Mimoso do Sul - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Ministro Andreazza - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicas)
Mirabela - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Miradouro - MG	Matas de Minas (Café)
Miraí - MG	Matas de Minas (Café)
Miranda - MS	Pantanal (Mel)
Miravânia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Mirim Doce - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Missal - PR	Oeste do Paraná (Mel)

Moeda - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Mogeyro - PB	Paraíba (Algodão)
Mogi Guaçu - SP	Região de Pinhal (Café)
Monsenhor Gil - PI	Piauí (Cajuína)
Monsenhor Hipólito - PI	Piauí (Cajuína)
Montadas - PB	Paraíba (Algodão)
Montalvânia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Montanha - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Monte Alegre do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Monte Alegre dos Campos - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Monte Azul - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Monte Carlo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Monte Castelo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Monte Horebe - PB	Paraíba (Algodão)
Montenegro - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Montes Claros - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Morrinhos do Sul - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Morro Cabeça no Tempo - PI	Piauí (Cajuína)
Morro da Fumaça - SC	Vales da Uva Goethe (Vinho)
Morro do Chapéu do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Morro Grande - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Morro Redondo - RS	Pelotas (Doces)
Morro Reuter - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Mossoró - RN	Mossoró (Melão)
Mostardas - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Muaná - PA	Marajó (Queijo)
Mucugê - BA	Microrregião de Abaíra (Cachaça)
Mucuri - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Mucurici - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Muitos Capões - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Mulungu - PB	Paraíba (Algodão)
Muqui - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Muriaé - MG	Matas de Minas (Café)
Murici dos Portelas - PI	Piauí (Cajuína)
Mutuípe - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Mutum - MG	Matas de Minas (Café)
Muzambinho - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Natércia - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Natuba - PB	Paraíba (Algodão)
Nazaré do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Nazareno - MG	Campo das Vertentes (Café)
Nazarezinho - PB	Paraíba (Algodão)
Nazária - PI	Piauí (Cajuína)
Nepomuceno - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Nilo Peçanha - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Nossa Senhora de Nazaré - PI	Piauí (Cajuína)
Nossa Senhora do Livramento - MT	Pantanal (Mel)
Nossa Senhora dos Remédios - PI	Piauí (Cajuína)
Nova América da Colina - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Nova Aurora - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Nova Brasilândia D'Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicas)
Nova Canaã - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)

Nova Era - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Nova Fátima - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Nova Floresta - PB	Paraíba (Algodão)
Nova Hartz - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Nova Ibiá - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Nova Lima - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Nova Olinda - PB	Paraíba (Algodão)
Nova Pádua - RS	Altos Montes (Vinho)
Nova Palmeira - PB	Paraíba (Algodão)
Nova Porteirinha - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Nova Santa Bárbara - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Nova Santa Rita - PI	Piauí (Cajuína)
Nova Santa Rita - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Nova Santa Rosa - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Nova União - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Nova Venécia - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Nova Viçosa - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Novo Acordo - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Novo Hamburgo - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Novo Horizonte do Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Novo Oriente do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Novo Santo Antônio - PI	Piauí (Cajuína)
Novorizonte - MG	Região de Salinas (Cachaça)
Nuporanga - SP	Alta Mogiana (Café)
Oeiras - PI	Piauí (Cajuína)
Olho d'Água - PB	Paraíba (Algodão)
Olho D'Água do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Olímpio Noronha - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Olivedos - PB	Paraíba (Algodão)
Orizânia - MG	Matas de Minas (Café)
Ortigueira - PR	Ortigueira (Mel)
Osório - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Ouro - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ouro Branco - RN	Caicó (Bordado)
Ouro Branco - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Ouro Preto - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Ouro Velho - PB	Paraíba (Algodão)
Ouro Verde do Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Padre Marcos - PI	Piauí (Cajuína)
Paes Landim - PI	Piauí (Cajuína)
Pai Pedro - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Pajeú do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Palmares do Sul - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Palmas - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Palmeira - PR	Colônia Witmarsum (Queijo)
Palmeira do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Palmeirais - PI	Piauí (Cajuína)
Palotina - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Pancas - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Papanduva - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Paquetá - PI	Piauí (Cajuína)
Pará de Minas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Paraisópolis - MG	Mantiqueira de Minas (Café)

Parari - PB	Paraíba (Algodão)
Paraty - RJ	Paraty (Cachaça)
Pareci Novo - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Parintins - AM	Terra Indígena Andirá-Marau (Guaraná)
Paripueira - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Parnaguá - PI	Piauí (Cajuína)
Parnaíba - PI	Piauí (Cajuína)
Parobé - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Passagem - PB	Paraíba (Algodão)
Passagem Franca do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Passo de Camaragibe - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Passos Maia - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Patis - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Pato Bragado - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Patos - PB	Paraíba (Algodão)
Patos do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Patrocínio Paulista - SP	Alta Mogiana (Café)
Pau Brasil - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Pau D'Arco do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Paula Cândido - MG	Matas de Minas (Café)
Paula Freitas - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Paulista - PB	Paraíba (Algodão)
Paulistana - PI	Piauí (Cajuína)
Paulistas - MG	Serro (Queijo)
Pavussu - PI	Piauí (Cajuína)
Pedra Bonita - MG	Matas de Minas (Café)
Pedra Branca - PB	Paraíba (Algodão)
Pedra Dourada - MG	Matas de Minas (Café)
Pedra Lavrada - PB	Paraíba (Algodão)
Pedralva - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Pedras Altas - RS	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Pedras de Fogo - PB	Paraíba (Algodão)
Pedras de Maria da Cruz - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Pedras Grandes - SC	Vales da Uva Goethe (Vinho)
Pedregulho - SP	Alta Mogiana (Café)
Pedro Canário - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Pedro Laurentino - PI	Piauí (Cajuína)
Pedro Régis - PB	Paraíba (Algodão)
Pelotas - RS	Pelotas (Doces)
Perdões - MG	Campo das Vertentes (Café)
Peritiba - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Petrolândia - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Piaçabuçu - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Piancó - PB	Paraíba (Algodão)
Piatã - BA	Microrregião de Abaíra (Cachaça)
Picada Café - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Picos - PI	Piauí (Cajuína)
Picuí - PB	Paraíba (Algodão)
Piedade de Caratinga - MG	Matas de Minas (Café)
Piedade do Rio Grande - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Pilar - PB	Paraíba (Algodão)
Pilar - AL	Região das Lagoas Mundaú-Manguaba (Bordado Filé)
Pilões - PB	Paraíba (Algodão)
Pilõezinhos - PB	Paraíba (Algodão)

Pimenta - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Pimenteiras - PI	Piauí (Cajuína)
Pinhal da Serra - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Pinhalão - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Pinhão - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Pinheiro Machado - RS	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Pinheiros - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Pinto Bandeira - RS	Pinto Bandeira (Vinho)
Pintópolis - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Pio IX - PI	Piauí (Cajuína)
Piracema - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Piracuruca - PI	Piauí (Cajuína)
Piraí do Norte - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Piranguinho - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Pirenópolis - GO	Pirenópolis (Joias artesanais em prata)
Piripiri - PI	Piauí (Cajuína)
Pirpirituba - PB	Paraíba (Algodão)
Pitangui - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Pitimbu - PB	Paraíba (Algodão)
Piúma - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Pocinhos - PB	Paraíba (Algodão)
Poço Dantas - PB	Paraíba (Algodão)
Poço de José de Moura - PB	Paraíba (Algodão)
Poconé - MT	Pantanal (Mel)
Pombal - PB	Paraíba (Algodão)
Ponta de Pedras - PA	Marajó (Queijo)
Ponte Alta do Norte - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ponte Alta do Tocantins - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Ponte Nova - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Ponte Serrada - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ponto Belo - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Ponto Chique - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Portão - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Porteirinha - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Porto - PI	Piauí (Cajuína)
Porto Alegre do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Porto de Pedras - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Porto do Mangue - RN	Mossoró (Melão)
Porto Ferreira - SP	Porto Ferreira (Cerâmica artística)
Porto Firme - MG	Matas de Minas (Café)
Porto Murtinho - MS	Pantanal (Mel)
Porto Seguro - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Porto União - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Porto Vitória - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Porto Walter - AC	Cruzeiro do Sul (Farinha de Mandioca)
Potiraguá - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Pouso Alto - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Pouso Redondo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Prado - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Prados - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Praia Grande - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)

Prata do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Presidente Bernardes - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Presidente Castello Branco - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Presidente Kennedy - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Presidente Lucena - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Presidente Tancredo Neves - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Primavera de Rondônia - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Princesa Isabel - PB	Paraíba (Algodão)
Puxinanã - PB	Paraíba (Algodão)
Quaraí - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Quatiguá - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Quatro Pontes - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Queimada Nova - PI	Piauí (Cajuína)
Queimadas - PB	Paraíba (Algodão)
Quixabá - PB	Paraíba (Algodão)
Ramilândia - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Rancho Alegre - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Raul Soares - MG	Matas de Minas (Café)
Rebouças - PR	São Matheus (Erva Mate)
Recife - PE	Porto Digital (Serviços de Tecnologia da Informação)
Redenção do Gurguéia - PI	Piauí (Cajuína)
Reduto - MG	Matas de Minas (Café)
Regeneração - PI	Piauí (Cajuína)
Remígio - PB	Paraíba (Algodão)
Reserva do Iguaçu - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Restinga - SP	Alta Mogiana (Café)
Riachão - PB	Paraíba (Algodão)
Riachão das Neves - BA	Oeste da Bahia (Café)
Riachão do Bacamarte - PB	Paraíba (Algodão)
Riachão do Poço - PB	Paraíba (Algodão)
Riachinho - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Riacho de Santo Antônio - PB	Paraíba (Algodão)
Riacho dos Cavalos - PB	Paraíba (Algodão)
Riacho dos Machados - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Riacho Frio - PI	Piauí (Cajuína)
Ribeira do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Ribeirão Corrente - SP	Alta Mogiana (Café)
Ribeirão do Pinhal - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Ribeiro Gonçalves - PI	Piauí (Cajuína)
Rio Azul - PR	São Matheus (Erva Mate)
Rio Bananal - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Rio do Campo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Rio Fortuna - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Rio Grande do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Rio Manso - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Rio Negrinho - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Rio Preto da Eva - AM	Novo Remanso (Abacaxi)
Rio Sono - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Rio Tinto - PB	Paraíba (Algodão)
Rio Verde de Mato Grosso - MS	Pantanal (Mel)
Rodrigues Alves - AC	Cruzeiro do Sul (Farinha de Mandioca)
Rolim de Moura - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Rosário da Limeira - MG	Matas de Minas (Café)

Rosário do Sul - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Roteiro - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
Rubelita - MG	Região de Salinas (Cachaça)
Sabará - MG	Sabará (Derivados de jabuticaba: licor, geleia, molho, casca cristalizada e compota)
Salgadinho - PB	Paraíba (Algodão)
Salgado de São Félix - PB	Paraíba (Algodão)
Salinas - MG	Região de Salinas (Cachaça)
Salto do Itararé - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Salvador do Sul - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Salvaterra - PA	Marajó (Queijo)
Santa Amélia - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Santa Bárbara - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Santa Bárbara do Leste - MG	Matas de Minas (Café)
Santa Cecília - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Cecília - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Santa Cecília do Pavão - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Santa Cruz - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Cruz Cabralia - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Santa Cruz da Vitória - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Santa Cruz de Salinas - MG	Região de Salinas (Cachaça)
Santa Cruz do Arari - PA	Marajó (Queijo)
Santa Cruz do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Santa Cruz dos Milagres - PI	Piauí (Cajuína)
Santa Fé de Minas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Santa Filomena - PI	Piauí (Cajuína)
Santa Helena - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Santa Helena - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Inês - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Isabel do Rio Negro - AM	Rio Negro (Peixe Ornamental)
Santa Lúcia - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Santa Luz - PI	Piauí (Cajuína)
Santa Luzia - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Luzia - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Santa Luzia - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Santa Luzia D'Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Santa Luzia do Norte - AL	Região das Lagoas Mundaú-Manguaba (Bordado Filé)
Santa Luzia do Pará - PA	Bragança (Farinha de Mandioca)
Santa Margarida - MG	Matas de Minas (Café)
Santa Maria do Herval - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Santa Mariana - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Santa Rita - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Rita de Caldas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Santa Rita de Cássia - BA	Oeste da Bahia (Café)
Santa Rita de Ibitipoca - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Santa Rita de Minas - MG	Matas de Minas (Café)
Santa Rita do Sapucaí - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Santa Rosa de Lima - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Santa Rosa do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Santa Teresinha - PB	Paraíba (Algodão)
Santa Tereza - RS	Monte Belo (Vinho)
Santa Tereza do Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Santa Tereza do Tocantins - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
Santa Terezinha - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Santa Terezinha de Itaipu - PR	Oeste do Paraná (Mel)

Santana de Mangueira - PB	Paraíba (Algodão)
Santana do Itararé - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Santana do Manhuaçu - MG	Matas de Minas (Café)
Santana do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Santana dos Garrotes - PB	Paraíba (Algodão)
Santo André - PB	Paraíba (Algodão)
Santo Antônio da Alegria - SP	Alta Mogiana (Café)
Santo Antônio da Patrulha - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Santo Antônio da Platina - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Santo Antônio de Lisboa - PI	Piauí (Cajuína)
Santo Antônio do Amparo - MG	Campo das Vertentes (Café)
Santo Antônio do Itambé - MG	Serro (Queijo)
Santo Antônio do Jardim - SP	Região de Pinhal (Café)
Santo Antônio do Leverger - MT	Pantanal (Mel)
Santo Antônio do Paraíso - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Santo Antônio dos Milagres - PI	Piauí (Cajuína)
Santo Inácio do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Bentinho - PB	Paraíba (Algodão)
São Bento - PB	Paraíba (Algodão)
São Bonifácio - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
São Braz do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Cristovão do Sul - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
São Desidério - BA	Oeste da Bahia (Café)
São Domingos - PB	Paraíba (Algodão)
São Domingos das Dores - MG	Matas de Minas (Café)
São Domingos do Cariri - PB	Paraíba (Algodão)
São Domingos do Norte - ES	Espírito Santo (Café conilon)
São Felipe D'Oeste - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicas)
São Félix do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Félix do Tocantins - TO	Região do Jalapão do Estado do Tocantins (Artesanato em Capim Dourado)
São Fernando - RN	Caicó (Bordado)
São Francisco - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
São Francisco - PB	Paraíba (Algodão)
São Francisco de Assis do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Francisco de Paula - MG	Campo das Vertentes (Café)
São Francisco do Glória - MG	Matas de Minas (Café)
São Francisco do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Gabriel - RS	Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
São Gabriel da Palha - ES	Espírito Santo (Café conilon)
São Gonçalo do Gurguéia - PI	Piauí (Cajuína)
São Gonçalo do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Gonçalo do Rio Abaixo - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
São Jerônimo da Serra - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
São João da Boa Vista - SP	Região de Pinhal (Café)
São João da Canabrava - PI	Piauí (Cajuína)
São João da Fronteira - PI	Piauí (Cajuína)
São João da Lagoa - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
São João da Ponte - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
São João da Serra - PI	Piauí (Cajuína)
São João da Varjota - PI	Piauí (Cajuína)

São João das Missões - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
São João do Arraial - PI	Piauí (Cajuína)
São João do Cariri - PB	Paraíba (Algodão)
São João do Manhuaçu - MG	Matas de Minas (Café)
São João do Pacuí - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
São João do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São João do Rio do Peixe - PB	Paraíba (Algodão)
São João do Sabugi - RN	Caicó (Bordado)
São João do Triunfo - PR	São Matheus (Erva Mate)
São José da Bela Vista - SP	Alta Mogiana (Café)
São José da Boa Vista - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
São José da Lagoa Tapada - PB	Paraíba (Algodão)
São José da Varginha - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
São José da Vitória - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
São José das Palmeiras - PR	Oeste do Paraná (Mel)
São José de Caiana - PB	Paraíba (Algodão)
São José de Espinharas - PB	Paraíba (Algodão)
São José de Piranhas - PB	Paraíba (Algodão)
São José de Princesa - PB	Paraíba (Algodão)
São José do Bonfim - PB	Paraíba (Algodão)
São José do Brejo do Cruz - PB	Paraíba (Algodão)
São José do Divino - PI	Piauí (Cajuína)
São José do Hortêncio - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
São José do Mantimento - MG	Matas de Minas (Café)
São José do Norte - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
São José do Peixe - PI	Piauí (Cajuína)
São José do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São José do Sabugi - PB	Paraíba (Algodão)
São José do Seridó - RN	Caicó (Bordado)
São José do Sul - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
São José dos Cordeiros - PB	Paraíba (Algodão)
São José dos Ramos - PB	Paraíba (Algodão)
São Julião - PI	Piauí (Cajuína)
São Leopoldo - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
São Lourenço - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
São Lourenço do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Lourenço do Sul - RS	Pelotas (Doces)
São Luís do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
São Mamede - PB	Paraíba (Algodão)
São Martinho - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
São Mateus - ES	Espírito Santo (Café conilon)
São Mateus do Sul - PR	São Matheus (Erva Mate)
São Miguel da Baixa Grande - PI	Piauí (Cajuína)
São Miguel de Taipu - PB	Paraíba (Algodão)
São Miguel do Anta - MG	Matas de Minas (Café)
São Miguel do Fidalgo - PI	Piauí (Cajuína)
São Miguel do Guaporé - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
São Miguel do Iguaçú - PR	Oeste do Paraná (Mel)
São Miguel do Tapuio - PI	Piauí (Cajuína)
São Miguel dos Milagres - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha)
São Pedro da Serra - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
São Pedro da União - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
São Pedro do Iguaçú - PR	Oeste do Paraná (Mel)
São Pedro do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)

São Raimundo Nonato - PI	Piauí (Cajuína)
São Romão - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
São Roque de Minas - MG	Canastra (Queijo)
São Roque do Canaã - ES	Espírito Santo (Café conilon)
São Sebastião da Amoreira - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
São Sebastião da Bela Vista - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
São Sebastião da Vargem Alegre - MG	Matas de Minas (Café)
São Sebastião de Lagoa de Roça - PB	Paraíba (Algodão)
São Sebastião do Anta - MG	Matas de Minas (Café)
São Sebastião do Caí - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
São Vendelino - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
São Vicente do Seridó - PB	Paraíba (Algodão)
Sapé - PB	Paraíba (Algodão)
Sapiranga - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Sapopema - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Sapucaia do Sul - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Sarandi - PR	Marialva (Uvas Finas de Mesa)
Satuba - AL	Região das Lagoas Mundaú-Manguaba (Bordado Filé)
Schroeder - SC	Região de Corupá (Banana)
Sebastião Barros - PI	Piauí (Cajuína)
Sebastião Leal - PI	Piauí (Cajuína)
Senhora de Oliveira - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Sericita - MG	Matas de Minas (Café)
Seringueiras - RO	Matas de Rondônia (Café em grão robustas amazônicos)
Serra - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Serra Azul de Minas - MG	Serro (Queijo)
Serra Branca - PB	Paraíba (Algodão)
Serra da Raiz - PB	Paraíba (Algodão)
Serra do Mel - RN	Mossoró (Melão)
Serra Grande - PB	Paraíba (Algodão)
Serra Negra do Norte - RN	Caicó (Bordado)
Serra Redonda - PB	Paraíba (Algodão)
Serranópolis de Minas - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Serranópolis do Iguaçu - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Serraria - PB	Paraíba (Algodão)
Serro - MG	Serro (Queijo)
Sertaneja - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Sertãozinho - PB	Paraíba (Algodão)
Siderópolis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Sigefredo Pacheco - PI	Piauí (Cajuína)
Simões - PI	Piauí (Cajuína)
Simonésia - MG	Matas de Minas (Café)
Simplício Mendes - PI	Piauí (Cajuína)
Siqueira Campos - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Sobrado - PB	Paraíba (Algodão)
Socorro do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Solânea - PB	Paraíba (Algodão)
Soledade - PB	Paraíba (Algodão)
Soledade de Minas - MG	Mantiqueira de Minas (Café)
Sonora - MS	Pantanal (Mel)
Sooretama - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Sossêgo - PB	Paraíba (Algodão)

Soure - PA	Marajó (Queijo)
Sousa - PB	Paraíba (Algodão)
Sussuapara - PI	Piauí (Cajuína)
Tacima - PB	Paraíba (Algodão)
Taió - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Taiobeiras - MG	Região de Salinas (Cachaça)
Tamboril do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Tanque do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Taperoá - PB	Paraíba (Algodão)
Taperoá - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Tapiraí - MG	Canastra (Queijo)
Taquara - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Tavares - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Tavares - PB	Paraíba (Algodão)
Teixeira - PB	Paraíba (Algodão)
Teixeiras - MG	Matas de Minas (Café)
Tenório - PB	Paraíba (Algodão)
Teófilo Otoni - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Teolândia - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Teresina - PI	Piauí (Cajuína)
Terra de Areia - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Terra Roxa - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Tibau - RN	Mossoró (Melão)
Timbaúba dos Batistas - RN	Caicó (Bordado)
Timbé do Sul - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Timbó Grande - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Timóteo - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Toledo - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Tomazina - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Tombos - MG	Matas de Minas (Café)
Tomé-Açu - PA	Tomé-Açu (Cacau)
Tonantins - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado)
Tracuateua - PA	Bragança (Farinha de Mandioca)
Tramandaí - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
Três Barras - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Três Barras do Paraná - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Três Cachoeiras - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Três Corações - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Três Coroas - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Três Forquilhas - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Três Pontas - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Treviso - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Treze de Maio - SC	Vales da Uva Goethe (Vinho)
Triunfo - PB	Paraíba (Algodão)
Tupandi - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Tupãssi - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Turuçu - RS	Pelotas (Doces)
Ubaí - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de honeydew)
Ubaíra - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ubaitaba - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Ubaporanga - MG	Matas de Minas (Café)
Ubatã - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Uiraúna - PB	Paraíba (Algodão)
Umbuzeiro - PB	Paraíba (Algodão)
Una - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
União - PI	Piauí (Cajuína)

União da Vitória - PR	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Upanema - RN	Mossoró (Melão)
Uraí - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Uruçuca - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Uruçuí - PI	Piauí (Cajuína)
Urucuia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Uruguaiana - RS	Campanha Gaúcha (Vinho)
Urussanga - SC	Vales da Uva Goethe (Vinho)
Vacaria - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano)
Vale Real - RS	Vale do Sinos (Couro Acabado)
Valença - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Valença do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Vargeão - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Vargem - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Vargem Alegre - MG	Matas de Minas (Café)
Vargem Bonita - MG	Canastra (Queijo)
Varginha - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Várzea - PB	Paraíba (Algodão)
Várzea Branca - PI	Piauí (Cajuína)
Várzea Grande - PI	Piauí (Cajuína)
Varzelândia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Vera Cruz do Oeste - PR	Oeste do Paraná (Mel)
Vera Mendes - PI	Piauí (Cajuína)
Verdelândia - MG	Norte de Minas (Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>)
Vermelho Novo - MG	Matas de Minas (Café)
Vespasiano - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Viana - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Vieiras - MG	Matas de Minas (Café)
Vieirópolis - PB	Paraíba (Algodão)
Vila Nova do Piauí - PI	Piauí (Cajuína)
Vila Pavão - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Vila Valério - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Vila Velha - ES	Espírito Santo (Café conilon)
Viseu - PA	Bragança (Farinha de Mandioca)
Vista Serrana - PB	Paraíba (Algodão)
Wall Ferraz - PI	Piauí (Cajuína)
Wenceslau Braz - PR	Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Wenceslau Guimarães - BA	Sul da Bahia (Amêndoas de Cacau)
Xangri-lá - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz)
MUNICÍPIOS COM 2 IGS	
MUNICÍPIO	IGS RELACIONADAS
Abadia dos Dourados - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Abaré - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Aceguá - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Afogados da Ingazeira - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Afonso Cláudio - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)

Afrânio - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Água Doce - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Alegre - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Alto Jequitibá - MG	Caparaó (Café) - Matas de Minas (Café)
Alvarães - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado) - Uarini (Farinha)
Anita Garibaldi - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Anitápolis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Araguari - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Araporã - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Arapuá - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Araripina - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Araxá - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Arcoverde - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Arroio Trinta - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Bagé - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Bambuí - MG	Canastra (Queijo) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Belém do São Francisco - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Betânia - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Bocaina do Sul - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Bodocó - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Bom Jesus - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Bonfinópolis de Minas - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Brejetuba - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Brejinho - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Brunópolis - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Buíque - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Cabeceira Grande - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Cabrobó - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Caçador - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Cachoeiro de Itapemirim - ES	Cachoeiro de Itapemirim (Mármore) - Espírito Santo (Café conilon)
Calumbi - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)

Camalaú - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
Cambará do Sul - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Campanha - MG	Mantiqueira de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Campo Belo - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Campo Formoso - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Campos Altos - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Candeias - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Candiota - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Caparaó - MG	Caparaó (Café) - Matas de Minas (Café)
Caraá - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Caratinga - MG	Matas de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Carlópolis - PR	Carlópolis (Goiaba de Mesa) - Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Carmo da Mata - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Carnaíba - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Carnaubeira da Penha - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Casa Nova - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Cascalho Rico - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Caxambu - MG	Mantiqueira de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Cedro - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Centralina - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Chorrochó - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Conceição do Castelo - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Congo - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
Conquista - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Coromandel - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Correia Pinto - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Curaçá - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Curitibanos - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Custódia - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Delta - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)

Divino de São Lourenço - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Dom Bosco - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Dom Joaquim - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Serro (Queijo)
Dom Pedrito - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Dores do Rio Preto - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Dormentes - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Douradoquara - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Espera Feliz - MG	Caparaó (Café) - Matas de Minas (Café)
Estrela do Sul - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Exu - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Flores - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Floresta - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Fraiburgo - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Franca - SP	Alta Mogiana (Café) - Franca (Calçados)
Frei Rogério - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Garibaldi - RS	Vale dos Vinhedos (Vinho) - Vale dos Vinhedos (Vinho)
Glória - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Granito - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Grupiara - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Guaçuí - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Guarda-Mor - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Hulha Negra - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Ibatiba - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Ibiá - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Ibimirim - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Ibitirama - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Iconha - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Iguaracy - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Inajá - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Indianópolis - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Ingazeira - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Iomerê - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Ipubi - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)

Iraí de Minas - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Irupi - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Itacuruba - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Itaguaçu - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Itaíba - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Itapetim - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Itarana - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Iúna - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Jacobina - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Jaquirana - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Jatobá - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Jeremoabo - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Juazeiro - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Lagamar - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Lagoa Formosa - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Lagoa Grande - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Lagoa Grande - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Lavras do Sul - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Linhares - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Linhares (Cacau)
Maceió - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha) - Região das Lagoas Mundaú-Manguaba (Bordado Filé)
Macieira - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Macururé - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Manari - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Manhumirim - MG	Caparaó (Café) - Matas de Minas (Café)
Maquiné - RS	Litoral Norte Gaúcho (Arroz) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Maraã - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado) - Uarini (Farinha)
Marechal Deodoro - AL	Manguezais de Alagoas (Própolis Vermelha) - Região das Lagoas Mundaú-Manguaba (Bordado Filé)
Martins Soares - MG	Caparaó (Café) - Matas de Minas (Café)
Matipó - MG	Matas de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Matutina - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Maués - AM	Maués (Guaraná) - Terra Indígena Andirá-Marau (Guaraná)
Mirandiba - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)

Monte Alegre de Minas - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Monte Carmelo - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Monteiro - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
Moreilândia - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Morro do Chapéu - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Muniz Freire - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
Natalândia - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Nova Ponte - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Nova Veneza - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Vales da Uva Goethe (Vinho)
Oliveira - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Orleans - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Vales da Uva Goethe (Vinho)
Orocó - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Otacílio Costa - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Ouricuri - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Ourolândia - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Palmeira - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Paracatu - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Parnamirim - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Patos de Minas - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Paulo Afonso - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Pedrinópolis - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Pedro II - PI	Pedro II (Opalas Preciosas de Pedro II) - Piauí (Cajuína)
Perdizes - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Petrolândia - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Petrolina - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Pilão Arcado - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Pinheiro Preto - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Piumhi - MG	Canastra (Queijo) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Ponte Alta - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Prata - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)

Pratinha - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Presidente Olegário - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Quixaba - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Rancho Queimado - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Remanso - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Resende Costa - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Resende Costa - MG (Artesanatos têxteis produzidos por tear manual e produção manual)
Ribeirão Claro - PR	Carlópolis (Goiaba de Mesa) - Norte Pioneiro do Paraná (Café)
Rio das Antas - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Rio Novo do Sul - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Rio Paranaíba - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Rio Rufino - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
Rio Vermelho - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Serro (Queijo)
Riozinho - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Vale do Sinos (Couro Acabado)
Ritópolis - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Rodelas - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Rolante - RS	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Vale do Sinos (Couro Acabado)
Romaria - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Sabinópolis - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Serro (Queijo)
Sacramento - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Salgueiro - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Salto Veloso - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Sant'Ana do Livramento - RS	Campanha Gaúcha (Vinho) - Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Carne Bovina)
Santa Brígida - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Santa Cruz - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Santa Cruz da Baixa Verde - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Santa Filomena - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Santa Juliana - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Santa Leopoldina - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Santa Maria da Boa Vista - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)

Santa Maria de Jetibá - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Santa Rosa da Serra - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Santa Teresa - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café)
Santa Terezinha - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Santana do Jacaré - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
São Bento do Sul - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Região de Corupá (Banana)
São Francisco de Paula - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
São Gonçalo do Abaeté - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
São Gonçalo do Sapucaí - MG	Mantiqueira de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
São Gotardo - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
São João do Tigre - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
São José do Belmonte - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
São José do Calçado - ES	Caparaó (Café) - Espírito Santo (Café conilon)
São José do Egito - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
São José dos Ausentes - RS	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga)
São Sebastião do Umbuzeiro - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
Sento Sé - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Serra do Salitre - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Serra Talhada - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Serrita - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Sertânia - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Sobradinho - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Solidão - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Sumé - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
Tabira - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Tacaratu - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Tangará - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Tapira - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Tefé - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado) - Uarini (Farinha)
Terra Nova - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)

Tiros - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Treze Tílias - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Trindade - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Triunfo - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Tupaciguara - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Tupanatinga - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Tuparetama - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Uarini - AM	Mamirauá (Pirarucu manejado) - Uarini (Farinha)
Uauá - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Uberaba - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Uberlândia - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Umburanas - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Unaí - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Vargem Bonita - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Varjão de Minas - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Várzea Nova - BA	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Vazante - MG	Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Verdejante - PE	Vale do Submédio São Francisco (Manga) - Vale do Submédio São Francisco (Uvas de Mesa)
Viçosa - MG	Matas de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Videira - SC	Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Vitória - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Goiabeiras (Painéis de Barro)
Zabelê - PB	Cariri Paraibano (Renda Renascença) - Paraíba (Algodão)
MUNICÍPIOS COM 3 IGS	
MUNICÍPIO	IGS RELACIONADAS
Alfredo Chaves - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café) - Região São Bento de Urânia (Inhame)
Alto Caparaó - MG	Caparaó (Café) - Matas de Minas (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis)
Aperibé - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Bento Gonçalves - RS	Monte Belo (Vinho) - Vale dos Vinhedos (Vinho) - Vale dos Vinhedos (Vinho)
Bom Retiro - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)

Cambuci - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Campo Belo do Sul - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Capão Alto - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Carmo do Paranaíba - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Castelo - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café) - Região São Bento de Urânia (Inhame)
Cerro Negro - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Cruzeiro da Fortaleza - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Domingos Martins - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café) - Região São Bento de Urânia (Inhame)
Guimarânia - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Itaperuna - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Lages - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracinga) - Santa Catarina (Vinhos)
Laje do Muriaé - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Marechal Floriano - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café) - Região São Bento de Urânia (Inhame)
Miracema - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Monte Belo do Sul - RS	Monte Belo (Vinho) - Vale dos Vinhedos (Vinho) - Vale dos Vinhedos (Vinho)
Natividade - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Patrocínio - MG	Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - Região do Cerrado Mineiro (Café) - Região do Cerrado Mineiro (Café)
Porciúncula - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
Santo Antônio de Pádua - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
São João del Rei - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - São João del Rei (Peças Artesanais em Estanho)
São José de Ubá - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)

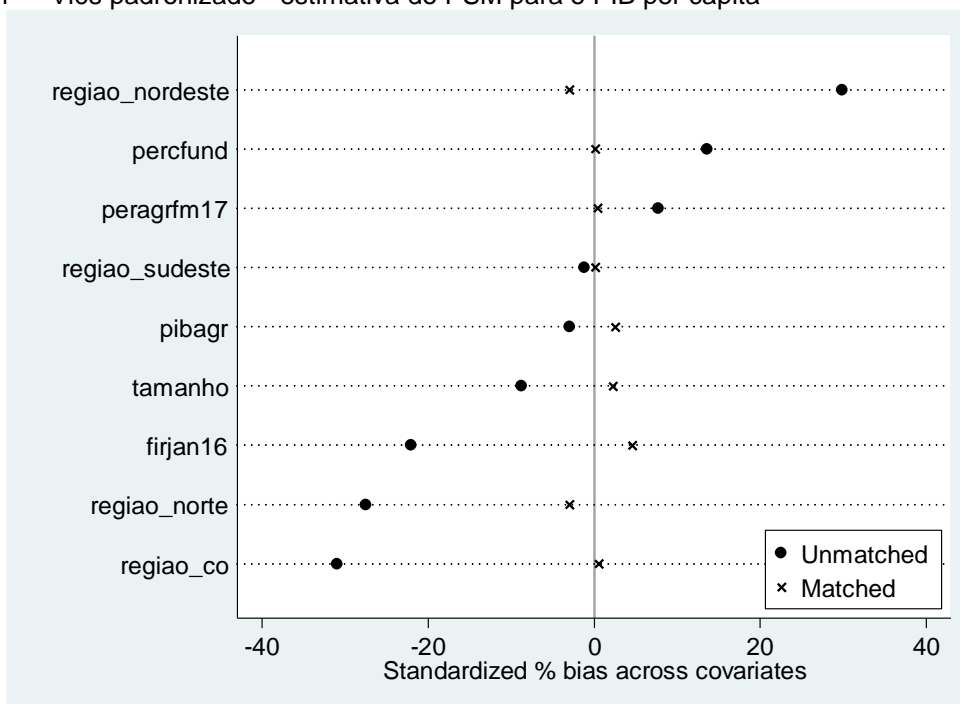
São José do Cerrito - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Santa Catarina (Vinhos)
São Tiago - MG	Campo das Vertentes (Café) - Região da Própolis Verde de Minas Gerais (Própolis) - São Tiago (Biscoitos)
Varre-Sai - RJ	Região Pedra Carijó - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Cinza - Rio de Janeiro (Pedras) - Região Pedra Madeira - Rio de Janeiro (Pedras)
MUNICÍPIOS COM 4 IGS	
MUNICÍPIO	IGS RELACIONADAS
Bom Jardim da Serra - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Região de São Joaquim (Maçã Fuji) - Santa Catarina (Vinhos)
Painel - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Região de São Joaquim (Maçã Fuji) - Santa Catarina (Vinhos)
São Joaquim - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Região de São Joaquim (Maçã Fuji) - Santa Catarina (Vinhos)
Urubici - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Região de São Joaquim (Maçã Fuji) - Santa Catarina (Vinhos)
Urupema - SC	Campos de Cima da Serra (Queijo Artesanal Serrano) - Planalto Sul Brasileiro (Mel de melato da bracatinga) - Região de São Joaquim (Maçã Fuji) - Santa Catarina (Vinhos)
Vargem Alta - ES	Cachoeiro de Itapemirim (Mármore) - Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café) - Região São Bento de Urânia (Inhame)
Venda Nova do Imigrante - ES	Espírito Santo (Café conilon) - Montanhas do Espírito Santo (Café) - Região São Bento de Urânia (Inhame) - Venda Nova do Imigrante (Socol)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INPI (2022b) e do MAPA (2023).

APÊNDICE B – VIÉS PADRONIZADO – COVARIADAS - ANTES E DEPOIS DO PSM²¹

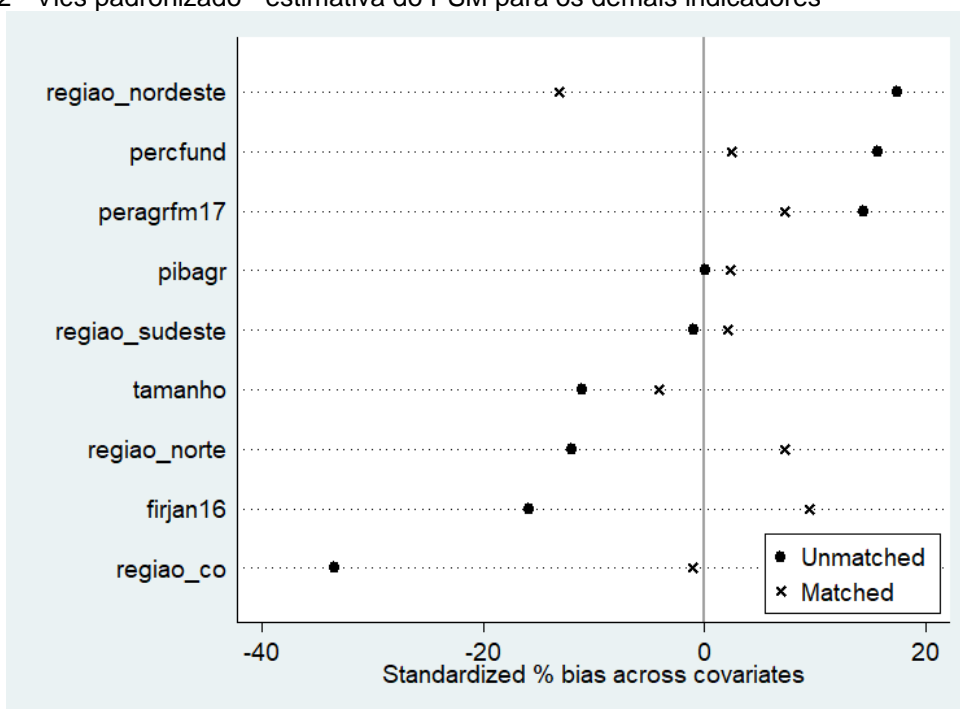
²¹ Neste apêndice, foram elaborados dois gráficos distintos: um para o PIB *per capita* e outro para os demais indicadores de desenvolvimento. Essa diferenciação foi necessária devido ao período de referência dos municípios analisados: aqueles tratados para a análise da variação do PIB *per capita* corresponderam ao ano de 2020, uma vez que as informações mais recentes disponíveis para o PIB remontavam a esse ano. Por outro lado, para os demais indicadores, que dispunham de dados atualizados para o ano de 2021, os municípios tratados foram selecionados com base nas Indicações Geográficas existentes nesse ano.

Gráfico B1 - Viés padronizado - estimativa do PSM para o PIB per capita



Fonte: Elaborado pelo autor.

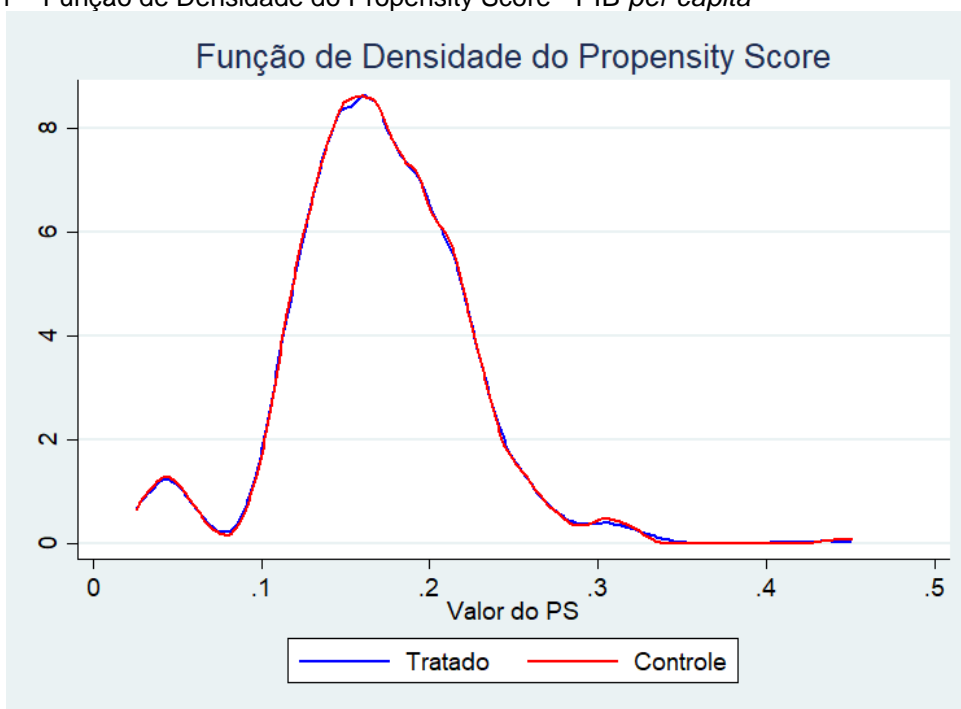
Gráfico B2 - Viés padronizado - estimativa do PSM para os demais indicadores



Fonte: Elaborado pelo autor.

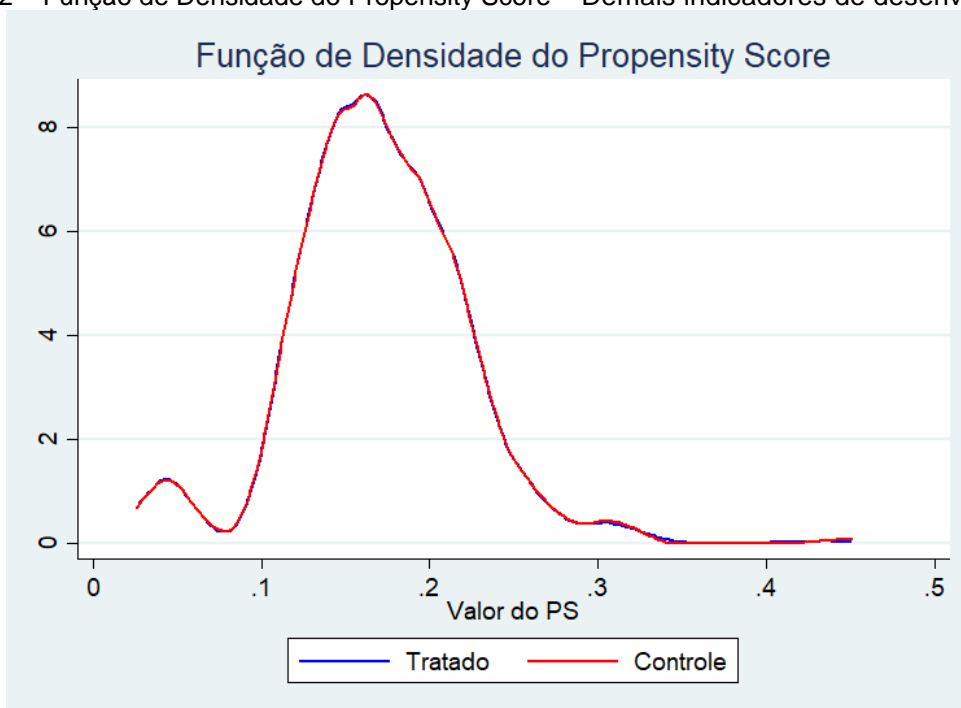
APÊNDICE C – ESCORES DE PROPENSÃO APÓS O PAREAMENTO²²

²² Neste apêndice, foram elaborados dois gráficos distintos: um para o PIB per capita e outro para os demais indicadores de desenvolvimento. Essa diferenciação foi necessária devido ao período de referência dos municípios analisados: aqueles tratados para a análise da variação do PIB *per capita* corresponderam ao ano de 2020, uma vez que as informações mais recentes disponíveis para o PIB remontavam a esse ano. Por outro lado, para os demais indicadores, que dispunham de dados atualizados para o ano de 2021, os municípios tratados foram selecionados com base nas Indicações Geográficas existentes nesse ano.

Gráfico C1 – Função de Densidade do Propensity Score - PIB *per capita*

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico C2 – Função de Densidade do Propensity Score – Demais indicadores de desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelo autor.

**APÊNDICE D – TESTES DE DIFERENÇA DE MÉDIAS ENTRE AS
COVARIADAS APÓS O PAREAMENTO**

Tabela D1– Teste t para a diferença das médias entre as covariáveis após o pareamento

COVARIÁVEL	Teste t
Percentual agricultura familiar 2017	0,08
Percentual de agricultores com ensino fundamental	0,03
Participação da agropecuária no PIB total	0,53
Tamanho das propriedades	0,49
Índice Firjan 2016	0,88
Região – Norte	-0,81
Região – Nordeste	-0,58
Região – Centro Oeste	0,17
Região – Sudeste	0,03

Fonte: Elaborado pelo autor.